

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PÉRLA TURCHIELO COMARETTO

**MAR DO SUL DA CHINA:
ATUAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NAS DISPUTAS DAS ILHAS**

**Santana do Livramento
2018**

PÉRLA TURCHIELO COMARETTO

**MAR DO SUL DA CHINA: ATUAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NAS
DISPUTAS DAS ILHAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. ^a Dr.^a Anna Carletti

**Santana do Livramento
2018**

PÉRLA TURCHIELO COMARETTO

**MAR DO SUL DA CHINA:
ATUAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NAS DISPUTAS DAS ILHAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Anna Carletti (Orientadora) Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dra. Nathaly Silva Xavier Schütz (Membro da Banca) Relações Internacionais -
UNIPAMPA

Prof. Me. Fernando Rieger (Membro da Banca) Relações Internacionais –
UNIPAMPA

327.51 Comaretto, Perla Turchielo

C728m MAR DO SUL DA CHINA: atuação da política externa chinesa nas disputas das ilhas / Perla Turchielo Comaretto.
105 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Política Externa Chinesa. 2. Mar do Sul da China. 3. Vietnã. 4. Filipinas. I. Título.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso à todas as pessoas que participaram desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

A minha família que me ofereceu apoio para seguir e concretizar este sonho. Em especial a minha mãe e irmãos, que me deram força para seguir adiante em todos os momentos de dificuldade. A minha tia Ignês, por ter sido minha companheira, pelas contribuições críticas e principalmente pela ajuda oferecida nos momentos em que mais precisei durante estes quatro anos. A minha tia e madrinha Matilde, pela qual tenho imenso apreço e gratidão, que me acompanha desde meu nascimento, em especial pela ajuda também neste período em que necessitei.

A minha orientadora Anna Carletti, pelas correções e também pelas dicas e incentivos, por ter sido compreensiva com alguns atrasos, pelos questionamentos respondidos, pela disponibilidade para reuniões. Muito obrigada pela amizade, e pelo suporte que sempre ofereceu.

Aos professores, que buscaram incentivar o pensamento crítico, a pesquisa, que compartilharam seus conhecimentos, muito obrigada pelo estímulo, pela amizade, companheirismo, e principalmente pelo ambiente agradável que proporcionaram nestes anos.

Aos colegas, que fizeram destes quatro anos os mais legais, obrigada pela parceria. Especialmente as amigas, Gabrielly, Gabriela e Paola, que foram muito mais que colegas, que proporcionaram momentos de alegria, e que sempre estiveram disponíveis para ajudar, tirar dúvidas, estudar para provas, e oferecer um ombro amigo nos momentos difíceis. A também ex-colega Caroline que foi como um anjo nestes quatro anos, estando presente nos momentos em que necessitei desde o início da faculdade.

Sou muito grata por todas as pessoas que passaram pela minha vida durante esta caminhada, todas são muito importantes e fazem parte desta conquista.

RESUMO

O Mar do Sul da China é um dos cenários de maior importância ultimamente, sendo seus arquipélagos objetos de disputa entre as nações do sudeste asiático e da Ásia Oriental. Além da China, os países que mais reivindicam áreas são Vietnã e Filipinas, dando início a uma tensão regional em torno do litígio que envolve potências regionais e extra-regionais. Surge então a seguinte problemática da pesquisa: a China busca através das ilhas uma expansão territorial? A hipótese que queremos desvendar é de que o interesse da China pelas ilhas é para manter o seu desenvolvimento socioeconômico. Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa é explorar os principais elementos de política externa chinesa, compreender a atuação chinesa nos arquipélagos durante os anos de 2002 a 2017, e analisar tratados e o papel da ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*) nas disputas das ilhas. Para isso, foram utilizados livros, periódicos, artigos, e notícias realizando um estudo de caso através de uma análise histórica. Através desta pesquisa, foi possível constatar que o objetivo principal da política externa chinesa é manter o avanço socioeconômico do país, e, para isso, Pequim precisa dispor de um ambiente estável com seus vizinhos. No entanto a questão do Mar do Sul da China está muito longe de ter uma solução, pois não houve grandes avanços nas negociações desde 2002.

Palavras-Chave: Mar do Sul da China, política externa chinesa, Vietnã, Filipinas.

ABSTRACT

The South China Sea is one of the most important scenarios lately, and its archipelagoes are among the nations of Southeast Asia and East Asia. Beyond China, the countries that claim the most are Vietnam and the Philippines, triggering a regional tension around litigation involving regional and extra-regional powers. The following research problem arises: does China seek territorial expansion through the islands? The hypothesis we want to uncover is that China's interest in the islands is to maintain its socioeconomic development. Therefore, the main objective of this research is to explore the main elements of Chinese foreign policy, to understand the Chinese performance in the archipelagos during the years 2002 to 2017, and to analyze treaties and the role of the ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) in the disputes of the islands. For that, we used books, periodicals, articles, and news conducting a case study, through a historical analysis. Through this research it was possible to verify that the main objective of the Chinese foreign policy is to maintain the socio-economic advance of the country, and for this Beijing needs to have a stable environment with its neighbors. However, the South China Sea issue is far from having a solution, as there has been no major progress in the negotiations since 2002.

KeyWords: South China Sea, chinese foreign policy, Vietnam, Philippines.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das disputas no Mar do Sul da China.....	40
Figura 2 – Presença militar dos Estados Unidos na Ásia.....	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADMM – Asean Defense Ministers Meeting

APEC – Asia Pacific Economic Cooperation

ASEAN – Association of Southeast Asia Nations

ASEAN+3 - Association of Southeast Asia Nations Plus Three (China, Japão e Coreia do Sul).

ASEM – Asia-Europe Meeting

ARF – Asian Regional Forum

CNPC – China National Petroleum Corporation

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ELP – Exército da Liberação do Povo

EUA – Estados Unidos da América

MSCh – Mar do Sul da China

OCX – Organização para Cooperação de Xangai

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista da China

PIB – Produto Interno Bruto

RPC – República Popular da China

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

TAC – Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático

UNCLOS – United Nations Convention on the Law of the Sea

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	12
2 – A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E AS INFLUÊNCIAS DO CONFUCIONISMO E DA GEOPOLÍTICA	17
2.1 – A Política Externa da República Popular da China	18
2.2 – O confucionismo na Política Externa da China	28
2.3 – O panorama geopolítico chinês.....	33
3 – A ATUAÇÃO CHINESA DIANTE DAS REIVINDICAÇÕES FILIPINAS E VIETNAMITAS (2002-2017)	39
3.1 – Zonas Econômicas Exclusivas e a “Linha de Nove-Traços”	40
3.2 – Histórico das Disputas das Ilhas	44
3.3 – Depois da Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China.....	49
3.4 – Os Embates Sino-Filipinos.....	51
3.5 – Os Embates entre China e Vietnã.....	56
3.6 – Panorama da Atuação Chinesa	60
3.5 – A Ingerência dos Estados Unidos na Questão do Mar do Sul da China	65
4 – O PAPEL DOS TRATADOS E A ASEAN NAS DISPUTAS DAS ILHAS DO MAR DO SUL DA CHINA	70
4.1 – O Multilateralismo Chinês: Inserção na ASEAN.....	70
4.2 – A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)	81
4.3 – Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China	84
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6 – REFERÊNCIAS	97

1 – INTRODUÇÃO

A política externa chinesa passou a ter novas formulações e a guiar-se por novos princípios a partir do ano de 1949, quando foi proclamada a República Popular da China, em um cenário pós Segunda Guerra Mundial. Logo depois da instauração do governo comunista na China Continental, em 1954, foram elaborados os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que enfatizam os meios pacíficos de solução das controvérsias, o respeito à soberania dos Estados, respeito mútuo, não intervenção, e mais importante, a coexistência pacífica entre os Estados. As diretrizes da política externa chinesa são guiadas até hoje por estes princípios, incluindo sua atuação em uma das disputas mais controversas da atualidade, a saber as reivindicações em torno dos arquipélagos presentes no Mar do Sul da China.

O Mar do Sul da China possui expressiva importância econômica e estratégica por conta das rotas marítimas que ligam o Continente Asiático aos demais oceanos. É através deste mar que as matérias primas chegam à China e também por ele que os bens produzidos e com destino à exportação são transportados, sendo assim um dos elementos mais importantes que permite que a China mantenha o seu crescimento e modernização e mantenha os seus mercados. Ademais, o mar ainda conta com uma vasta vida marinha, da qual muitos pescadores tiram seu sustento, e também é para muitos países da região um produto de exportação. Ao longo dos anos e com a “ascensão pacífica” da China ficando cada vez mais clara, reacendeu o descontentamento dos países do Sudeste Asiático frente à presença assídua chinesa no Mar do Sul da China. Além disso, vários fatores, entre eles o crescimento demasiado do poder econômico e militar chinês, têm chamado a atenção de seus vizinhos ao longo dos anos e levou os países do Sudeste Asiático, principalmente Vietnã e Filipinas a reivindicar também sua soberania sobre a região reacendendo conflitos antigos.

Justifica-se assim, esta pesquisa, pelo fato de que pretende ajudar a tornar legível a atuação da China no mundo frente a existência de um conflito que se estende há muito tempo e foi retomado de maneira mais assertiva após a 2ª Guerra Mundial, acabando por gerar instabilidade regional. Diante disso, há também dificuldade em estabelecer um acordo que seja benéfico para China, Vietnã e Filipinas, o conhecido código de conduta. Mesmo com a assinatura da “Declaração do Código de Conduta

no Mar do Sul da China” em 2002, parece que a China não se importa em cumprir algumas regras, pois esta declaração não possui caráter obrigatório, além de Pequim insistir na afirmação de que possui direitos históricos sobre os territórios e águas de cerca de 90% do Mar do Sul da China. Ainda que o Tribunal de Haia tenha decidido, em 2016, em favor das Filipinas e que a China não detém posse legal das ilhas, como a decisão não é obrigatória, o país continua afirmando seus direitos e não aceitando a decisão do tribunal. Mesmo que a China busque resolver os embates de forma pacífica e bilateral para evitar maiores desentendimento, o medo de generalização de um possível conflito é constante, pois vários países do Sudeste Asiáticos passaram a requerer sua soberania sobre as ilhas. Ademais, os problemas na região são visíveis, no entanto a pesquisa sobre o assunto ainda é muito limitada, diante da relevância que o Mar do Sul da China representa para a economia mundial. Diante destes acontecimentos busca-se oferecer com esta pesquisa maiores esclarecimentos sobre os conflitos, pouco divulgados na mídia, mas que, pela relevância do local, podem impactar nas relações comerciais de todos os países que mantêm comércio através do Mar do Sul da China. No que diz respeito ao meio acadêmico, o trabalho busca trazer fatos novos em relação à estas disputas e, ainda, incentivar novas pesquisas a respeito de um assunto tão relevante para as relações internacionais.

Para a melhor compreensão das disputas no Mar do Sul da China faz-se necessário um pequeno levantamento histórico sobre a política externa chinesa. Serão também explorados os planos de atuação da China na disputa dos arquipélagos a partir do ano de 2002, ano da Declaração de Conduta no Mar do Sul da China que entrou em vigor na Conferência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em Phnom Penh/Camboja. Optou-se por tratar nesta pesquisa apenas as disputas da China com Filipinas e Vietnã, pois é com esses países que o país possui maiores e mais antigas divergências. O problema do Vietnã é antigo, uma vez que o país afirma ter direito histórico sobre as ilhas Spratly e Paracel desde 1630, quando mapas já traziam indicações sobre as ilhas que seriam parte do território vietnamita, e que o país recuperou após se tornar independente da França. A questão com as Filipinas é instável, e no ano de 2016 se tornou ainda mais grave sendo levada para o Tribunal de Arbitragem de Haia. As reivindicações das Filipinas baseiam-se na proximidade geográfica das ilhas Spratly com o seu território.

Como a China tem exercido sua influência assiduamente e permanece firme no que diz respeito às reivindicações no Mar do Sul da China, essa atuação tem

inquietado os demais países do Sudeste Asiático, principalmente devido a relevância que o Mar do Sul da China representa na região, tanto economicamente quanto estrategicamente. A partir destes pressupostos surge o questionamento se o interesse da China seria motivado pela busca de expansão territorial através das ilhas? A hipótese que queremos verificar neste trabalho é de que a China não possui como meta da sua política externa a expansão territorial, mas que busca através das ilhas manter seu avanço socioeconômico.

Visto que a disputa das ilhas do Mar do Sul da China é um problema que permanece na região há muitas décadas, o objetivo principal da pesquisa é analisar os interesses da atuação chinesa nas disputas das ilhas do Mar do Sul da China. A China se mantém rígida quanto a soberania das ilhas, sendo uma questão inegociável para o país. Assim, o primeiro capítulo se propõe de explorar a política externa chinesa, e dentro desta, as influências do confucionismo e também das teorias geopolíticas em sua atuação. A política externa da República Popular da China (RPC) passou por algumas mudanças na década de 1970, com a reforma e abertura do país, introduzindo novas formas de fazer política, voltando-se para a modernização da agricultura, da economia, inserindo novas tecnologias, e possibilitando a entrada de investimentos estrangeiros, antes impensáveis. Em sua política externa, a China tem utilizado há muito tempo a filosofia confucionista, do pensador Confúcio, e esta filosofia tem sido para o país como um instrumento de *soft power*, teoria criada por Joseph Nye, pelo qual o país consegue atrair seus vizinhos em torno de seus interesses.

Ainda, quando se trata da questão do Mar do Sul da China é de extrema importância abordar o panorama geopolítico chinês. O território é considerado um patrimônio, sendo necessário mantê-lo seguro, evitando qualquer tipo de violação. São inúmeros os fatores geopolíticos que influenciam na aplicação de poder de um Estado. O acesso ao mar e as suas rotas marítimas aqui caracterizam o fator geopolítico mais importante, constatados por Mahan. O Mar do Sul da China além de ser rota pela qual transita mais de 80% do comércio mundial, ainda conta com recursos naturais que engrandecem seus benefícios. Estes recursos proporcionam aos Estados que o desfrutam, privilégios econômicos e também estratégicos, que podem mudar a balança de poder na região.

Para a geopolítica a China é uma potência continental. No entanto, o país trabalha para também se tornar em um futuro próximo uma potência marítima. No

momento, a China não se encontra em uma guerra, mas sim em um momento conflituoso, em que passa por momentos de tensão referente às disputas do Mar do Sul da China, por isso, é de extrema importância que queira fortalecer seu poder marítimo e também a defesa. Todos os países em disputa possuem suas demandas específicas, sendo um problema geopolítico da região.

Por conta disso, o segundo capítulo tem como objetivo compreender a atuação chinesa nas ilhas, durante os anos de 2002 até 2017. Para entender melhor as reivindicações feitas pelos países, se fez necessário a apresentação de um breve histórico que resume as reivindicações da China e também do Vietnã e das Filipinas. Países que ao longo deste tempo, apresentaram conflitos mais alarmantes com Pequim. As ilhas em questão são conhecidas como Spratly e Paracel, que são arquipélagos desabitados, mas são considerados importantes meios estratégicos e com vasta riqueza de recursos naturais. Nestes casos, os interesses das nações entram em jogo. Ainda mais para aqueles que possuem o objetivo de manter ou aumentar seu crescimento econômico, prestígio, e obter uma posição estratégica.

A ingerência dos Estados Unidos é um outro ponto importantíssimo. O país está presente na região, com suas grandes bases militares, o que é considerada pela China uma forma de intimidação, e para outros países como Filipinas e Vietnã, uma questão de segurança. No entanto, os norte-americanos assim como todos os países inseridos no sistema internacional possuem seus interesses. A sua presença não está somente em bases militares instaladas na região, mas também em organizações multilaterais.

Assim, o último capítulo visa analisar tratados firmados entre os reclamantes, como é o caso da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), e da Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China, e também o papel que a ASEAN exerce nas disputas das ilhas. Este capítulo, portanto, busca, entender como a disputa vem sendo tratada pelos organismos multilaterais, e se os tratados e acordos já firmados apresentaram avanços para a resolução das disputas.

Foi através da ASEAN que as nações se reuniram para elaborar a Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China, que entrou em vigor em 2002. A Declaração foi feita para que os países tentassem chegar a um acordo no Mar do Sul da China sem o uso da força, visando um futuro código de conduta obrigatório entre os reclamantes para prover a paz e a estabilidade na região, sem a necessidade de interferências externas. Sendo a elaboração deste código uma das maiores

dificuldades, visto que nenhum dos países parece disposto a abrir mão da luta pela soberania dos arquipélagos.

A metodologia empregada nesta pesquisa é qualitativa feita através de um estudo de caso, usando de uma abordagem hipotético-dedutiva, realizando um procedimento de análise histórico-descritivo, e de técnicas de documentação indireta. Buscaremos realizar uma análise histórico-descritiva da política externa chinesa com os países que disputam as ilhas do Mar do Sul da China (especificamente Vietnã e Filipinas). Além disso, foram utilizados livros, periódicos e notícias para qualificar o embasamento da pesquisa. Já as pesquisas de documentação indireta, de fontes primárias e secundárias constituem-se do levantamento de documentos como os tratados, discursos e conferências, relacionados com o tema da pesquisa.

2 – A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E AS INFLUÊNCIAS DO CONFUCIONISMO E DA GEOPOLÍTICA

A China é o maior país da Ásia e também o mais populoso do mundo. É uma República Socialista estabelecida em 1949, onde quem governa desde então é o Partido Comunista da China (PCC). Depois de Deng Xiaoping adotar uma política de Reforma e Abertura em 1978, a China passou a ascender no cenário econômico, e se tornou hoje a segunda maior economia mundial. É considerada por uns como uma superpotência e por outros um poder ainda em processo de emergência.

A “Ascensão Pacífica” foi um termo elaborado por Zheng Bijian no ano de 2003, visando mostrar um novo projeto para inserir a China no processo de globalização econômica, pela qual todos os países estavam passando (CARLETTI, 2012). Segundo Šimalčík (2016), essa ascensão da China se relaciona com o fato de sua filosofia estar direcionada aos pensamentos confucionistas. Pois a cultura confucionista é voltada para a defesa e não agressão aos demais Estados. A cultura confucionista, portanto, exerce um papel estratégico importante no processo de elaboração de política externa e de segurança da China.

No entanto o termo “ascensão” gerou várias críticas, porque aos olhos dos vizinhos e das grandes potências, parece que a China buscava expandir seus territórios e, por conseguinte se tornar uma hegemonia. Por conta destas críticas, e do temor gerado na região, o projeto recebeu outro nome, e passou a ser chamado de “Desenvolvimento Pacífico”.

Na China existem diversas religiões que são praticadas pela população, no entanto o confucionismo, que não é propriamente uma religião, mas contém valores éticos presentes nas grandes religiões, foi adotada desde a Dinastia Han (206 a.C.-220). É por conta dos valores morais confucionistas muito fortes já inseridos na sociedade desde a antiguidade, que o país busca confiança e estabilidade para seus vizinhos, que por sua vez foram influenciados pelo confucionismo na época antiga. Assim, o confucionismo buscando mitigar a percepção do país, exerce uma forma de *soft power* chinês, pelo qual a China consegue ascender sem representar uma ameaça para os demais países da região. Por conta disso, a China tem retomado a ideologia confucionista através do lançamento de livros e filmes sobre a vida e os

ensinamentos de Confúcio, e a propagação dos Institutos Confúcio¹ pelo mundo, que podem ser consideradas uma forma de *soft power*.

Além do confucionismo, a geopolítica também nos traz um panorama da situação de conflito no Mar do Sul da China (MSCh). Porque a posição marítima, a geopolítica dos territórios, e o grau de poder de cada um dos Estados também determinam a forma como os mesmos atuam no sistema internacional. Ademais, o poder marítimo exerceu influência em diversas disputas territoriais ao longo da história, sendo assim, relevante para a questão dos litígios que envolvem os arquipélagos no MSCh. Posteriormente, a teoria geopolítica também pode fornecer informações para se entender se a posse das ilhas representa uma expansão territorial para a China.

2.1 – A Política Externa da República Popular da China

Em 1955, foram elaborados, na ocasião da Conferência Asiática-Africana de Países Não-Alinhados em Bandung, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que determinaram as diretrizes da política externa chinesa. Foram propostos por Zhou Enlai que foi um importante líder do Partido Comunista da China, e ministro das Relações Exteriores durante a Era Mao Zedong. Estes princípios são: o respeito mútuo à soberania e integridade nacional, a não agressão, a não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, a igualdade e benefícios recíprocos, e a coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (OLIVEIRA, 2013). A formulação destes cinco princípios visava responder à ameaça nuclear por parte dos Estados Unidos, frente as tensões no Extremo Oriente. Visando assim encontrar uma forma de negociação, evitando qualquer embate direto com a grande potência (KISSINGER, 2011), que poderia ter sido devastador para a China em desenvolvimento. Todos esses princípios foram adotados como padrão no exercício da política externa chinesa, pois contribuíram, de certa forma, na diminuição da interferência da política das grandes potências.

¹ O Instituto Confúcio é uma organização educacional, vinculado a República Popular da China. É através destes institutos, localizados em várias universidades que acontece o ensino da língua chinesa, a divulgação da cultura e da história da China, e também oferece intercâmbios para a China (Instituto Confúcio da UNESP). Disponível em: <http://www.institutoconfucio.com.br>.

Desde que foi fundada a República Popular da China, as políticas aplicadas pelo novo governo têm insistido em reafirmar a independência, a autonomia e a paz. Baseando-se nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, Pequim tem desenvolvido relações amistosas de igualdade e benefício mútuo com diversos países, reforçado a unidade e a cooperação e se opondo à hegemonia para manter na medida do possível um entorno pacífico (DUQING, 1991). Portanto, o comportamento da China tende a ser pacífico, pois necessita de um ambiente pacífico para que possa continuar seu processo de desenvolvimento. A China quer evitar que algo parecido com Tian'anmen² volte a acontecer (MARTINS, 2006).

Na década de 1970, com a troca de lideranças, passaram a acontecer reformas na China que começou a realizar atividades de reforma e abertura externa, e adotar novas formas de desenvolvimento (VISENTINI, 2010). Através disso a China passou a ascender no cenário internacional e, principalmente, regional. Deng Xiaoping passou a incentivar o crescimento chinês rumo à modernidade (KISSINGER, 2011). No geral, pode-se destacar dois pilares dessa ascensão pacífica iniciada na década de 1970, o político estratégico com a estratégia de “charme” e o econômico que teve como ponto de partida a Política das Quatro Modernizações em 1978 (PECEQUILO; CARMO, 2014). A política das Quatro Modernizações de Deng, introduziu uma nova economia mercantil voltada para a estrutura socialista chinesa, mudando a dinâmica da agricultura que aos poucos deixou de ser coletivizada, estimulou a entrada de novas tecnologias, e passou a abrir o país para investimentos estrangeiros.

Com a abertura, também pode-se observar o restabelecimento das relações comerciais com os vizinhos asiáticos, e mais tarde, até mesmo as relações diplomáticas voltaram a se normalizar com Filipinas, Indonésia, Malásia, Cingapura, Tailândia e Japão, que antes formavam um coalizão anti-chinesa. Por volta de 1990, os problemas com o vizinho Vietnã, que possuía uma guerra em relação as suas fronteiras com a China, chegaram ao fim e os países também voltaram a se relacionar. A partir deste período, a política externa chinesa para com seus vizinhos asiáticos

² Em 1989 ocorreu em Tianamen o Protesto na Praça da Paz Celestial, episódio no qual estudantes decidiram manifestar suas frustrações frente à corrupção, inflação, controle da imprensa, as condições nas quais se encontravam as universidades. E o que começou com uma simples manifestação evoluiu para uma ocupação que desafiou o governo, inclusive decretando greve de fome (KISSINGER, 2011). A reação do governo de Pequim que decretou a lei marcial para acabar com as manifestações, gerou críticas dos países ocidentais em relação à China.

passou da desconfiança para a aproximação e a cooperação (NOGUEIRA; HENDLER, 2016).

No que diz respeito a ascensão chinesa, de acordo como Lanteigne

Muito tem sido escrito e discutido sobre o crescimento do poder na China, muitas vezes referido como uma "elevação" ou "ascensão" de um estado isolado para um poder regional, para um potencial grande poder capaz de exercer muita influência não apenas dentro da região da Ásia-Pacífico, mas também cada vez mais internacionalmente. [...] a política externa da China não está apenas passando por um processo de expansão, mas também de reconstrução (LANTEIGNE, 2009, p.1, tradução nossa).³

A China almeja que toda a sua grandeza seja vista, e para isso a política externa precisou se adequar e se expandir além dos limites territoriais. O resultado dessa nova projeção chinesa é uma nova configuração da ordem mundial, dado o poder econômico, financeiro, político, diplomático e militar alcançado pela China (CINTRA; PINTO, 2015). A China justifica que o seu crescimento vai trazer benefícios não só para seus vizinhos mas para o mundo em geral, passando assim uma idéia de desenvolvimento conjunto (MARTINS, 2006).

No entanto, afirmar que a China agora tem um *status* de superpotência seria imaturo. Para que um país possa ser considerado uma superpotência ou um poder global não basta apenas ter a habilidade de projetar o seu poder para o resto do mundo, mas também ser capaz de manipular e construir sistemas internacionais que atinjam um nível global (LANTEIGNE, 2009). E a China parece não possuir esse interesse, ou essa capacidade no momento. Então fica cada vez mais evidente que a China não pretende ser uma superpotência em todos os níveis, no momento. Para Duarte (2012, p. 502), “embora Beijing afirme que não busca hegemonia oficialmente, não pode esconder o desejo de se tornar uma superpotência neste novo século”.

De acordo com Nye (2004, p.5), o *hard power* é um termo disseminado. Por essa razão sabe-se que um poder militar e econômico pode na maioria das vezes fazer com que outros mudem de posição. Mas há outra maneira, indireta, de se chegar onde quer, que é usada por grandes potências, e é chamada por Nye (2004) de *the second face of power*, ou a segunda face do poder. Essa segunda face do poder fica

³ Much has been written and discussed about China's growth in power, often referred to as a 'rise' or an 'ascent' from an isolated state to a regional power to a potential great power capable of exerting much influence not only within the Asia-Pacific region but also increasingly internationally. [...] China's foreign policy is not only undergoing a process of expansion but also of reconstruction (LANTEIGNE, 2009, p.1).

caracterizada quando um país tem a possibilidade de obter os resultados que deseja na política mundial porque outros países querem segui-lo, pois admiram seus valores, abertura e prosperidade. Essa forma de poder é mais conhecida como *soft power*, e ao invés de coagir os países, tem o poder de cooptá-los à seu favor (NYE, 2004). Para entender melhor, Nye aponta os três recursos em que se baseia o *soft power* de um país. São eles: “sua cultura (em lugares onde é atraente para os outros), seus valores políticos (quando se trata deles no interior e no exterior) e suas políticas externas (quando são vistas como legítimas e tem autoridade moral)” (NYE, 2004, p. 11, tradução nossa).⁴

Nas últimas décadas, a China que é o maior país da Ásia, conseguiu alcançar taxas elevadas de crescimento anual de 7% a 9%, triplicando o seu PIB, e assim conseguiu também melhorar sua reputação e atingir um certo nível de *soft power* (NYE, 2004). Desde o final da década de 1990, a China introduziu em sua política os seguintes termos: “Novo Conceito de Segurança”, “Ascensão Pacífica” ou “Desenvolvimento Pacífico”, “Período de Oportunidade Estratégica” e “Mundo Harmonioso”. O conceito de “ascensão pacífica” teve sua origem no ano de 2003, quando a China tentava passar um discurso pacífico e responder a teoria de que a China era uma ameaça. O termo partiu de Zheng Bijian, teórico da Escola Central do Partido (CARLETTI, 2012). Ele pensava que esse discurso de ascensão pacífica poderia ajudar a criar uma situação favorável e benéfica para todos (ZHENG, 2005).

Dentre as muitas críticas, uma era justamente por conta do termo “ascensão”, que provocava a desconfiança dos vizinhos em relação à China. Assim, ocorreu uma mudança no discurso da China. Para contrapor esta visão, foi desenvolvido o conceito de desenvolvimento pacífico visando construir um mundo harmonioso. Segundo o Livro Branco intitulado “Desenvolvimento Pacífico da China” de 2011, os chineses amam a paz, aprenderam o valor da mesma e também a necessidade urgente de desenvolvimento do país. Pequim acredita que somente a paz pode permitir que seu povo viva e trabalhe, e que somente o desenvolvimento pode oferecer à eles uma vida decente. Através disso, o objetivo central da diplomacia chinesa seria criar um ambiente internacional pacífico e estável para o seu desenvolvimento. Para isso, não

⁴ “its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority)”(NYE, 2004, p. 11).

se engajaria em agressão ou expansão, e nunca tentaria buscar hegemonia (LIVRO BRANCO, 2011). Este novo conceito de “desenvolvimento pacífico” reflete a tentativa chinesa de apresentar uma nova atualidade e organizar o discurso chinês de maneira a mostrar uma China não ameaçadora para os vizinhos, promovendo a abertura do país aos novos tempos (PECEQUILO; CARMO, 2014).

Neste sentido, as então lideranças chinesas, com o fim da Guerra Fria, entenderam que para diminuir a percepção de ameaça dos vizinhos em relação à “ascensão chinesa”, deveriam adotar uma abordagem multilateral em torno da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Multilateralismo de acordo com Ruggie (1993, p.8, tradução nossa) “refere-se à coordenação de relações entre três ou mais estados de acordo com certos princípios”⁵. Conforme Mello (2011, p.13) o multilateralismo é

um sistema de interação estatal no qual cada membro busca estabelecer relações com o conjunto dos demais membros do sistema, ao invés de priorizar ações unilaterais ou bilaterais.[...] O conceito de multilateralismo abarca assim uma extensa variedade de situações internacionais, como método de negociação, método de ação, método de institucionalização de normas e de regulação do sistema internacional, ao mesmo tempo em que remete a um certo conjunto de valores universais fundados nos princípios da Carta da ONU (MELLO, 2011, p.13).

Nessa lógica, a ASEAN para a China passou a representar a possibilidade de se estabelecer um regionalismo com menor interferência dos Estados Unidos. Acharya (2008, p. 11, tradução nossa) diz que Pequim passou a adotar o que ficou conhecido como *charm offensive*, onde “a China tem sido capaz de usar o multilateralismo como um meio de amortecer a conversa sobre uma “ameaça da China” e desconsiderar a contenção”⁶. Assim pode-se considerar o *charm offensive* como um instrumento de *soft power*, que visa a disseminação da nova política chinesa, ajudando na propagação dos seus interesses (NOGUEIRA; HENDLER, 2016), e usando da ASEAN para reduzir o sentimento de ameaça dos países do Sudeste Asiático. Kurlantzick (2007), também aborda o *charm offensive*, que teria iniciado por volta dos anos 2000, pelo qual Pequim teria estabelecido seus objetivos, almejando a

⁵ “multilateralism refers to coordinating relations among three or more states in accordance with certain principles” (RUGGIE, 1993, p. 8).

⁶ China has been able to use multilateralism as a means to dampen the talk about a “China threat” and discredit containment (ACHARYA, 2008, p. 11).

estabilidade e a paz com todos os países, em especial, aqueles com os quais faz fronteira. Segundo Kurlantzick (2007, p. 40, tradução nossa), “mudar a imagem da China e minar o cenário de uma ameaça ao país era vital para Pequim - e crucial para o futuro de sua política externa”.⁷

De fato, esta estratégia chinesa de *charm offensive* envolve cooperação e o exercício ativo dentro das organizações regionais ou no nível dos fóruns multilaterais juntamente com os parceiros asiáticos. Importante ressaltar também que essa estratégia de *charm offensive* da China engloba, também, as disputas no Mar do Sul da China que a opõem a diversos países do Sudeste Asiático. Como resultado dessa estratégia, a China aumentou seu prestígio na região (DUARTE, 2012). Através disso, a China tem aumentado cada vez mais sua área de influência.

Para Lanteigne (2009) essa crescente visibilidade em muitas áreas das relações internacionais fez com que se fortificasse uma visão da China como grande potência, levando inclusive a se debater sobre a possibilidade da China ser um dos principais atores do sistema internacional atual. A realização das Olimpíadas de Beijing em 2008 elevou a política externa chinesa à um alto nível. Por conta disso, novas prioridades foram delimitadas: a defesa da paz e do desenvolvimento, maior multilateralismo e a busca por um mundo multipolar (PECEQUILO; CARMO, 2014). Ainda, tudo se encaixaria na estratégia de *soft power*, visto que segundo Nye (2011)

a China está realizando grandes esforços para aumentar seu *soft power*. A China sempre teve uma cultura tradicional atraente e criou várias centenas de Institutos Confúcio em todo o mundo para ensinar sua língua e cultura. A China também ajustou sua diplomacia para usar mais acordos multilaterais para aliviar os temores e reduzir a probabilidade de outros países se aliarem para equilibrar um poder crescente (NYE, 2011, p. 178 e 179, tradução nossa).⁸

É notório que o *soft power* chinês vem crescendo, e isso é o resultado de uma política diplomática variada e do crescente poder da China. Prova disso é o poder econômico que vem adquirindo e a sua capacidade de promover o crescimento em

⁷ Changing China's image and undermining the scenario of a China threat, then, were vital to Beijing—and crucial to the future of its foreign policy (KURLANTZICK, 2007, p. 40)

⁸ China is making major efforts to increase its soft power. China has Always had an attractive traditional culture, and has created several hundred Confucius Institutes around the world to teach its language and culture. China has also adjusted its diplomacy to use more multilateral arrangements to alleviate fears and reduce the likelihood of other countries allying to balance a rising power (NYE, 2011, p. 178 e 179).

grandes proporções, que acabam fazendo a China ser um modelo para outros países em desenvolvimento. Para além disso, o país também assumiu um caráter mais benevolente na manutenção da paz da ONU, enviando tropas para algumas missões (LANTEIGNE, 2009).

No panorama estratégico, a China voltou-se para o multilateralismo, pois acredita que esta é a melhor maneira de resolver os problemas de segurança e, conseqüentemente, tem sido mais ativa no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e também em organizações regionais de segurança, como o Fórum Regional da Ásia e a Organização de Cooperação de Xangai (OCX)(LANTEIGNE, 2009). No entanto, falar da boa vizinhança e da cooperação bi e multilateral causa um embate em relação à postura chinesa com os litígios territoriais que envolvem Filipinas, Vietnã, e demais países no Mar do Sul da China. A China é vista como uma ameaça por esses países. E se torna cada vez mais difícil de negar isso diante dos acontecimentos, entre eles a modernização das forças armadas, a atuação da marinha chinesa ao enfrentar barcos pesqueiros estrangeiros nas áreas que estão em disputa e a construção de bases militares e povoamentos civis em ilhotas.

O impasse entre os países persiste há décadas, bem como a apreensão de ameaça entre as elites dos países menores (principalmente Filipinas e Vietnã). Ainda, possui o problema de que estes países preferem negociar em bloco e com os EUA (NOGUEIRA; HENDLER, 2016). Mas a China tem usado das organizações para obter maiores informações acerca do funcionamento do sistema internacional, visto que seus interesses globais têm se expandido (LANTEIGNE, 2009). O relacionamento com a ASEAN, que antes era vista pelos chineses como hostil, passou a ser percebida depois de 1990 como um meio privilegiado por tratar de tópicos variados, o que chamou a atenção chinesa em torno do multilateralismo e de acordo com Lin e Gertner (2015)

reforçados por um senso histórico de direito, os líderes e a população da China ganharam cada vez mais confiança na influência econômica do país e na centralidade de seu papel na governança global. Como resultado, a atitude subjacente à política externa chinesa mudou de autocontrole para uma das pequenas potências paternalistas na região (LIN; GERTNER, 2015, p. 16, tradução nossa).⁹

⁹ Reinforced by a historical sense of entitlement, China's leaders and populace have gained increasing confidence in the country's economic clout and the centrality of its role in global governance. As a result, the attitude underlying Chinese foreign policy has shifted from selfrestraint to one of patronizing smaller powers in the region (LIN; GERTNER, 2015, p. 16).

Seguindo o caminho de desenvolvimento pacífico, segundo Zheng (2005) a China não está buscando tornar-se um grande poder militar que quer disputar a hegemonia ao redor do mundo, e sim um grande mercado, uma grande civilização e uma grande potência que tem um papel importante a ser desempenhado na comunidade internacional. Zheng (2005) acrescenta que a China tem se empenhado em se tornar um país socialista moderno, próspero, democrático e culturalmente avançado que não busca a hegemonia nem a liderança do mundo.

Quando Deng Xiaoping estava no poder na China, ele disse que o país não buscava pela hegemonia naquele momento, e que não faria isso mesmo se tornando um país mais forte. Com Hu Jintao não foi muito diferente, e a política era voltada para a defesa do pragmatismo, acompanhando os tempos de mudança. Por isso o país passou a buscar por uma política externa de paz, e uma política interna de construção de uma sociedade harmoniosa (ZHENG, 2005). Depois da política de reforma e abertura é incontestável “a magnitude de sua força de trabalho, sua criatividade, seu poder de compra, a coesão e a dinâmica de desenvolvimento e sua contribuição para o mundo como um motor de crescimento” da China (ZHENG, 2005, p. 7, tradução nossa).¹⁰

Em 2012, ocorreu a transição da liderança de Hu Jintao para Xi Jinping e a mudança na política externa chinesa, substituindo o lema da “ascensão pacífica” para o lema do “sonho chinês”. Desde que Xi assumiu o poder, a política externa chinesa tornou-se muito mais assertiva e nacionalista, redirecionada para um modelo que busca por resultados econômicos, militares e políticos (NOGUEIRA; HENDLER, 2016). Um símbolo da política externa assertiva para a região é o projeto das Novas Rotas da Seda, que pretende reestabelecer as antigas rotas terrestres e marítimas da China. E para além disso as novas rotas buscam facilitar a influência chinesa sobre o Mar do Sul da China (NOGUEIRA; HENDLER, 2016).

O Mar do Sul da China é rico em hidrocarbonetos e variedades de peixes, mas não são apenas esses recursos que interessam a China. De fato, a China parece estar igualmente preocupada em realizar mudanças no escopo de suas Zonas Econômicas Exclusivas (DUARTE, 2012). A resposta dos países do Sudeste Asiático à essa assertividade chinesa tem resultado em um misto de desconfiança. Em outras

¹⁰ “the magnitude of its labor force, its creativity, its purchasing power, the cohesion and momentum of development, and its contribution to the world as an engine of growth” (ZHENG 2005, p. 7)

palavras, a obsessão chinesa pelo controle das ilhas na região pode ser interpretada como uma expansão ou como uma extensão “natural” da influência chinesa, que acaba perturbando seus vizinhos (NOGUEIRA; HENDLER, 2016).

O crescimento da China contribuiu para o crescimento da economia mundial em geral. A política de reforma e abertura não trouxe apenas mudanças no mar na China, mas também fez com que o país compreendesse que tem um papel no mundo de hoje (ZHENG, 2015). Com Xi no poder e com a mudança na postura interna, deu-se início a uma nova era no comportamento externo do país, contudo sem grandes rupturas. As políticas e objetivos estratégicos de Xi ainda exibem continuidade com os últimos anos do mandato de Hu. De fato, continua a manter a assertividade em questões territoriais sendo o Mar do Sul da China um deles, e a fazer uso de ferramentas geoeconômicas coercitivas na região (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). O que faz a diferença na política externa de Xi Jinping é a disposição de usar todos os instrumentos de governo, para perseguir seus vários objetivos geopolíticos (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

Essa abordagem fica mais clara nas relações da China com os países do Sudeste Asiático, principalmente aqueles que estão envolvidos em uma possível disputa territorial sobre o Mar do Sul da China. Essa posição rígida da China nas disputas territoriais foi seguida de generosos investimentos e pacotes comerciais para os estados do Sudeste Asiático. No entanto, esses gestos generosos da China ocorreram em meio aos movimentos agressivos do país no Mar do Sul da China. O que sugere que de alguma forma a China busca mostrar os benefícios da cooperação contra o cenário de potenciais conflitos (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). E por mais que a China venha buscando desenvolver laços mais fortes com outros países, um elemento importante da estratégia de Xi foi criar e participar ativamente de instituições multilaterais (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). Tais gestos generosos e a estratégia multilateral visando buscar benefícios geopolíticos, nos leva a relembrar o *soft power* da China. De acordo com Blackwill e Campbell (2016)

O estilo de liderança decisivo de Xi, seu poder inigualável dentro do sistema político e seu forte desejo de vigorosa diplomacia chinesa produziram uma política externa que é assertiva, coordenada e diversificada entre os

instrumentos e alvos do governo (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016, p. 20, tradução nossa).¹¹

A China segue uma política de defesa nacional defensiva. De acordo com a Constituição da República Popular da China e demais leis relevantes, ao exército da China incumbe-se o dever de resistir à qualquer tipo de agressão estrangeira, defender a pátria e preservar a estabilidade geral do seu povo. A pretensão de uma política de defesa nacional defensiva foi determinada pela trajetória de desenvolvimento da China, suas tradições e sua política externa. A China toma o caminho do desenvolvimento pacífico, o mesmo da ascensão pacífica, com o objetivo de promover a construção de um mundo harmonioso, desfrutando de paz duradoura e prosperidade comum externamente (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2011).

A China progride de forma muito sólida na sua reforma e abertura, e consegue fazer isso por conta de um ambiente internacional pacífico para o seu próprio desenvolvimento. Pequim pretende que sua política externa seja cada vez mais independente, e para isso busca promover a cooperação amigável com todos os países e principalmente com os vizinhos do Sudeste Asiático, usando como base os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. Além disso, continua firmemente defendendo a resolução de disputas através de meios pacíficos, o equilíbrio na questão da guerra e a estratégia de não atacar nenhum país, somente se for atacado antes (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2011). Como mencionado anteriormente, o conceito de defesa ativa está ligado à cultura confucionista. O que deve ser defendido de forma ativa pelo país mudou com o tempo e a cultura estratégica confucionista exerce um papel importante no processo de elaboração de política externa e de segurança da China (ŠIMALČÍK, 2016). Ainda, segundo o Conselho de Estado da China, o país “nunca buscará hegemonia, nem adotará a abordagem da expansão militar agora ou no futuro, não importa como sua economia se desenvolva” (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2011). O confucionismo, portanto, exerce influência não só na política interna do país, nos seus objetivos fundamentais e em suas tradições, mas também na elaboração da política externa do país, determinando muitas vezes sua conduta frente a conflitos regionais e internacionais.

¹¹ Xi's decisive leadership style, his unmatched power within the political system, and his strong desire for vigorous Chinese diplomacy have produced a foreign policy that is assertive, coordinated, and diversified across the instruments and targets of statecraft (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016, p.20).

2.2 – O confucionismo na Política Externa da China

O Confucionismo é uma doutrina que se baseia nos textos de um sábio chinês, chamado Confúcio, que teria nascido em 551 a.C. no condado central de Lu (atual província de Shāndōng) e vivido até o ano de 479 a.C. (RAMOS; ROCHA, 2015). Um dos principais objetivos do sistema de governo influenciado pelo confucionismo não era o poder em si, mas a harmonia, que poderia contribuir para a paz e a prosperidade do reino e do povo (GERNET, 2003). Para os confucionistas, o bom soberano deve proporcionar ao seu povo subsistência e instrução, e assim fomentar a ordem (RAMOS; ROCHA, 2015). Apesar da disseminação das ideias de Confúcio na China, ainda durante o período dos Reinos Combatentes, o pensamento confucionista não foi adotado na primeira Dinastia Qin (221-206 a.C.), pois o primeiro imperador Qin Shihuang não compatibilizava com os ideais confucionistas. Foi somente na Dinastia Han (206 a.C.-220), com um maior desenvolvimento cultural e uma maior abertura, que o confucionismo conseguiu se impor como doutrina do Estado (GERNET, 2003). Depois disso os princípios confucionistas se mantiveram na sociedade chinesa por séculos. O confucionismo se constitui de 3 elementos: não violência, defesa, e guerra justa. Elementos que juntos podem influenciar o comportamento interno e externo da China (ŠIMALČÍK, 2016). Os confucionistas rejeitam as guerras que visavam lucros egoístas. Essa posição da China reflete a sua perspectiva de uma comunidade internacional pacífica (GERNET, 2003). O confucionismo é importante pois moldou os valores da sociedade chinesa, e através deles ainda influenciam as ações políticas do governo.

O pensamento confucionista acreditava em um sistema baseado na meritocracia e na manutenção do conservadorismo. Sendo considerado este conservadorismo, um dos motivos do atraso chinês no século XIX (BUENO, 2012). Para Wang:

duas décadas atrás, o confucionismo foi ferozmente atacado e condenado na história chinesa moderna. Ele foi descartado por "intelectuais iluminados e progressistas" como o incômodo fardo da China em seu caminho para a meta

da ciência e da democracia, e também condenado pelos radicais como a "ideologia feudal reacionária" (WANG, 2011, p.33, tradução nossa).¹²

Apesar disso, autores chineses passaram a trabalhar em uma reformulação do confucionismo visando o mundo contemporâneo, e que ficou conhecido como 'Novo Confucionismo' que tenta evitar uma confusão com o nome "Neoconfucionismo" usado no século XII (BUENO, 2012). "Novo confucionismo" não é para ser confundido com o Neoconfucionismo, da China Imperial (RAINEY, 2010). Inicialmente, a proposta do movimento seria restaurar o confucionismo em suas diferentes particularidades, a começar pela teoria pedagógica e inclusive as suas formas mais desenvolvidas de sistematização política, ética e mesmo econômica (BUENO, 2012). O confucionismo, desde sempre, foi confucionismo político. Pois Confúcio aspirava criar um mundo harmonizado onde todos pudessem aplicar a virtude da benevolência/generosidade (QUING, 2011).

Quando Mao morreu e a Revolução Cultural chegou ao fim, em meados de 1970, o confucionismo estava praticamente inativo na China. Pois tudo que dizia respeito à filosofia de Confúcio tinha sido destruído pelos Guardas Vermelhos. Seus livros, os templos, e a sua reputação, visto que chegou até mesmo a ser considerado um vilão do passado (RAINEY, 2010). A China e outros países do leste asiático pensavam que não iriam conseguir se desenvolver economicamente até que o antigo sistema confucionista não fosse derrubado, isso porque muitos pensadores ocidentais e até mesmo alguns chineses mencionavam que o confucionismo se opunha ao capitalismo, e sem o capitalismo essas sociedades não conseguiriam chegar ao avanço da modernidade (RAINEY, 2010). Contudo, esse ponto de vista se mostrou equivocado, devido aos milagres econômicos que passaram a se suceder em Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul e Cingapura. A respostas dos governos era sempre a mesma, o confucionismo. Vinham do confucionismo os ensinamentos da ética no trabalho, respeito à família, obediência, educação, entre outros valores, que permitiram a modernização destes países de forma repentina. E a lógica feita foi esta, visto que o confucionismo estava presente em todas estas culturas, seria ele o responsável do triunfo destes países (RAINEY, 2010).

¹² Two decades ago, this situation was totally unexpected and unimaginable. Among various schools of thoughts, Confucianism was most fiercely attacked and condemned in modern Chinese history. It was discarded by "enlightened and progressive intellectuals" as the troublesome burden of China on her way toward the goal of science and democracy, and also condemned by the radicals as the "reactionary feudal ideology" (WANG, 2011, p.33).

Contraopondo essa ideia, Rianey (2010) diz que alguns autores pontuam que não se pode afirmar que o confucionismo tenha levado ao sucesso econômico dos países asiáticos, visto que o confucionismo se desenvolveu em um mundo monárquico, e seu pensamento político e social é totalmente contrário à democracia.

Xianlin (2003), argumenta que os estudos sobre o Novo Confucionismo foram dirigidos de forma deliberadamente conveniente, e que o novo discurso confuciano favoreceu a reconstrução e difusão do ideal confuciano na sociedade chinesa pós-Mao, que serviu mais tarde como estímulo ao nacionalismo dos anos 90. Difusão essa que começou no ano de 1991, com o livro “Confucionismo Político” de Jiang Qing, onde o “novo confucionismo” é apresentado e incluiu um projeto político, ético e social, visando reposicionar o confucionismo como prioridade na China. Logo depois, por volta de 1994, também se iniciou a dissuasão dos Institutos Confúcio, tendo em vista o ensino da língua chinesa, e de outras especificidades da sua cultura, como a pintura, música, dança, entre outros. E além disto, o governo também passou a patrocinar livros e filmes sobre a vida de Confúcio, na tentativa de trazer os valores confucionistas de volta à população (BUENO, 2016). Ainda segundo Bueno (2016), a ideologia confucionista foi a forma encontrada pelo governo para preencher as carências do Estado, que está mais focado no crescimento da economia e na manutenção da ordem, do que com desenvolvimento pessoal da sua população. O filme “Confúcio”, lançado na China em 2010, atestou a reconquista do confucionismo e dos estudos relacionados a ele em todos os níveis da sociedade chinesa (BUENO, 2016).

Quando se trata de guerra, os confucionistas possuem uma visão diferente dos demais países que na sua maioria consideram como uma estratégia de governo. O pensamento político confuciano possui não apenas normas sobre quando se justifica reagir a uma guerra, como também obrigações sobre como uma guerra tem de ser travada. Para o confucionismo apenas uma guerra limitada será travada. Por exemplo, quando a China se arrisca a usar a força contra seus inimigos, ao contrário de destruir o inimigo e apoderar-se de seu território, a guerra limitada pretende recuperar o *status quo* anterior. Qualquer campanha militar chinesa é pensada com o objetivo de barrar os inimigos e resguardar as linhas de comunicação chinesas (ŠIMALČÍK, 2016). Compreender a perspectiva confucionista é importante pois trataremos das disputas no Mar do Sul da China, com outros países também influenciados pelo pensamento confucionista.

Por um lado, os confucionistas permitem o uso da força, e por outro concedem primazia para a moralidade. Assim, a alternativa encontrada para organizar ambos os pensamentos foi colocar o uso da força de acordo com exceções morais especiais. Isso deu origem a uma teoria de guerra justa ligada ao confucionismo, divididas em sete princípios: 1) Princípio de precaução: que serve para evitar conflitos militares desnecessários; 2) Princípio da proibição da violência: quando é necessário usar uma guerra justa para proteger as pessoas da violência injusta; 3) Princípio baseado em pessoas: se uma guerra deve ser travada ou não, isso deve ser decidido por pessoas, ou mais precisamente, pelo povo; 4) Princípio de proteção da vida: para os confucionistas, é a responsabilidade básica do governo, que deve fornecer as pessoas condições de uma vida decente, assim, no caso da guerra ser inevitável, o governo deve se esforçar para atenuar o dano causado ao povo; 5) Princípio da autoridade adequada: quando a idéia da ordem hierárquica é aplicada à questão da guerra, naturalmente somente a autoridade mais alta pode legitimamente iniciar uma guerra; 6) Princípio de confiabilidade: mesmo no momento do confronto físico, o determinante da vitória ainda é o poder da moralidade; 7) Princípio de medidas corretas: 'medida' aqui significa quaisquer métodos usados no gerenciamento de exércitos, ou seja, os métodos corretos a serem usados em uma guerra (YEUNG; HANG FUNG, 2011).

Ainda é questionável se essas normas do pacifismo confucionista realmente influenciam o atual comportamento chinês, pois não podem ser consideradas uma regra. Mesmo que a China se considere um país profundamente confucionista e pacifista, em casos que seja necessário o uso da força, ela não hesitará, ainda que os líderes chineses realmente se considerem não-agressivos (ŠIMALČÍK, 2016, p.69).

Os sete princípios citados acima são derivados da moral e dos valores ou princípios chineses (YEUNG; HANG FUNG, 2011). A própria assimilação por parte da China como sendo pacífica é um fator que leva o país a ter uma visão dos demais países do sistema internacional como agressivos e expansionistas. Essa visão da China faz com que se crie um alto nível de desconfiança (ŠIMALČÍK, 2016, p.70).

Há ainda um sentimento forte de insegurança diante das ameaças externas que vem do entendimento de que a China é diferente (pacifista, ao contrário das outras nações agressivas), que se reforça pelas memórias históricas típicas da sociedade chinesa. Entre elas a Guerra do Ópio de 1839-1842 e depois, quando a China foi de fato dividida entre várias potências européias e os EUA. Esses acontecimentos ficaram marcados no cenário chinês. A ocupação japonesa da Manchúria em 1931 e

a Segunda guerra sino-japonesa, de 1937 que se estendeu por toda a Segunda Guerra Mundial, fizeram com que se criasse na China uma mentalidade de isolamento (ŠIMALČÍK, 2016). E como já foi citado, o estabelecimento de uma ameaça e a decisão de como responder a essa ameaça depende muito da visão cultural do estado sobre a ordem internacional e da função da violência na mesma. No que se refere a China, a definição do que é uma ameaça condiz com as normas culturais confucionistas (ŠIMALČÍK, 2016). No entanto, com o tempo, o governo chinês teria passado a entender que o ideal de harmonia confucionista seria, por um lado, um reconhecimento implícito de que nem todas as coisas possuem tanta harmonia, e que os conflitos, deveriam ser resolvidos pacificamente no presente e futuro (RAMOS; ROCHA, 2015).

Mesmo falando de uma ótica de poder, é possível dizer que, para que o poder seja fortalecido, é imprescindível garantir um desenvolvimento conveniente de *soft power* ao mesmo tempo em que se usa o *hard power*. Ainda de acordo com Šimalčík (2016), o confucionismo implica no uso do *soft power* ao invés do *hard power* pela China, para tentar atingir seus objetivos na política externa. Por isso também todas as formas de retomada da ideologia confucionista na China, que foram citadas anteriormente, como livros, filmes, os Institutos Confúcio, podem ser consideradas uma forma de *soft power*.

O confucionismo, tem como um de seus princípios a não violência, porque a violência não gera confiança. E a confiança precisa ser construída, principalmente em relação aos vizinhos, para evitar a necessidade de lutar pela sobrevivência. A confiança é construída através de representações adequadas, relações de assistência e políticas externas flexíveis e amigáveis, e para isso é necessário que se faça um bom uso do *soft power* (YEUNG; HANG FUNG, 2011). O confucionismo tem sido a maneira pela qual a China, no momento de sua ascensão pacífica e da sua política de charme, faz bom uso do *soft power*. Com isso a China permanece muito forte na região, desenvolvendo sua economia, e investindo em segurança, ao mesmo tempo em que estabelece relações multilaterais de confiança com seus vizinhos que possuem as mesmas reivindicações. A China “adotou o pensamento confucionista como a filosofia oficial do Estado [...] onde o cânon confucionista se evoluiu para algo próximo de uma Bíblia chinesa e Constituição combinadas numa coisa só” (KISSINGER, 2011, p.32). Visto que o Novo Confucionismo levou a um extraordinário crescimento econômico, e produziu relações harmoniosas entre a população e um

estado forte, ele foi melhor aceito pelo governo (RAINEY, 2010). Sendo assim, uma aposta chinesa para suas atividades políticas, fornecendo as orientações para a administração pública e do governo.

2.3 – O panorama geopolítico chinês

São das relações sociais que surgem os conflitos e questões de interesse de cada país, que depois acabam por se concretizar em disputas entre grupos e classes sociais para organizar o território da maneira compatível aos objetivos de cada um, consequentemente atendendo aos seus interesses (CASTRO, 2005). Para entender de fato como controlar seus territórios, os países necessitam dos estudos geográficos (CASTRO, 2005). O território passou a se tornar pouco a pouco um patrimônio que o povo deve defender como um tesouro, sendo a ordem estatal a sua segurança. Além disso, dilemas como a luta pela posse, controle e submissão legal do território têm sido fundamentais na história de todos os Estados modernos (CASTRO, 2005). Por conta disso é imprescindível que neste trabalho sejam considerados os elementos geopolíticos, principalmente quando estamos falando do mar.

Dentre os fatores estáveis da geopolítica, relevantes para este trabalho, está a posição marítima. Antigamente, o acesso ao mar era uma condição extremamente vantajosa para a expansão de um país, e ainda continua sendo. Convém ressaltar que o acesso ao mar é necessário também para conseguir um certo nível de poder mundial (CELERIER, 1983). Segundo Mahan (1890, p. 3, tradução nossa) “a história do poder marítimo é, em grande parte, embora não exclusivamente, uma narrativa de disputas entre nações, de rivalidades mútuas, de violência que freqüentemente culmina na guerra”.¹³

Para se fazer uma análise geopolítica inicial dos Estados, elementos básicos tornaram-se essenciais, revelando a inclinação de suas medidas, onde inúmeros fatores passam a influenciar na aplicação do poder. Estes elementos básicos da geopolítica são: 1) tendência dos Estados em face das condições geográficas; 2) forma dos territórios dos Estados; 3) posição dos territórios dos Estados; 4) linha

¹³ The history of Sea Power is largely, though by no means solely, a narrative of contests between nations, of mutual rivalries, of violence frequently culminating in war (MAHAN, 1890, p. 3).

periférica do território dos Estados (BONFIM, 2005). Quanto as condições geográficas da China, o país possui grandes bacias hidrográficas com rios de longa extensão, como o Rio Amarelo, Zhujiang e Tarim. Além disso, possui uma saída para o Mar do Sul da China, no entanto em apenas um sentido, mas com acesso as grandes rotas marítimas de suprimento, que asseguram seu progresso. Quanto as bases militares, mesmo que o país tenha se esforçado em aumentar sua frota militar, as bases ainda podem ser consideradas significativas para um país tão grande e populoso como a China. Quanto a forma do território, pode-se dizer que a China é um país de forma recortada, que é ruim no sentido que possibilita maiores influências externas, dificultando a coesão política e social e até deixa o país mais vulnerável, e bom porque no caso de um Estado litorâneo possibilita que o país tenha mais portos que facilitam as relações comerciais e econômicas. Referente a posição dos Estados, o país é vizinho de países que possuem relevada influência ou pressão no sistema internacional, como a Coréia do Norte, Rússia, Vietnã, Índia, entre outros. O relevo também é levado em consideração pois determina se o país possui as características necessárias para o bom uso da terra. No caso chinês, depende muito da região, mas a agricultura e outras atividades do meio possuem grande abrangência. Por último, a linha periférica do Estado, ou a fronteira, com a maioria de seus vizinhos, é terrestre.

É de extrema importância que um Estado tenha a sua própria saída para o mar, pelo fato de permitir acesso às rotas marítimas, fundamentais para o seu maior desenvolvimento, assim como é imprescindível para o desenvolvimento econômico que a China vem demonstrando, a linha de nove traços que será abordada no próximo capítulo. A situação ideal seria que os Estados tivessem também um acesso territorial aos mares opostos (BONFIM, 2005). O acesso imediato a essas rotas contribuiu para a integração do Estado no contexto do comércio mundial. As primeiras e mais importantes rotas marítimas de abastecimento foram e ainda são demasiado importantes para garantir o progresso dos Estados e, algumas vezes, até mesmo a sobrevivência de alguns (BONFIM, 2005). A significativa importância do comércio marítimo sobre a riqueza e a força dos países foi diretamente analisada antes mesmo que os reais princípios que geriam seu crescimento e prosperidade fossem descobertos (MAHAN, 1890, p. 3).

É pertinente em relação aos vizinhos, analisar a geopolítica dos Estados, referente ao grau de poder de cada um, pois permite que sejam identificadas as áreas de influência externa dos mesmos, e os lugares onde há algum atrito atual e potencial,

sendo o Estado capaz de calcular ações ou reações necessárias. Além dessa análise, é preciso ter em vista que Estados fortes poderão atuar de forma a exercer pressão, violência ou influência sobre Estados vizinhos mais fracos, atraindo-os basicamente através de assinaturas de acordos ou alianças, e em alguns casos a pressões são tão fortes que chegam a ameaçar sua soberania (BONFIM, 2005).

Dentre os recursos variáveis, estão os recursos naturais dos Estados que são fatores geopolíticos relevantes (CELERIER, 1983). O valor real de um país depende da abundância e da qualidade destes recursos. A riqueza de um Estado vem da sua produtividade e do valor de suas mercadorias. Assim, pode-se dizer que seu poder político e sua força dependem do emprego correto dos seus recursos e das mercadorias que retira deles (CELERIER, 1983). A posse destes recursos faz com que os Estados alcancem mais poder, e se tornem mais fortes, podendo assim exercer maior pressão nos demais. Conforme Emmers (2010), operações e interações territoriais, energéticas e de poder influenciam as disputas territoriais marítimas. E os três atributos geopolíticos apresentam devida importância na estrutura teórica, podendo variar entre as disputas (EMMERS, 2010).

O território proporciona benefícios econômicos e estratégicos para um país, fazendo com que seu prestígio político no sistema internacional se amplie. Obter o domínio do território é visto, conseqüentemente, como uma maneira de expansão do poder estatal (EMMERS, 2010). É com base nos recursos naturais que podem ser encontrados em um país, que o território pode ser considerado valioso, enquanto o poder pode ser entendido como decorrente deste território controlado. Diante desta perspectiva, tanto os recursos naturais quanto o território podem ser classificados como suficientes para agregar ou limitar a hierarquia de poder de um Estado no sistema internacional (EMMERS, 2010, p. 9). Ainda, Emmers (2010), considera que

os recursos naturais e as necessidades de energia têm tradicionalmente influenciado os objetivos de política externa dos Estados. A questão dos recursos naturais mudou da baixa política de produção e consumo domésticos para a alta política de segurança nacional. Um fornecimento seguro de energia é visto como crucial para atender às demandas de energia de uma população, garantindo um padrão de vida para certos países e ajudando no desenvolvimento de outros. Os recursos naturais, como uma questão econômica e estratégica, também têm contribuído para a construção de alianças, políticas expansionistas e as origens do conflito (EMMERS, 2010, p. 11, tradução nossa).¹⁴

¹⁴ Natural resources and energy needs have traditionally influenced the foreign policy objectives of states. The question of natural resources has shifted from the low politics of domestic production and

O poder marítimo pode ser afetado por diversas condições, são elas: a posição geográfica; a conformação física, incluindo, produções naturais e clima; a extensão do território; o número de população; o caráter nacional e; o caráter do governo, incluindo as instituições nacionais (MAHAN, 1890). A posição geográfica pode por si só exigir uma concentração, ou demandar uma dispersão, das forças navais. Quando o mar não apenas faz fronteira, mas também separa um país, o monitoramento dele se torna vitalmente necessário. Essa condição física pode dar força ao poder marítimo, ou tornar o país fraco. A extensão do território para o poder marítimo, diz respeito a extensão da costa, que pode ser uma fonte de força ou fraqueza de acordo com o tamanho da população. Quando o assunto é a população, não é apenas o total geral que deve ser contado, mas também o número que segue o mar. Quanto ao caráter nacional, se o poder marítimo for de fato apoiado em um comércio pacífico e extenso, a inclinação para as atividades comerciais deve ser uma característica notável em relação ao mar.

Visto que a característica nacional mais importante para a expansão do poder marítimo, é a aptidão ao comércio, envolvendo obrigatoriamente a negociação de algum produto, é muito importante que a China tenha livre acesso ao Mar do Sul da China, que possibilita manter seus mercados. Não obstante, ainda o caráter do governo, suas formas particulares, e suas instituições, além do caráter dos governantes historicamente exerceram influências muito marcantes sobre o desenvolvimento do poder marítimo (MAHAN, 1890).

O poder é abordado simplesmente em matéria de recursos e proporções, ou ainda com relação a desempenho e prestígio. O poder é considerado algo que depende das reservas disponíveis de um país, da mesma maneira que a localização destas reservas pode proporcionar vantagens estratégicas ao mesmo. De acordo com sua localização geográfica, ambições e capacidade de projeção de poder, os estados podem ser definidos como potências continentais ou marítimas. A China é uma potência continental, mas trabalha para se tornar uma potência marítima também. A simples alusão de abundância da presença militar ou a obtenção de tecnologia nuclear

consumption to the high politics of national security. A secure energy supply is seen as crucial to meeting a population's energy demands, guaranteeing a standard of living for certain countries, and aiding in the development of others. Natural resources, as an economic and strategic issue, have also been a contributing factor in alliance-building, expansionist policies, and the origins of conflict (EMMERS, 2010, p.11).

por um país, é capaz de desempenhar um papel de poder de barganha quando entendido como uma ameaça aos demais, assim, um país pode produzir uma assimilação de maior poder (EMMERS, 2010).

O poder marítimo, direta ou indiretamente, teve uma ampla atuação em guerras, que implementaram profundas mudanças nos mapas, além da criação de novos Estados e desaparecimento de outros (MAHAN, 1890). Em um governo significativo, qualquer tipo de gasto militar possui um forte interesse por trás (MAHAN, 1890). Efetivamente, é assim que o poder marítimo opera usualmente, visto que é tão silencioso em seu movimento, é mais possível que ele passe despercebido, por isso deve ser registrado com atenção (MAHAN, 1890).

O mar se apresenta, do ponto de vista político, como uma grande estrada, ou talvez, como um grande espaço comum, sobre o qual os homens podem movimentar-se em todas as direções. Neste grande mar, encontram-se linhas de viagem que são chamadas rotas de comércio, determinadas através da história do mundo (MAHAN, 1890). O tráfego pela água geralmente era mais fácil e mais barato do que por terra. Devido a isso, surgiu a demanda por portos, ou estações, não somente para se realizar o comércio, mas também para a defesa em tempos de guerra. Em uma guerra marítima, como em todas as outras, duas coisas são essenciais: uma base adequada na fronteira, neste caso na costa marítima, e uma força militar organizada, neste caso uma frota, que seja efetiva às operações (MAHAN, 1890). Quando se trata das disputas territoriais marítimas no Mar do Sul da China, embora os recursos naturais sejam relevantes para se compreender as origens de muitos conflitos existentes, junto, deve-se analisar as noções de nacionalismo e territorialidade (EMMERS, 2010).

Em uma possível guerra, a duração da mesma dependeria totalmente do equilíbrio do poder marítimo (MAHAN, 1890). Por isso, para o crescimento, desenvolvimento, e para a segurança nacional de um Estado, é imprescindível que ele possua poder marítimo (MAHAN, 1890). Ainda mais no caso de China, Filipinas e Vietnã, se eventualmente algum deles quiser expandir seu domínio real sobre o Mar do Sul China.

É evidente que o potencial militar chinês tem progredido em concordância com seu sucesso econômico (PAUTASSO; DORIA 2017). Como resultado, as reivindicações chinesas pelas ilhas podem ser atribuídas à sua convicção na existência de reservas de recursos naturais no Mar do Sul da China, assim como pode ser uma tentativa de obter maior poder dentro da região. Alegações estas,

confirmadas de certa forma pelo desenvolvimento constante das frotas marítimas e de investidas aéreas da China (EMMERS, 2010). E ao mesmo tempo que a China segue expandindo o seu poderio, isso tem culminado em uma clara supremacia em relação aos demais países no MSCh. Todos os países da região que fazem fronteira com o Mar do Sul da China têm suas razões para assegurar as suas demandas territoriais, pois não se trata de um problema técnico-jurídico e sim geopolítico da região (PAUTASSO; DORIA, 2017).

Por esse motivo, o próximo capítulo, irá tratar sobre a atuação da China, frente as reivindicações de Filipinas e Vietnã, referente às Ilhas Spratly e Paracel. Realizando um recorte histórico, que vai de 2002, na ocasião da “Declaração do Código de Conduta no Mar do Sul da China”, a 2017, período mais recente, para entender o que tem se sucedido desde então. Também, será feito um recorte histórico das disputas, e dos interesses de cada um dos países nesses territórios.

3 – A ATUAÇÃO CHINESA DIANTE DAS REIVINDICAÇÕES FILIPINAS E VIETNAMITAS (2002-2017)

O Mar do Sul da China tem uma extensão em torno de 1,4 milhão de milhas quadradas. É também um espaço que compreende mais de 250 pequenas ilhas, atóis, ilhotas, bancos de areia, a maioria dos quais não possui população, ou seja, são desabitadas. Um terço do transporte marítimo mundial transita pelas águas do Mar do Sul da China, sendo esse, um dos motivos da sua importância para todos os países do Sudeste Asiático. Ademais, acredita-se que ele mantenha reservas significativas de petróleo e gás natural abaixo de seu leito marinho (CÁCERES, 2014).

O Mar do Sul da China, por ser considerado o maior do mundo representa também um grande desafio para os especialistas definir estratégias de segurança eficazes. Além disso, não se pode ignorar sua relevância para os países do Sudeste Asiático, tanto estratégica quanto econômica, pois é onde se encontram as rotas marítimas que ligam a região ao resto do mundo. A maioria dos países envolvidos na disputa são economias que ainda se encontram em emergência e que demandam mais insumos energéticos e comércio em geral, o que torna o Mar do Sul da China permanentemente mais importante ao longo do tempo (TURCSÁNYI, 2018). Grande parte do comércio mundial, principalmente petróleo e recursos energéticos, transita diariamente no o Mar do Sul da China, tornando-o um dos espaços marítimos mais importantes, onde necessariamente deve-se manter a segurança. Ademais, partindo de uma perspectiva chinesa, o MSCh é o único mar que possui fácil acesso e com águas relativamente profundas, por esse motivo se torna o mais adequado para operações submarinas extensas (TURCSÁNYI, 2018).

Ainda, se abordará as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE), definidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (em inglês, *United Nations Convention on the Law of the Sea*, UNCLOS), e a linha de nove-traços imposta pela China, que são alguns dos principais motivos das disputas, visto que as 200 milhas de ZEE sobrepõem-se umas às outras, fazendo com que vários países do Sudeste Asiático compartilhem as suas respectivas zonas. A linha de nove-traços parece ser um dos grandes problemas dos demais países em relação à China, pois é através desta contestação que o país reivindica quase a totalidade do Mar do Sul da China.

São seis países que possuem reivindicações sobre os mares do leste e do sul da China, uma área que possui tanto poder, rica em hidrocarbonetos e gás natural e através da qual transitam trilhões de dólares de comércio global (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). Este capítulo irá tratar da atuação chinesa, diante do crescimento da assertividade de países como o Vietnã e Filipinas, enquanto Pequim busca expandir sua presença marítima. São vários fatores que têm chamado a atenção de seus vizinhos ao longo dos anos e levou os países do Sudeste Asiático, principalmente Vietnã e Filipinas a reivindicar também sua soberania sobre a região reacendendo conflitos antigos, entre eles o crescimento demasiado do poder econômico e militar chinês. Visto que as maiores divergências da China são com Filipinas e Vietnã, são destas relações que este capítulo irá tratar.

3.1 – Zonas Econômicas Exclusivas e a “Linha de Nove-Traços”

A Zona Econômica Exclusiva é uma zona adjacente ao mar territorial, que se estende por até duzentas milhas náuticas da linha de base do país, onde um estado tem direitos para controlar seu desenvolvimento econômico e utilizar dos recursos provenientes daquelas águas (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). As disputas no Mar do Sul da China envolvem não apenas as Ilhas mas também zonas econômicas exclusivas, localizadas adentro do mar territorial e são compartilhadas entre diversos países da região do Sudeste Asiático. Em termos territoriais, é a República Popular da China que possui os maiores interesses, visto que toma como sua uma imensa área definida como “linha de nove-traços”, esta linha era uma proposta da República da China, e originalmente possuía onze traços. Estes traços, foram desenhados pela primeira vez na década de 1930, nos documentos internos do governo chinês, que mostravam as fronteiras marítimas chinesas através desta série de traços. Mais tarde, estes traços ou linhas passaram a ser publicados pela República Popular da China em 1947. Mesmo que as linhas apareçam em mapas e passaportes oficiais chineses, elas ainda são alvos de contestação por outros países do sudeste asiático que fazem fronteira com o Mar do Sul da China (OHNESORGE, 2016). O principal objetivo das linhas, era e continua sendo, reivindicar a soberania das ilhas Paracels, Prats e Spratly (PAUTASSO; LEITE; DORIA, 2017). A mudança de onze para nove traços ocorreu depois que a China decidiu alterar os mapas e conseguiu

isso removendo dois pontos no Golfo de Tonkin (CÁCERES, 2014). De acordo com Cáceres (2014)

a maioria das disputas marítimas e territoriais está relacionada a desentendimentos e mal-entendidos relacionados a fronteiras, delimitações, distância, fronteiras, marcas identificáveis, pontos de referência e linhas. Este é o caso da China e seus vizinhos no Mar do Sul da China. Disputas entre todos os reclamantes situam-se na chamada linha de nove traços, retratada nos mapas chineses como nove longos traços no mar. Na realidade, a linha em forma de U designa a reivindicação da China para mais de 80% do Mar do Sul da China (CÁCERES, 2014, p. 112) (tradução nossa).¹⁵

No mapa abaixo, podemos ver que os traços vermelhos representam a linha de “nove-traços”, e os traços azuis representam as duzentas milhas náuticas definidas pela UNCLOS em 1982. Ainda é possível identificar também nos pontos, as ilhas disputadas.

Figura 1 – Mapa das disputas do Mar do Sul da China



¹⁵ “Most maritime and territorial disputes are concerned with disagreements and misunderstandings related to borders, delineations, distance, frontiers, identifiable marks, reference points and lines. This is the case with China and its neighbours in the South China Sea. Disputes between all claimants to the South China Sea lies the so-called nine-dash line, depicted on Chinese maps as nine long dashes across the sea. In reality, the U-shaped line designates China’s claim to over 80% of the South China Sea” (CÁCERES, 2014, p. 112)”.

Fonte: Harvard International Law Journal, Christopher Mirasola. Disponível em: <<http://www.harvardilj.org/2015/11/a-shifting-tide-in-the-south-china-sea-the-permanent-court-of-arbitration-declares-jurisdiction/>>. Acesso em: 07 ago 2018.

As reivindicações chinesas chamam mais atenção por conta do seu caráter impreciso e também em razão do crescente poder e da vontade da China em defendê-las a qualquer custo. As reivindicações da China são baseadas na linha de nove traços que cobre praticamente o mar por inteiro (TURCSÁNYI, 2018). Esta linha foi primeiramente desenhada na década de 1930 e apareceu nos mapas chineses em 1947, através da divulgação de um documento pelo governo chinês (LANTEIGNE, 2016) e depois foi reafirmada pela República Popular da China em 1951. A China em nenhum momento esclareceu oficialmente a finalidade exata ou a natureza dessa alegação de soberania (TURCSÁNYI, 2018).

De acordo com Lanteigne (2016, p. 104)

a "linha de nove traços" tinha o título oficial na China de "linha de limite marítimo tradicional", mas também é chamada de "linha de nove segmentos do Mar do Sul da China". Em 2013–2014, o governo chinês divulgou novos mapas com duas mudanças significativas envolvendo o Mar do Sul da China. Primeiro, os novos mapas eram verticais e sugeriam áreas marítimas chinesas contínuas que se estendiam pelo Mar da China Oriental, o que também está sujeito a disputas de fronteira entre a China, o Japão e Taiwan. Mapas anteriores da China tendiam a ser horizontais, com a região do Mar do Sul da China adicionada em uma margem. Em segundo lugar, um décimo 'traço' foi adicionado ao leste de Taiwan, agindo como um lembrete adicional da política chinesa para a ilha como uma província da China, e também enfatizando a continuidade das reivindicações marítimas chinesas ao longo da costa do país (LANTEIGNE, 2016, p.104) (tradução nossa).¹⁶

Ao passo que a China vivencia a sua ascensão econômica, também propicia as progressivas capacidades militares e uma maior autoconfiança nos mares, levando outros atores regionais a testar também seu próprio aumento do nacionalismo e capacidades militares, e assim mostram uma força maior para reivindicar territórios marítimos. No entanto, pode-se dizer que a disputa pela sobreposição de zonas

¹⁶ The 'nine-dashed line' had the official title in China of the 'traditional maritime boundary line', but is also referred to as the 'South China Sea nine-segment line'. In 2013–2014, the Chinese government released new maps with two significant changes involving the SCS. First, the new maps were vertical, and suggested continuous Chinese maritime areas stretching from the East China Sea or ECS, which is also subject to boundary disputes between China, Japan and Taiwan. Previous China maps tended to be horizontal, with the SCS region added in an inset. Second, a tenth 'dash' was added to the east of Taiwan, acting as a further reminder of Chinese policy towards the island as a province of China, and also underscoring the continuity of Chinese maritime claims along the country's coast (LANTEIGNE, 2016, p. 104)."

econômicas exclusivas no Mar do Sul da China acompanha a história do sudeste asiático (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

A China possui suas reivindicações baseadas em três diferentes pontos, podendo as reivindicações ser pelos direitos marítimos ou pelos direitos históricos ou então pelas ZEEs elaboradas a partir das ilhas do Mar do Sul da China. Do outro lado, Filipinas e Vietnã, partem do princípio da proximidade para fundamentar suas reivindicações sobre a propriedade da terra e das águas, pois vêem as ilhas como um fragmento de suas ZEEs. Não só a China, mas o Vietnã e as Filipinas também usam razões históricas e argumentos sobre a descoberta para apoiar sua soberania sobre a propriedade da terra no Mar do Sul da China (TURCSÁNYI, 2018).

No entanto, em julho de 2016, o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia considerou que as reivindicações da China pela linha de nove traços, não possuía base legal. Mas, como a China é um dos países na Ásia que é reconhecido oficialmente como possuidor de armas nucleares, e também é o único membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o país pode não aceitar as decisões (EMMERS, 2009). Farache e Gomes (2010, s/p) apontam que isso acontece “porque as decisões judiciais emanadas pela Corte se sujeitam à aceitação por parte dos litigantes”. Por conta disso, a corte não possui competência para solucionar os litígios, e assim fica sujeita à descumprimentos do que foi estabelecido por parte de algumas das grandes potências (FARACHE; GOMES, 2010), que é o caso da China, que não cumpre com as determinações.

A China em nenhum momento apresentou uma explicação clara da natureza jurídica que a mesma possui sobre as ilhas ou águas dentro da linha de nove traços. Mesmo que o país faça referência aos seus direitos históricos dentro dessa linha, não deixa claro, se reivindica direitos históricos no sentido de direitos soberanos reconhecidos pela UNCLOS em seu regime de Zona Econômica Exclusiva, ou se refere-se ao regime de águas históricas do mar territorial. De acordo com alguns autores pode fazer isso para tentar manter uma ambigüidade estratégica (KORKUT; KANG, 2017). Independente do país apresentar documentos oficiais do governo, as evidências relevantes são insuficientes, não são apresentados registros suficientes de países vizinhos ou que compartilhavam as rotas marítimas, para mostrar que havia um entendimento comum entre a China e demais países de que as águas em questão pertenciam à China (KORKUT; KANG, 2017)

Ainda que as reivindicações históricas de direitos dos Estados sejam estabelecidas por direito internacional, permanece o questionamento se as Zonas Econômicas Exclusivas e os regimes da plataforma continental, anulam o título dos Estados aos direitos históricos referidos. Se não há conflito, a UNCLOS assegura que os direitos históricos permanecem intactos. Se houver um conflito, os sistemas da ZEE e da Plataforma Continental prevalecem sobre as reivindicações de uma plataforma continental do Estado individual (KORKUT; KANG, 2017).

Como há a ocorrência de conflitos, é necessário apresentar o histórico das disputas que envolvem os países do sudeste asiático, principalmente China, Vietnã e Filipinas, além da ingerência de atores externos que podem influenciar direta e indiretamente o rumo das disputas.

3.2 – Histórico das Disputas das Ilhas

Historicamente, o primeiro indício oficial da reivindicação de soberania da República Popular da China (RPC) sobre as Ilhas Paracel e Spratly pode ser constatado em 1950 (LO, 1989). Essa reivindicação se tornou pública pela primeira vez na Conferência de Paz de San Francisco em 1951, onde a China declarou sua soberania sobre as Ilhas Paracel e Spratly. Zhou Enlai, então Ministro das Relações Exteriores da China, declarou que o Projeto de Tratado definia que o Japão deveria renunciar a todos os direitos às Ilhas Paracel, mas não assinalou a intenção de Pequim em restaurar a soberania sobre as Ilhas. De fato, as Ilhas Spratlys, Ilhas Macclesfield Bank e Ilhas Pratas, e Ilha Paracel eram território da China (LO, 1989).

As Ilhas Spratly se constituem de mais de 140 propriedades, que estão separados em ilhas, rochas, recifes, entre outros, e algumas se encontram submersas e outras secas. Os diferentes países que possuem demandas por estas ilhas ocupam muitos dos recursos provenientes das Spratlys. O Vietnã é o país que ocupa o maior número de ilhas, em seguida as Filipinas, enquanto a China, ocupa um pequeno número de ilhas (OHNESORGE, 2016). As Ilhas Spratly podem ser consideradas a maior fonte de disputa e conflito potencial, pois o controle das mesmas oferece tanto benefício econômico quanto militar. As Ilhas Paracel representam o segundo grande grupo de ilhas em disputa, são cerca de 45 propriedades, no entanto a sua área total

é maior que a das Ilhas Spratly, sendo que a Woody Island é a maior delas (OHNESORGE, 2016).

De acordo com o Conselho de Relações Exteriores (2016), realmente os maiores problemas foram percebidos após o estabelecimento da República Popular da China. Isso porque a China manifestou suas reivindicações territoriais e demarcou as mesmas no Mar do Sul da China, em uma linha de nove traços, que até hoje é reclamada como base. No entanto, o interesse pelas Ilhas não era apenas uma questão entre China e Japão. Durante a Conferência de São Francisco, a delegação vietnamita também declarou sua soberania sobre as ilhas Paracel e Spratly (LO, 1989). Naquele momento, as disputas sobre as ilhas Paracel e Spratly não poderiam estar no topo da agenda política da China, pois o país possuía outros problemas que eram mais preocupantes como a Coreia, Taiwan e o Tibete. Além disso, a marinha chinesa não era forte o suficiente para afirmar a soberania sobre as ilhas (LO, 1989).

É possível notar, observando a linha do tempo, que o início dos eventos relevantes, começou com a ocupação dos recursos terrestres. O maior recife nas ilhas Spratly foi ocupado em 1956 por Taiwan. Logo, em 1970, as Filipinas também passaram a ocupar alguns recursos nas ilhas Spratly. O Vietnã do Sul (quando ainda era dividido entre Sul e Norte) ocupou partes das Ilhas Paracel em 1974, mas perdeu sua posição para a China logo em seguida (TURCSÁNYI, 2018).

No início de 1956, a China também reiterou sua soberania sobre as Ilhas Spratly. Contudo, em razão da proximidades das ilhas Spratly com as Filipinas em 1956, o ministro das Relações Exteriores das Filipinas, Carlos Garcia, disse, que diante disso, as ilhas deveriam ser consideradas pertencentes à Manila (LO, 1989). Apesar disso, ao longo da década de 1960, as disputas permaneceram de certa forma inativas sobre as ilhas Paracel e Spratly. Ainda assim, mesmo durante esse período de calmaria a China se manteve totalmente alerta para as disputas (LO, 1989).

Em 1969, esse cenário de tranquilidade começou a mudar, quando um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou a alta probabilidade de existência de petróleo no MSCh. Essa notícia fez com que países do Sudeste Asiático tentassem outra vez reaver seus interesse na região (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). A sucessiva conscientização dos estados costeiros sobre seus direitos marítimos no Mar do Sul da China e o cenário de mudanças tanto no equilíbrio estratégico global, quanto nas relações internacionais da China na região,

influenciaram a mudanças ao longo dos anos 1970 e início dos anos 80, levando as disputas a aumentarem de forma progressiva (LO, 1989).

A China passou a reivindicar as ilhas Paracel em 1974, e foi quando os problemas com Vietnã começaram a se intensificar. Pequim confiscou uma guarnição vietnamita na ilha, fazendo com que as tropas vietnamitas abandonassem as ilhas Paracel e estabeleceram a primeira ocupação permanente vietnamita das ilhas Spratly. Nesse meio tempo, Pequim construiu uma instalação militar, incluindo um campo de pouso e um porto artificial, na maior ilha localizada no território das Paracels (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). Após a reunificação do Vietnã em 1976, de acordo com o Conselho de Relações Exteriores (2016), a República Socialista do Vietnã, há pouco estabelecida, voltou-se mais uma vez às antigas reivindicações nas ilhas Spratly e Paracel.

Para o Vietnã, a soberania sobre as ilhas Spratly e Paracel também possui uma base histórica. No caso das ilhas Spratlys, o governo vietnamita não teria criado uma política organizada para delimitar os territórios de sua competência, mas teria elaborado um mapa, que foi publicado em 1838 por exploradores locais que citava as Spratlys, porém com outro nome, como parte do território vietnamita (PINOTTI, 2015).

O extremo das tensões entre China e Vietnã ocorreu em 1979, durante a Guerra sino-vietnamita. Embora ambos os lados se declarem vitoriosos, depois de não ser capaz de obrigar Hanói a deixar o Camboja, a China recolheu suas tropas do Vietnã. Este conflito teve curta duração, mas marcou o início de muitas disputas fronteiriças entre ambos os países e reforçou as desconfianças do Vietnã para com a China (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Depois de cerca de uma década de relativa calma no Mar do Sul da China, em 1988, China e Vietnã se enfrentam no recife Johnson South localizado no conjunto de ilhas Spratly. O incidente ocorre depois que Pequim, buscando uma postura mais assertiva na área, estabelece uma presença física no Fiery Cross Reef, também nas Spratlys, em janeiro de 1987. Em resposta, o Vietnã ocupa vários recifes para monitorar os movimentos da China, levando a marinha chinesa a afundar três embarcações vietnamitas, acabando por tirar a vida de 74 marinheiros em um dos mais sérios confrontos militares no Mar do Sul da China, e marcando o primeiro conflito armado da China sobre o arquipélago de Spratly (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Estes incidentes ocorreram no momento das reformas econômicas de Deng Xiaoping dos anos 1980, visto que a atividade econômica chinesa começou a mudar para as províncias costeiras, e os recursos marítimos tornaram-se cada vez mais valorizados à medida que os hidrocarbonetos eram necessários para sustentar o crescimento (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). Anteriormente as ilhas que eram preocupações secundárias para o governo chinês, se tornaram centrais para a manutenção dos interesses do país. Durante os anos de 1979-80, em um debate acirrado com o Vietnã sobre a questão da soberania sobre as ilhas Paracel e Spratly, Pequim emitiu numerosas declarações e documentos para reafirmar sua posição (LO, 1989). Os litígios envolvendo as ilhas Spratly e suas águas permaneceram durante um período em relativo esquecimento até 1988, quando a China e o Vietnã se enfrentaram pela ilha de Sinh Ton nas Spratlys, ocasionando em muitas mortes. Desde então, confrontos e embates passaram a acontecer regularmente na região (CÁCERES, 2014).

As tensões com as Filipinas não foram muito diferentes. Em 1996, três embarcações chinesas lutaram uma batalha de noventa minutos com uma canhoneira filipina perto da ilha Capones, no Recife Mischief, parte da cadeia de ilhas Spratly reivindicada por Manila. O incidente marcou a primeira vez que a China se envolveu em confronto militar com um membro da ASEAN, além do Vietnã. O confronto, desencadeou uma crise nas relações sino-filipinas. As tensões sobre a ocupação diminuíram na metade do ano, quando as Filipinas e a China assinaram um código de conduta não vinculativo que pedia uma solução pacífica para a disputa territorial e a promoção de medidas de fortalecimento da confiança (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). Em setembro de 1979, o presidente filipino Ferdinando Marcos assinou o Decreto Presidencial Nº1596 proclamando soberania sobre 53 ilhas do grupo Spratly (LO, 1989).

Em 1982, parecia que um acordo seria firmado, depois de três décadas de negociações. A terceira e última Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, em inglês), resultou em uma declaração que definiu os direitos e responsabilidades das nações no que se referia ao uso das águas periféricas com base em zonas econômicas exclusivas, porém a medida entrou em vigor apenas em 1994 (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). De acordo com as Nações Unidas, ficou definido no Artigo 55 da UNCLOS que a zona econômica exclusiva é uma área para além e adjacente ao mar territorial, e que está sujeita ao regime jurídico

específico estabelecido na Convenção. No Artigo 57 da UNCLOS, fica estabelecida a amplitude da Zona Econômica Exclusiva, que corresponde à 200 milhas marítimas a partir das linhas de base do continente (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, UNCLOS, 1982). Uma década depois, em 1992, a China aprova a Lei do Mar Territorial e da Zona Contígua, que reivindica todo o Mar da China Meridional com base no seu direito histórico à área. A lei usou de métodos mais generosos para a determinação territorial, diferente da UNCLOS, por conta disso a lei foi vista como uma investida da China de adquirir maior segurança marítima (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Nota-se que, uma vez que as áreas em litígio são ricas em recursos naturais, tais como petróleo, gás natural e peixes, também existem fatores históricos, onde as disputas envolvem uma mistura de elementos geopolíticos e econômicos. Do ponto de vista da segurança regional, o mais imediato risco existente é um conflito militar entre as partes envolvidas, como no caso de China e Vietnã no Mar do Sul da China. Apesar de as tensões terem sido reduzidas a partir dos anos 1990, a discussão está longe de ser resolvida e navios chineses continuam expulsando embarcações vietnamitas da região (FUJII, 2014).

A década de 1990 acabou por melhorar as relações no Mar do Sul da China, com Pequim aderindo à UNCLOS em 1996 e assim anunciando que cumpriria as leis internacionais. Em 2002, a China e a ASEAN assinaram uma Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China, que estabeleceram as diretrizes para minimizar a probabilidade de um conflito (TURCSÁNYI, 2018). Por conta disso, o foco deste trabalho é nos acontecimentos que seguiram o Código de conduta da ASEAN e da China, de 2002, em Phnom Penh, Camboja, no qual a China e os estados-membros da ASEAN parecem ter chegado a um acordo sobre a Conduta das Partes no Mar da China Meridional, um código de conduta elaborado com o intuito de tranquilizar as tensões e elaborar diretrizes para a resolução de conflitos. A assinatura deste acordo foi um marco da política externa chinesa, visto que foi a primeira vez que a China aceitou tratar de forma multilateral a questão das disputas, que até então era tratada por Pequim apenas por meio de negociações bilaterais com os reclamantes. Mesmo que a declaração não seja obrigatória, ela tem o poder de limitar o risco de conflitos generalizados na área (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). Por essa razão este trabalho terá maior ênfase nos acontecimentos que seguem este acordo.

3.3 – Depois da Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China

Depois da assinatura do Código de Conduta, pode-se dizer que houve um novo período de relativa tranquilidade onde a negociação tomou espaço. Porém de acordo com Šimalčík (2016), a questão dos arquipélagos passou a ser muito abordada pelos *white papers* que reafirmam a soberania chinesa, sendo assim

as disputas territoriais vem ganhando mais destaque no discurso desde a publicação da edição de 2008 do livro branco. Isto coincide também com a rotulagem do Mar do Sul da China como um 'interesse central'. Desde 2002, a crescente importância do assunto pode ser ainda mais evidenciada pelo número crescente de menções da frase 'direitos e interesses marítimos' nas sete edições do livro branco de defesa (ŠIMALČÍK, 2016, p.83) (tradução nossa)¹⁷.

Já segundo outro autor, Li (2016), foi a partir de 2009, que as tensões passaram a crescer de forma considerável no Mar do Sul da China. A China, adquiriu uma posição notoriamente mais forte e hábil em relação às disputas com vários países da ASEAN, em especial perante as Filipinas e o Vietnã. Os demais estados, que também estão de alguma forma envolvidos nas disputas territoriais nessa região, passaram a se esforçar mais nas justificativas para as suas reivindicações das Ilhas (LI, 2016).

O Império do Meio passou a apresentar a mais alta taxa de atividade de desenvolvimento insular nas cadeias das ilhas Paracel e Spratly, recuperando mais de 2.900 acres desde dezembro de 2013. Segundo o Conselho de Relações Exteriores (2016), a construção artificial de ilhas e a construção de infra-estrutura da China estão aumentando suas capacidades potenciais de projeção de energia na região, e também aumentando suas atividades em Subi Reef e Fiery Cross Reef nas ilhas Spratlys, entre elas a possível construção de heliportos, pistas de pouso, pilares e estruturas de radar e vigilância. No entanto, além da China, as Spratlys são reivindicadas também pela Malásia, Filipinas, Vietnã e Taiwan (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

As questões sobre como as disputas territoriais serão tratadas na agenda da nova administração chinesa, passa a ser um ponto a ser debatido em 2012. A China

¹⁷ The territorial dispute has been gaining more prominence in the discourse since the publishing of the 2008 edition of the white paper. This coincides also with the labeling of the SCS as a 'core interest.' The increasing importance of the issue can be further evidenced by the increasing number of mentions of the phrase 'maritime rights and interests' in the seven editions of the defense white paper since 2002". (ŠIMALČÍK, 2016, p.83).

elegeu Xi Jinping e Li Keqiang como presidente e primeiro-ministro, respectivamente. A estratégia militar de Pequim avança no que diz respeito ao redirecionamento do poder terrestre para o marítimo. A nova liderança do país passou a reforçar essa mudança através da expansão e consolidação de agências marítimas, e também enfatizando os direitos marítimos através dos discursos onde coloca o Mar do Sul da China como um dos “interesses centrais” do país (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Porém, de acordo com Li, (2016), o país mais populoso do mundo ainda possui muitos desafios, principalmente em relação aos seus vizinhos. Para o autor,

o rigoroso desafio da China à legalidade das declarações de soberania apresentadas por outros reclamantes, combinado com o desenvolvimento regular de suas agências civis de aplicação da lei marítima, e forças navais impondo as reivindicações chinesas nas águas disputadas, são amplamente julgadas como indicação de uma crescente assertividade da política chinesa no Mar do Sul da China. De fato, tem havido um debate acalorado sobre se e, em que medida o comportamento da China ao lidar com seus países vizinhos nos últimos anos deve ser caracterizado como “nova assertividade” (LI, 2016, p.118) (tradução nossa).¹⁸

Em 2013, a China acabou por consolidar seu controle sobre suas várias agências de aplicação da lei marítima, criando uma guarda costeira unificada e efetiva, fixando suas capacidades e colocando-as sob a Administração Oceânica Estatal. No mesmo ano, Pequim ainda anunciou a criação de uma Zona de Identificação da Defesa Aérea Marítima da China Oriental. Esta Zona faz exigências para a área que cobre a maior parte do Mar do Sul da China, fazendo com que todo o tráfego aéreo não comercial disponha seus planos de voo antes de adentrar na área. E para aumentar ainda mais a disputa pelo espaço aéreo, a China também anunciou que poderia tomar medidas militares contra aeronaves que voam perto das ilhas, caso os planos de voo não fossem devidamente apresentados (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

¹⁸ China’s rigorous challenge to the legality of the sovereignty claims put forward by other claimants, combined with the regular deployment of its civil maritime law enforcement agencies and naval forces in enforcing Chinese claims in the disputed waters, are widely believed to indicate a growing assertiveness in Chinese policy in the South China Sea. Indeed, there has been a heated debate on whether and to what extent China’s behaviour in dealing with its neighbouring countries over the past few years should be characterised as ‘new assertiveness’ (LI, 2016, p.118).

3.4 – Os Embates Sino-Filipinos

Como apresentado anteriormente, as disputas pelas ilhas Paracel e Spratly estiveram sobre uma relativa estagnação, que seguiu desde os anos 1990 até meados dos anos 2000, em decorrência tanto da UNCLOS, como da Declaração de Conduta da ASEAN-China, que de fato, diminuiu a incidência de conflitos por certo período. No entanto, ainda havia certa preocupação dos países-membros da ASEAN, se desta vez a China cumpriria com as determinações do documento. Porém, desde 2002, ainda não se obteve um código de conduta juridicamente vinculativo ou um documento similar entre os países demandantes (TURCSÁNYI, 2018).

Longos períodos sem as devidas medidas nas quais os Estados pudessem confiar levou a novos períodos de instabilidades entre os reclamantes. Visando expressar sua crescente preocupação com incursões navais em seu território, as Filipinas, em 2011, convocaram o embaixador chinês, depois de registrar no mínimo cinco invasões de navios chineses, no ano de 2010 perto das ilhas Spratly e do Banco Amy Douglas, na costa da ilha de Palawan. Essas invasões tiveram início quando navios de vigilância chineses coagiram um navio filipino a realizar pesquisas em outra ilha. Tanto Pequim quanto Manila declararam o incidente como uma violação da Declaração da ASEAN-China de 2002 sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China. Este evento estimulou uma série de conflitos na região entre os dois países (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

As Filipinas, em nota diplomática de 2011, reivindicaram a Ilha de Kalayaan que faz parte do arquipélago de Spratly, como parte integrante de seu território. Em oposição, a China declarou que tem reivindicado o arquipélago Spratly desde 1930, e também mencionou que as Filipinas não fizeram nenhuma reivindicação ao arquipélago até os anos 1970, nem em tratados internacionais nem em leis domésticas, se opondo fortemente às reivindicações filipinas (ŠIMALČÍK, 2016).

Ainda em 2011, como resultado da intensidade dos conflitos com embarcações chinesas, o governo das Filipinas começou a se referir ao Mar da China Meridional como o Mar das Filipinas Ocidental, passando a usar esse nome em todas as comunicações oficiais. As Filipinas assinaram uma ordem administrativa no ano de 2012, que declarava o seu direito e poder sobre as suas próprias águas, podendo nomeá-las como assim fosse de sua vontade (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

A posição chinesa frente as reivindicações dos demais países no Mar do Sul da China parace[m] refletir seus objetivos da política externa. Tais posições geralmente estão de acordo com as questões mais urgentes do período. Desde 2011, três objetivos surgiram: a manutenção da estabilidade política interna; a segurança soberana, integridade territorial e unificação nacional; e por fim o desenvolvimento econômico e social sustentável da China (CÁCERES, 2014). Para Cáceres (2014), o principal objetivo da China é a estabilidade interna, sempre visando assegurar a manutenção do Partido Comunista Chinês no poder. Ademais, o governo acredita que alcançar estes três objetivos depende muito de um ambiente externo seguro no âmbito regional e também internacional. Para a manutenção regional de um ambiente externo seguro a China acredita que pode garantir isso na medida em que os vizinhos não recorram à violência, obtendo a partir disso um ambiente calmo para praticar um comércio internacional livre (CÁCERES, 2014).

Muitos líderes políticos chineses continuam afirmando que a China deseja se concentrar na cooperação econômica equilibrada com os países, enquanto atrasa uma resolução final de basicamente todas as reivindicações latentes. Nesse meio tempo, navios armados se fazem presentes na patrulha das ilhas e águas, contradizendo o discurso chinês de ascensão pacífica emitido pelo governo. A China alega publicamente que tentará de todas as formas proteger sua soberania territorial, e que as reivindicações das Filipinas não são legítimas. A atitude de Pequim, faz com que o mesmo seja visto por muitos países do Leste e do Sudeste Asiático como uma ameaça, diante da vontade do país em assumir uma atitude mais unilateral e de choque com os demais Estados da região (CÁCERES, 2014).

O então presidente das Filipinas, Benigno Aquino, sinalizou em junho de 2012, que iria determinar que navios do governo voltassem ao Scarborough Shoal, um banco de areia localizado no conjunto de Ilhas Spratly, caso a China não retirasse seus navios da área disputada, como havia prometido. Porém, a situação sino-filipina chegou a um fim inesperado quando um furacão começou a se formar. Isso forçou navios da marinha filipina a deixar a área disputada, e após a passagem do furacão, os militares puderam retornar ao Shoal. Mas ao chegar na ilha, os filipinos encontraram dois navios policiais chineses e seis navios de pesca atracados lá. O governo filipino expressou sua insatisfação em razão disto, visto que a China havia concordado em retirar todos os navios do local (CÁCERES, 2014).

Depois que as Filipinas enviaram um navio de guerra para enfrentar os barcos de pesca chineses no Scarborough Shoal, localizado nas Ilhas Spratlys, as relações diplomáticas entre Manila e Pequim se enfraqueceram. Mais tarde, a China também enviou seus próprios navios de vigilância para proteger seus pescadores, desencadeando um impasse de dois meses. As negociações apenas bilaterais impediram a retirada dos chineses de Scarborough Shoal, e o governo filipino afirmou que estava procurando várias possibilidades, dentre elas o envolvimento da ASEAN, as alternativas apresentadas pela UNCLOS, e inclusive a apelação aos Estados Unidos no caso de um confronto militar, para que o mesmo lhe ofereça assistência se necessário. A resposta de Pequim foi realizar rondas regularmente, impedindo que os pescadores filipinos tivessem acesso a essas águas (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Ambos o países se encontram em disputa sobre reivindicações recíprocas de soberania nas grandes partes do Mar do Sul da China, que também é conhecido como Mar das Filipinas Ocidental. Porém, a disputa entre Pequim e Manila é apenas uma entre as várias tensões e desentendimentos entre o governo chinês e os seus vizinhos do Sudeste Asiático pelas águas da região. Para o governo filipino, todas as maneiras diplomáticas e políticas para se chegar a um acordo pacífico e estável para com a China já se esgotaram. Por conta da dificuldade de se chegar a um consenso, em 2013, em Hamburgo, na Alemanha, o governo filipino afrontou a China no Tribunal Internacional para o Direito do Mar, sobre as muitas reivindicações chinesas ao Mar do Sul da China, incluindo as águas da costa oeste das Filipinas (CÁCERES, 2014). O tribunal e sua arbitragem foram obrigados a continuar sem a participação chinesa, visto que o país recusou-se a aceitar o processo, e este caso ficou marcado como a primeira vez em que um país apresentou uma reclamação contra a China sob a UNCLOS em relação à questão do Mar do Sul da China (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Visando pressionar os chineses durante o julgamento, o governo filipino citou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) por ser uma resolução final e normativa que obriga todos os países a atuarem conforme os parâmetros da Convenção para a disputa. Os desacordos e tensões entre a China e as Filipinas aumentaram em 2012 e seguiram durante o ano de 2013, devido ao recife de Mischief Reef que é estrategicamente localizado no Mar do Sul da China. Este recife é um território marítimo que está localizado muito próximo da província de

Zambales, nas Filipinas (CÁCERES, 2014). Como consequência da crise que se formou entre Pequim e Manila, os dois países convocaram os seus respectivos embaixadores para deixar claro seus descontentamentos com relação as reações e comportamentos insensatos. As tensões aumentaram muito rápido, ao ponto que a ASEAN chegou a temer que um conflito sino-filipino de maiores proporções viesse a ocorrer (CÁCERES, 2014).

Uma mudança nas relações entre Filipinas e a China pode ser notada em 2016, com a mudança de presidente nas Filipinas. Substituindo Noynoy Aquino, Rodrigo Duterte, eleito em 30 de junho de 2016, anunciou o estabelecimento de uma zona na lagoa no Scarborough Shoal onde a pesca seria proibida, inaugurando um santuário marinho de proteção aos cardumes. Duterte demonstrou seu interesse em resgatar os laços entre Manila e Pequim, optando por impulsionar os laços econômicos e recuperar o diálogo bilateral com a China em territórios disputados, ao invés de entrar em confronto com a grande potência asiática. Nenhum dos dois deixou de reivindicar sua soberania sobre os territórios. No entanto, os líderes dos dois países se mostraram propícios a assumir uma comportamento mais harmonioso (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Neste mesmo ano, o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia decidiu a favor das Filipinas no caso aberto em 2013 contra a República Popular da China. O tribunal considerou que a "linha de nove traços" contestada pela China não possui base legal de direitos históricos a recursos no Mar do Sul da China. O tribunal disse que Pequim violou suas obrigações como membro da UNCLOS, porque suas atividades de construção artificial de ilhas prejudicaram o meio ambiente, e também porque as práticas inseguras dos navios chineses aumentaram os riscos de navegação. A China não aceitou e nem reconheceu as deliberações do tribunal (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Contudo, a China sempre buscou através de seus discursos reforçar a narrativa de uma China pacífica, enfatizando continuamente a disposição da China em resolver a disputa de forma pacífica, através de negociações amigáveis, e muito diálogo (ŠIMALČÍK, 2016). Esses posicionamentos foram confirmados pela China após a determinação publicada pelo Tribunal Permanente de Arbitragem em julho de 2016, e fez com que a China emitisse um *white paper* no qual o país optou por resolver as disputas no Mar do Sul da China com as Filipinas através de negociações (ŠIMALČÍK, 2016). No capítulo três deste *white paper* chamado "China adere à posição de se

estabelecer através de negociação as disputas relevantes entre a China e as Filipinas no Mar do Sul da China”, afirma-se que a China se dedicou a fomentar relações amistosas com todos os países com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, ou seja, respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica (LIVRO BRANCO DO GOVERNO, 2016).

Apesar das declarações chinesas de Coexistência Pacífica, Pequim implantou mísseis em Woody Island, localizada nas ilhas Paracel, em 2016, o que despertou a atenção de autoridades norte-americanas e regionais, visto que a implantação destes mísseis sinaliza um maior controle marítimo das áreas em disputa (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). No *White Paper* de 2016, a posição constante da China é que as partes devem estabelecer e melhorar as regras e mecanismos de solução, buscando cooperação prática e desenvolvimento conjunto, de modo a gerenciar disputas no Mar do Sul da China, possibilitando um ambiente favorável para sua resolução final (LIVRO BRANCO DO GOVERNO, 2016). A China e as Filipinas realizaram alguns avanços nas negociações das suas diferenças e na condução de uma cooperação marítima prática. Além disso, as Filipinas invadiram e ocuparam ilegalmente algumas ilhas e recifes das Ilhas Spratly, território que a China também reivindica, e construíram várias instalações militares, visando estabelecer uma ocupação permanente. Na visão da China, essas ações violaram severamente a soberania da China sobre as ilhas e recifes relevantes de Spratly e violaram a Carta das Nações Unidas e as normas básicas do direito internacional (LIVRO BRANCO DO GOVERNO, 2016).

Em síntese, de acordo com o *white paper* da China, o princípio unilateral de arbitragem das Filipinas contra o país contraria o direito internacional, e também o mecanismo de solução de controvérsias da UNCLOS. A resolução estabelecida no Tribunal de Arbitragem do Mar da China Meridional, a pedido das Filipinas, desde o início, não teve autoridade, e as deliberações produzidas pelo Tribunal são percebidas como nulas e sem efeito, além de não possuir força vinculante. Ademais, a China diz que a sua soberania territorial e os seus direitos e interesses marítimos não serão, em circunstância alguma afetados, pois o país não aceita nem reconhece essas deliberações (LIVRO BRANCO DO GOVERNO, 2016). Chegando-se a conclusão de que recentemente, as relações sino-filipinas não foram construtivas, nem progrediram (CÁCERES, 2014).

3.5 – Os Embates entre China e Vietnã

As relações entre Pequim e Hanói são marcadas desde muito tempo por dinâmicas ora compatíveis, ora divergentes (PAUTASSO; LEITE; DORIA, 2017). Por se tratar de questões relativas à soberania estatal, segurança nacional e integridade territorial, mais recentemente as disputas no Mar do Sul da China passaram a assumir uma posição estratégica. A estratégia do governo do Vietnã tem sido buscar apoio dos EUA, visando equilibrar a hegemonia regional frente à China e também estender sua inserção internacional, visto que a área disputada é de interesse do Vietnã (PAUTASSO; LEITE; DORIA; 2017).

As questões que envolvem o Mar do Sul da China podem ser consideradas dramáticas de certa forma, pois uma solução para os embates “depende da disponibilidade de cada país em abandonar seus planos e ambições, que estão intimamente ligados à identidade nacional, patrimônio cultural, crescimento econômico e status internacional” (CÁCERES, 2014, p. 112, tradução nossa)¹⁹. Embora a China se projete como uma grande potência mundial, o Vietnã, de acordo com alguns autores, parece ter capacidade para ser o novo tigre asiático (PAUTASSO; LEITE; DORIA; 2017), ou seja, uma economia desenvolvida e com grandes índices de crescimento. Assim, a diplomacia vietnamita busca se inserir regionalmente no convívio com a China, e internacionalmente no convívio com os Estados Unidos. Pois ser um tigre asiático pode conceder ao Vietnã mais autonomia e capacidade de negociação, especialmente no caso dos litígios que envolvem o Mar do Sul da China (PAUTASSO; LEITE; DORIA; 2017).

O envolvimento da China e Vietnã na administração conjunta do Mar do Sul da China veio como um resultado dos esforços de ambos os países em cooperar. Os acordos entre eles se referem às questões localizadas no Golfo de Tonkin, que faz fronteira com ambos os países e é o ponto de encontros de suas respectivas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE). Estes acordos foram assinados no início dos anos 2000 e determinam regras para a pesca, o acesso à ZEE um do outro, e o controle

¹⁹ “hinges on the willingness of either country to abandon its ambitions and plans, which are tightly linked to national identity, cultural legacy, economic growth and international status (CÁCERES, 2014, p.112)”.

associado dos recursos do Golfo. Ainda que este documento se limite apenas a uma parte muito pequena do Mar do Sul da China, ele é considerado um modelo a ser seguido, e mostra o desejo das partes em cooperar, visando os ganhos conjuntos através dos recursos ali existentes (PINOTTI, 2015).

Todavia, em 2009, o Vietnã pegou o governo chinês de surpresa ao apresentar dois pedidos de extensão de sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas (PINOTTI, 2015) renovando os atritos relativos a soberania marítima no Mar do Sul da China. Neste documento, o Vietnã justificava a legalidade das suas demandas, de acordo com as disposições da UNCLOS sobre plataforma continental. Assim, o governo de Hanói disputava a soberania e a competência nacional sobre os mares e a plataforma continental localizados nas ilhas Spratly e Paracels (PINOTTI, 2015). A China viu esse documento como uma provocação para suas reivindicações territoriais, dizendo que o mesmo infringe seriamente a soberania da China sobre as ilhas do Mar do Sul da China (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Ambos os países entraram em um impasse diplomático, depois que o Vietnã protestou contra uma suposta perseguição aos seus navios de exploração de petróleo na China. O Vietnã vinha trabalhando com corporações multinacionais, incluindo a ExxonMobil e a Chevron, para desenvolver ativos de hidrocarbonetos, e esta perseguição acabou atrapalhando o comércio vietnamita (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). Em síntese, Pequim e Hanói se encontram em um período conturbado que envolvem territórios e segurança, que poderiam induzir os países a tomar decisões precipitadas. Partindo desse ponto de vista, têm se verificado tentativas de uma reconciliação diplomática e institucional entre os países, na expectativa de estabelecer um acordo mútuo para resolver as disputas pacificamente (PAUTASSO; LEITE; DORIA; 2017).

A partir destes acontecimentos, a região passou a ser mais observada em relação aos assuntos ligados às disputas territoriais no MSCh. Em 2010, o tema passou a ser discutido de forma mais ampla em fóruns internacionais, depois que o Vietnã incluiu o MSCh na agenda do Fórum Regional da Ásia, despertando a atenção dos demais países para a necessidade de se elaborar um mecanismo jurídico de controle das disputas (PINOTTI, 2015). Contudo, em 2011, Pequim e Hanói voltaram a assinar um acordo sobre as condutas indispensáveis para a resolução de disputas marítimas, e a necessidade de respeito às normas estabelecidas pela UNCLOS (PAUTASSO; LEITE; DORIA; 2017).

As relações entre Hanói e Pequim no ano de 2011 foram inconstantes, navios de vigilância chineses interceptaram os cabos de navios de pesquisa de petróleo e gás operados por uma empresa estatal vietnamita de energia. Mais tarde, em 2012, o Vietnã aprovou uma lei marítima que declarou como sua jurisdição algumas áreas em disputas localizadas nas ilhas Spratly e Paracel, exigindo através desta lei a notificação de todos os navios estrangeiros que transitam pela área (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). A China com certeza não aprovou a atitude vietnamita de promulgar uma lei que assume o controle sobre as ilhas Paracel e Spratly. A atitude do governo chinês é insistente em afirmar que as ilhas e seus recursos pertencem indiscutivelmente à China (CÁCERES, 2014).

Internacionalizar o debate em torno dessas disputas é uma das estratégias empregadas pelo Vietnã nas disputas no MSCh (PINOTTI, 2015). Entre os vietnamitas existe uma profunda insatisfação em relação à China. As tensões aumentaram em 2014, quando a China decidiu estabelecer uma plataforma de petróleo da estatal China National Petroleum Corporation (CNPC) nas águas reivindicadas pelo Vietnã. Navios da guarda costeira e naval enfrentaram-se ao redor da plataforma e rebeliões anti-China eclodiram no Vietnã (KURLANTZICK, 2015). Aos olhos dos vietnamitas a imagem da China se torna cada vez mais negativa. Portanto, as relações sino-vietnamitas na maioria das vezes estiveram marcadas pelas instabilidades geopolíticas e por seu passado conflituoso, passando por momentos de intensa cooperação e outros momentos de grande hostilidade, assim como a relação da China com as Filipinas. Importante notar que as disputas em torno do Mar do Sul da China, são influenciadas pela política interna de cada país e pelos antigos marcos da amizade sino-vietnamita (PAUTASSO; LEITE; DORIA, 2017).

A China ampliou suas bases militares na ilha de Hainan, território chinês, para instalar sua marinha que se encontra em sucessivo crescimento, enquanto o Vietnã também deu lugar a novas tecnologias e renovou suas forças de superfície e submarinas (KURLANTZICK, 2015). A China e o Vietnã fazem uso das companhias estatais de petróleo como um instrumento para reivindicar áreas disputadas. Anteriormente, ambos os países se opuseram às novas explorações de petróleo e gás um do outro muito rápido. Assim, declarações oficiais ou anúncios de novas explorações no Mar do Sul da China podem indicar que uma crise militar está próxima (KURLANTZICK, 2015).

Nenhum dos países quer ser o primeiro a aceitar termos e se sujeitar a regras, e por conta disso, a tendência parece indicar que a China e o Vietnã continuarão a colidir no Mar do Sul da China. Os líderes de ambos os países sabem o que estão fazendo e estão batalhando em um jogo de estratégias, porque a tendência é que toda ação de um resulta em uma reação de outro. Caso uma reação não aconteça, isso pode indicar que o país aceita tal ação ou que é fraco para reagir (CÁCERES, 2014). A China quer que o Vietnã saiba que esta batalha é de longo prazo, e do outro lado o Vietnã também quer que a China pense da mesma maneira. O governo chinês espera que os vizinhos, entre eles o Vietnã, se sintam inseguros e fracos, porque a China não tem a intenção de renunciar das suas reivindicações. Pequim espera que, em algum momento, os demais Estados cansem de contestar as ilhas, e assim não haveria necessidade de entrar em um conflito com estes países (CÁCERES, 2014).

Para alguns países, as disputas possuem conotações econômicas e, para outros, têm implicações sociopolíticas. Tudo depende muito dos líderes que se encontram no poder, por isso, há momentos de reaproximação e distanciamento entre Estados. O conflito entre China e Vietnã pelas ilhas e recursos do Mar do Sul da China já dura quase 40 anos (CÁCERES, 2014), e tem a possibilidade de se alastrar ainda por um longo período, pois nenhum dos países parece querer desistir de suas reivindicações.

Para Kurlantzick (2015) apesar de China e Vietnã já terem usufruído de relações estreitas por décadas, aumenta cada vez mais o risco de que um confronto militar entre ambos os países venha a acontecer. Pequim possui demandas que chegam a 90% da área do mar como sendo sua Zona Econômica Exclusiva, através da linha de nove-traços. Constantemente, o país tem investido em plataformas de petróleo nas áreas em disputa, limpando e apoderando-se de partes das ilhas Paracel, e também construindo pistas de pouso nas ilhas Spratly, provavelmente para uso militar (KURLANTZICK, 2015).

O Vietnã também realizou explorações de petróleo visando reassumir áreas disputadas do mar e ao que tudo indica, hostilizou embarcações chinesas em águas disputadas, perturbando a China. Além disso, Hanói também buscou criar alianças militares mais fortes com os Estados Unidos, e com outras nações do Sudeste Asiático. Assim, o Vietnã e a China disputam por influência no sudeste da Ásia, onde quem havia dominado de 1970 ao final da década de 2000 era o Vietnã (KURLANTZICK, 2015). Como uma resposta da China às disputas por influência, o

país tornou-se o maior doador de ajuda, e investidor em muitos países do Sudeste Asiático, além de ser um importante parceiro militar para os países da região. Os sentimentos nacionalistas que estão crescendo tanto no Vietnã quanto na China, acabam por promover ainda mais a disputa pela influência regional, ficando mais difícil para os líderes de cada país retirar-se do conflito (KURLANTZICK, 2015).

3.6 – Panorama da Atuação Chinesa

O período observado é propício para refletir sobre como a diplomacia chinesa se transforma de um período para o outro. A disputa do Mar do Sul da China entre Pequim e os demais países da região se tornou um assunto complicado pelo fato de ser uma disputa que envolve a soberania marítima regional, inserida no direito internacional. A questão da soberania marítima tem se tornado algo cada vez mais confuso devido à quantidade de países que passaram a reivindicar também a soberania sobre as ilhas. Outro fator que complica a situação é o possível envolvimento militar, assim como a riqueza econômica dos lugares em litígio (LANTEIGNE, 2016). Para a China, o MSCh ainda representa um dos desafios de maior interesse para o avanço da diplomacia regional e das políticas de segurança do atual líder Xi Jinping (LANTEIGNE, 2016). E para além disso, a economia chinesa é fortemente dependente das linhas de navegação, pois a região se tornou o novo centro do mundo de acordo com Morel (2017). Dependência que se justifica pelo fato de que são mais de 60 mil barcos comerciais transitando naquele espaço por ano, além de ser local pelo qual passa 85% do comércio mundial de hidrocarbonetos. O Mar do Sul da China, é a conexão do sudeste asiático com a Europa, Estados Unidos e Japão (MOREL, 2017). A maioria dos bens produzidos no continente atravessam este mar, e mais importante ainda todas as matérias primas necessárias para a fabricação destes bens chegam através deste mar, sendo assim essenciais para a economia mundial e regional (MOREL, 2017).

As disputas no Mar do Sul da China proporcionam também variadas formas de colaboração entre a China e os demais Estados do Sudeste Asiático (KIM, 2016). Os países têm conseguido dialogar com mais frequência, e reduzido o risco de conflitos. A colaboração tem ocorrido através de dispositivos de comunicação como linhas diretas militares para controlar emergências marítimas. Esses sistemas ligariam os

líderes no caso de uma crise, ou ainda quando houvesse impasse em relação aos navios. Ademais também passaram a ser realizados exercícios navais conjuntos, promovendo uma maior transparência militar (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Depois dos anos 2000, a política externa chinesa ficou caracterizada como “harmonia com diferença” defendida por Jiang Zemin, e que depois levou ao conceito de “mundo harmonioso” de Hu Jintao. Para Kim (2016), durante os anos 2000, a China apresentou abordagens multilaterais que podem ser tomadas como referência, no que diz respeito as disputas no Mar do Sul da China. Esta afirmação se justificaria pela presença cada vez mais ativa da China junto a fóruns multilaterais. Contudo, a observação e análise dos fatos pareceu negar o esforço de cooperação nas situações conflitantes que tem ocorrido por conta de presença militar, navios de pesquisa e exploração, construção de ilhas, entre outras ações consideradas um indício de intimidação por parte da China.

Governos anteriores, do Deng Xiaoping e também do Jiang Zemin destacaram em suas agendas de modernização o desenvolvimento das capacidades militares da China. Hu Jintao também conseguiu fazer com que a economia chinesa se expandisse nos anos 2000. A China obteve uma taxa média anual de crescimento do PIB entre 2001 e 2012 de 10,1%. Em 2013, esse número diminuiu para 7,7%, o que representou uma redução significativa em comparação com os anos anteriores (ZHOU, 2016). O gasto militar do governo de Hu Jintao, foi de 2,1% do PIB em 2003, diminuindo para 1,9% no fim do seu mandato em 2013 (SIPRI, 2018). Isso forneceu uma orientação estratégica clara tanto para o Partido Comunista da China (PCC) quanto para o Exército de Libertação do Povo (ELP) na modernização da China no século XXI (LI, 2016). A ambição de se ter um exército poderoso é apontado na China como algo indispensável e que faz parte do "sonho de uma nação poderosa" do então presidente Xi Jinping (LI, 2016).

De acordo com o *White Paper* de 2004, a China pratica o princípio do desenvolvimento proporcional entre defesa e economia nacionais. Em harmonia com os requisitos da defesa nacional e do desenvolvimento econômico, Pequim estabelece o volume dos gastos com defesa de maneira apropriada e administra e usa seu caixa de defesa em conformidade com a lei. Apoiada pelo desenvolvimento econômico e pelo crescimento da receita, a China segue ampliando moderadamente seus gastos com defesa, de acordo com as demandas do país. O PIB da China em 2002 e 2003

foi de 10.517,234 bilhões de yuans e 11.725,194 bilhões de yuans, respectivamente. Seus gastos com defesa em 2002 e 2003 foram de 170,778 bilhões de yuans e 190,787 bilhões de yuans, respectivamente. Seu orçamento de defesa para 2004 foi de 211,701 bilhões de yuans (LIVRO BRANCO, 2004).

De forma prática, desde 2010 a China vem procurando exercer uma aproximação de “pequeno passo”, ou seja, de forma gradual, para assim legitimar e esclarecer suas reivindicações no MSCh, e para isso faz uso de políticas não-militares evitando provocar o uso da força de outros países reclamantes. Desde o início da presidência de Xi Jinping em 2013, Pequim antecipou suas políticas marítimas no Mar do Sul da China para afastar os outros reclamantes. A China mantém um certo grau de ambiguidade estratégica na região que favorece a sua política regional, mas a questão antiga sobre a soberania das ilhas perdura à proporção que o poder marítimo da China segue crescendo (LANTEIGNE, 2016). A China consegue posicionar a sua agenda referente às disputas de maneira que as negociações sejam em seu favor (KIM, 2016), ao passo que traça diversos planos para assegurar que as reivindicações da China na região sejam respeitadas, ao mesmo tempo em que busca fugir de qualquer tipo de confronto militar com outros disputantes ou com os Estados Unidos (LANTEIGNE, 2016).

É difícil acompanhar as mudanças de atitude da China, visto que em momentos percebe-se que o país tenta buscar cooperação e negociar com os demais países em litígio, ao mesmo tempo que é firme nas suas reivindicações, e toma medidas que causam agitação. Ainda em 2012, a China lançou novas capas de passaporte que no primeiro momento parece ser algo irrelevante, mas que mostravam um mapa da China incluindo Taiwan e com o Mar do Sul da China tracejado por uma linha de dez traços, o que recebeu inúmeras críticas das Filipinas e do Vietnã. Iniciando uma 'guerra de documentos' onde outros países requerentes também passaram a incluir nomes alternativos para o Mar do Sul da China (LANTEIGNE, 2016).

A China se tornou o destino escolhido por muitos investidores externos, devido aos seu crescimento econômico acelerado impulsionado pelo aumento das exportações, maiores investimentos internos e aumento dos níveis de consumo interno (CÁCERES, 2014). Com isso, a situação política no Mar do Sul da China também mudou nos últimos anos, porque Pequim percebeu que a balança regional do poder havia mudado a seu favor. Visando o interesse nacional, a China passou a ter uma conduta mais forte de segurança marítima, a trazer novas tecnologias para as

forças armadas, que pode permitir uma maior capacidade de fazer valer as reivindicações marítimas no MSCh (LANTEIGNE, 2016).

No entanto, as estimativas dos gastos militares da China são elevadas porque incluem custos que normalmente não estão incluídos nos orçamentos de defesa ocidentais. Acredita-se que a construção de infra-estrutura militar esteja incluída nos números oficiais. Além disso, custos como escritórios, assistentes, carros e acesso especial a instalações hospitalares para os altos funcionários aposentados fazem parte do orçamento militar da China (CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES, 2018). Segundo dados encontrados no SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*, 2018), atualmente, a China aplica mais em gastos militares do que o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas e o Vietnã combinados, perdendo apenas para os Estados Unidos. Este aumento nos gastos militares chineses ocorre em decorrência do crescimento do PIB chinês, e por mais que as despesas militares tenham chegado a US\$ 228 bilhões em 2017, este número apenas acompanha o crescimento econômico do país, e permanece em uma porcentagem em torno de 2% em relação ao PIB (CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES, 2018).

Ademais, também é importante lembrar que estes gastos acontecem há quase duas décadas, em favor da modernização. A China, passou a tratar da modernização militar como algo sério depois da crise do Estreito de Taiwan de 1995-1996, um episódio que expôs as deficiências do país em impedir a intervenção estrangeira nas disputas de soberania da China (CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES, 2018), dentre estas disputas de soberania está o Mar do Sul da China. Por isso, o *White Paper* de 2015 enfatiza que

Os mares e oceanos suportam a paz duradoura, a estabilidade duradoura e o desenvolvimento sustentável da China. A mentalidade tradicional de que a terra supera o mar deve ser abandonada, e grande importância deve ser dada à gestão dos mares e oceanos e à proteção dos direitos e interesses marítimos. É necessário que a China desenvolva uma estrutura de força militar marítima moderna compatível com seus interesses nacionais de segurança e desenvolvimento, proteja sua soberania nacional e direitos e interesses marítimos, proteja a segurança de SLOCs estratégicos e interesses estrangeiros, e participe da cooperação marítima internacional. para fornecer apoio estratégico para construir-se em uma potência marítima (LIVRO BRANCO, 2015, p. 16, tradução nossa)²⁰.

²⁰ The seas and oceans bear on the enduring peace, lasting stability and sustainable development of China. The traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned, and great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests. It is

Isso pode ser mais claramente observado a partir de 2009, através da dedicação dos líderes chineses e das elites políticas em desenvolver uma identidade nacional mais firme e fidedigna para a China, que esteja em harmonia com a sua força econômica em progresso e sucessiva capacidade militar (LI, 2016). Foi através do atual discurso político da China que as referências à ascensão do país como uma grande potência tornaram-se cada vez mais disseminadas (EMMERS, 2009).

Para Li (2016), a China possui o título de grande potência há muito tempo, é algo que está na sua cultura e história, desde o grande império, busca fortalecer ainda mais essa identidade e através disso promover seus interesses estratégicos (LI, 2016). A China é uma potência continental, mas tem buscado cada vez mais tecnologias para melhorar sua força naval visando alcançar um *status* de poder marítimo. Assim, pode-se considerar que a razão mais importante que reflete a construção da identidade nacional da China é ser considerada um grande *status* de poder (LI, 2016).

Neste quesito de melhorar cada vez mais o *status* de poder da China, Xi Jinping tem se mostrado mais destemido que seu antecessor, Hu Jintao. O então presidente, tem procurado conduzir a China através de um discurso de "Sonho da China". Xi Jinping espera, através deste discurso, impulsionar o rejuvenescimento nacional, o que provocará a revitalização do Partido Comunista, para que este possa funcionar de forma eficiente e eficaz na implementação das reformas e outras metas da alta liderança. Além disso, o presidente deseja governar através do respeito e admiração da comunidade internacional por uma China mais assertiva (TSANG; MEN, 2016).

Para Li (2016) a mudança no equilíbrio de poder na região acontece porque as atividades marítimas da China, intimidam os demais países, que baseados na crença de que o comportamento de uma grande potência é determinado por suas capacidades, acabam não considerando quais são as reais intenções da China. Quanto mais a economia de um país se desenvolve, o mesmo usará disto para aumentar seus níveis de influência e defender seus interesses econômicos onde eles forem colocados à prova (LI, 2016). Para a China, construir um *status* de potência marítima é um componente fundamental da construção de uma identidade de poder

necessary for China to develop a modern maritime military force structure commensurate with its national security and development interests, safeguard its national sovereignty and maritime rights and interests, protect the security of strategic SLOCs and overseas interests, and participate in international maritime cooperation, so as to provide strategic support for building itself into a maritime power (LIVRO BRANCO, 2015, p. 16).

global que possa defender e ampliar seus interesses regionais e globais. E ao passo que as atividades globais do país se disseminam, os líderes chineses sentem que precisam ter ainda mais habilidades marítimas para proteger seus interesses (LI, 2016).

Pequim tem construído ilhas artificiais e melhorado a infra-estrutura das mesmas, com pistas, prédios de apoio, cais de carga e possíveis antenas de comunicação por satélite, provocando seus vizinhos e levando ao questionamento se todos estes atos são somente para fins sociais. A capacidade da China para implantar sistemas de defesa de mísseis e aviões em qualquer uma das ilhas construídas faz com que a sua projeção de poder cresça consideravelmente (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

A questão do MSCh envolve uma vastidão de limitações que traduzem a confusão em relação ao tema. Na verdade, a busca pela soberania de arquipélagos que não possibilitam a viabilidade da moradia e nem uma utilização econômica, oculta uma procura por posições estratégicas, que é influenciada pelo nacionalismo regional (PINOTTI, 2015). O interesse nacional chinês tem como base um conjunto de variáveis de diferentes origens. Na política externa, a questão do MSCh desafia ao mesmo tempo a estratégia internacional e regional chinesa. Ao assinar e ratificar a UNCLOS para tentar estimular sua imagem de “potência responsável”, o país se limitou, não podendo contradizer a Convenção (PINOTTI, 2015).

Para Cáceres (2014), o Mar do Sul da China e a disputa das ilhas estaria prestes a se transformar em um dos pontos de destaque internacional mais perigosos do Sudeste Asiático, porque todo aquele território é objeto de reivindicações concorrentes por diversos países da região. Essas disputas anteriormente já levaram a conflitos, e as tensões levaram a confrontos sérios que novamente preocupam a sociedade internacional (CÁCERES, 2014). Por isso que além de abordar aqui os problemas da China com Vietnã e Filipinas, também é preciso considerar a ingerência dos Estados Unidos, grande potência mundial, que se faz presente na região de diversas formas.

3.5 – A Ingerência dos Estados Unidos na Questão do Mar do Sul da China

Os Estados Unidos estão presentes no Pacífico, de forma mais assertiva, desde o fim da Segunda Guerra Mundial quando venceram o Japão (MOREL, 2017). Diante da crescente importância política da região, os Estados Unidos passaram a voltar-se ao combate de três possíveis ameaças, que eram o ressurgimento do militarismo japonês; a ameaça das forças do Extremo Oriente da União Soviética, então inimigo naquele cenário, pós Segunda Guerra; e a nova ameaça da uma República Popular da China, aliado soviético. Em reflexo disso, os Estados Unidos por um lado optaram por desarmar o Japão e, de outro, tentar frear o comunismo (WEEKS; MECONIS, 1999).

Com o fim da Guerra Fria e a mudança na situação geopolítica em 1992, os Estados Unidos começaram a repensar seus interesses, sua estratégia e principalmente, sua presença militar na região da Ásia-Pacífico (WEEKS; MECONIS, 1999). A República Popular da China foi listada como uma fonte potencial de instabilidade regional devido a modernização de suas forças militares, suas políticas de proliferação nuclear e de mísseis. Ademais, as ilhas Spratly no Mar do Sul da China também eram percebidas como um perigo provável, devido a várias reivindicações concorrentes na região (WEEKS, MECONIS, 1999).

De acordo com Lin e Gertner (2015), o que faz os Estados Unidos dedicar maior atenção na Ásia é a elevada importância econômica da região no sistema internacional. Com o governo de Obama, em 2011, os Estados Unidos anunciaram um novo pacote de mudanças em sua política. Entre eles um pacote focado para a região asiática, conhecido como a “virada para Ásia” (PECEQUILO, 2012). Esse pacote provocou um impacto nas relações entre os países asiáticos, ainda mais no que diz respeito ao Mar do Sul da China, dado que a presença estratégica dos norte-americanos poderia estimular uma mudança na balança de poder da região.

A virada para a Ásia foi um dos elementos que fizeram com que o *status quo* e as alianças do continente se alterasse. Sendo considerada uma provocação para os chineses, muitos países apoiaram a aumento das ações militares dos Estados Unidos na área, incluindo Austrália, Japão e Filipinas. Um dos reflexos mais significativos desse movimento político estadunidense, foi a renovação da parceria e crescimento dos investimentos navais que ocorreram entre Estados Unidos e seus aliados asiáticos (LIN; GERTNER, 2015).

Enquanto isso, os Estados Unidos também reconheceram que tem um interesse nacional na resolução das disputas, justificando assim sua presença na Ásia

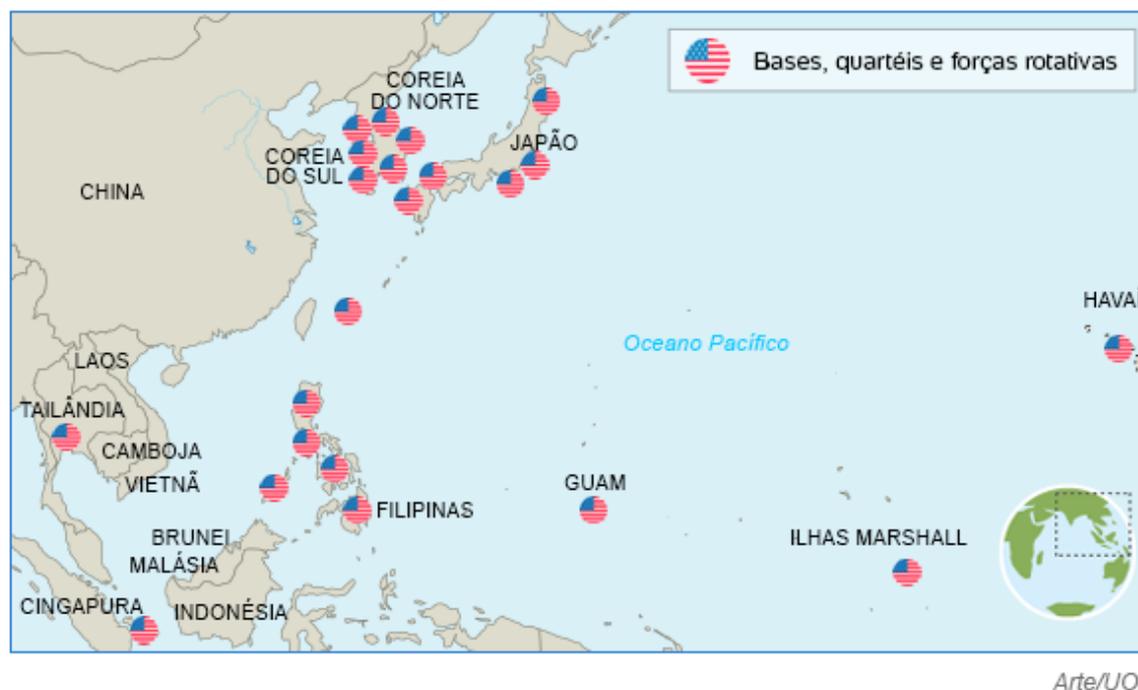
(BAVIERA, 2015). A China, mesmo sabendo que sua força militar é muito inferior à dos norte-americanos, mantém sua postura assertiva e uma diplomacia coercitiva no Mar do Sul da China, sempre com respaldo da presença militar e paramilitar, e de um forte discurso, dirigido tanto aos Estados Unidos quanto a países asiáticos, Vietnã e Filipinas, que também reivindicam a ilhas (BAVIERA, 2015). Ainda para Fravel (2012, p.4) “os Estados Unidos têm outros interesses relacionados a essas disputas, incluindo manter seu compromisso com os aliados na região e assegurar uma relação estável e cooperativa com a China” (FRAVEL, 2012, p. 4, tradução nossa)²¹.

Segundo Fravel (2012), os Estados Unidos possuem dois interesses principais no Mar do Sul da China, são eles: acesso desimpedido e estabilidade. O livre acesso é importante para o governo estadunidense por duas razões, sustenta o dinamismo econômico da região, baseado no comércio internacional, são mais de 1 trilhão de dólares só dos Estados Unidos. Além disso, para Fravel (2012), o livre acesso ao Mar do Sul da China sustenta a capacidade da América do Norte de projetar poder não só no leste da Ásia como também em todo o mundo. Para isso os Estados Unidos mantêm bases militares no continente asiático, representadas na figura abaixo.

Figura 2 – Presença militar dos Estados Unidos na Ásia.

²¹ The United States has other interest related to these disputes, including maintaining its commitments to allies in the region and ensuring a stable and cooperative relationship with China (M. TAYLOR FRAVEL, 2012, p. 4).

Presença militar dos EUA



Fonte: UOL, Talita Marchao, 04 set. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/09/04/quais-sao-os-recursos-dos-eua-na-asia-que-poderiam-conter-uma-ameaca-norte-coreana.htm>>. Acesso em: 27 out. 2018.

Quanto ao impasse ocorrido em Scarborough Shoal, entre a China e as Filipinas, em 2012, apesar dos EUA terem salientado seu comprometimento com o Tratado de Defesa Mútua de 1951 com as Filipinas, preferiram permanecer neutros na disputa e se recusaram a esclarecer se as reivindicações no Mar do Sul da China apresentadas pelas Filipinas são ou não resguardadas pelo tratado, refletindo que possuem consciência da tensão na região. Mesmo assim, os Estados Unidos buscaram intensificar suas relações militares com as Filipinas visando aumentar sua capacidade de defesa e resistir à força chinesa. Além disso, os EUA têm pressionado para que todos os reclamantes cheguem a um código de conduta mais específico e vinculativo, que não dê espaço para confrontos que possam prejudicar a estabilidade e seu livre acesso à região (FRAVEL, 2012).

Os Estados Unidos obedecendo a política de "virada para a Ásia", declararam que a manutenção da paz e estabilidade e do direito à liberdade de navegação no Mar do Sul da China são questões básicas de interesse nacional (DEPARTAMENTO DE

ESTADO DOS EUA, 2013). Mas a China acredita que a navegação de navios militares norte-americanos no Mar do Sul da China está em oposição aos direitos internacionais, e desrespeita o Código de Navegação. Pequim se opõe à essas atividades de vigilância realizadas pelos EUA em sua Zona Econômica Exclusiva, e ainda entende que essas atividades militares são ações agressivas (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS, 2016).

A presença dos Estados Unidos e as suas relações bilaterais com boa parte dos países asiáticos poderiam agravar o conflito, se o país se envolvesse, podendo gerar consequências inimagináveis para a ordem internacional (MORAES, 2015). Contudo, os Estados Unidos e a China sabem que precisam um do outro e que são grandes demais para serem dominados (KISSINGER, 2011).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, grande parte dos países asiáticos sentiu-se mais próximo dos EUA, um país poderoso, do que de uma China empobrecida. Hoje, no entanto, a imagem da China está mais associada a força, grandiosidade e sucesso econômico, sendo considerada por uns a próxima terra de oportunidades. Para tal, o governo chinês demonstra sua assertividade ao organizar eventos regionais dos quais os EUA não faz parte, por exemplo, a cúpula africana, conferências do leste asiático, exercícios militares, e também a Organização de Cooperação de Xangai (CACERES, 2014).

Ainda assim, os funcionários do governo dos EUA continuaram a reiterar que as políticas dos EUA para a região não constituem uma posição fixa sobre a soberania das Ilhas Spratly, mas os EUA estão decididos a manter, por enquanto, os tratados de defesa e segurança celebrados com seus aliados regionais (CÁCERES, 2014).

4 – O PAPEL DOS TRATADOS E A ASEAN NAS DISPUTAS DAS ILHAS DO MAR DO SUL DA CHINA

Depois de compreender a atuação da China frente às disputas das ilhas do Mar do Sul da China, este último capítulo visa analisar o papel dos tratados e da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) na resolução ou tentativa de resolver os litígios da China com Filipinas e Vietnã.

A ASEAN foi fundada em 8 de agosto de 1967 em Bangkok, Tailândia, com a assinatura da Declaração da ASEAN (Declaração de Bangkok) pelos países fundadores, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Mais tarde outros países também aderiram à Declaração, como Brunei Darussalam, em 7 de janeiro de 1984, Vietnã em 28 de julho de 1995, República Democrática Popular do Laos e Mianmar em 23 de julho de 1997 e Camboja em 30 de abril de 1999, compondo hoje os dez Estados membros da ASEAN (ASEAN, 2012).

Além da ASEAN, será analisada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), assinada em 1982, outro tratado a ser analisado neste capítulo será a Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China, assinado entre a ASEAN e a China no ano de 2002. Ademais, será abordado o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) do Sudeste Asiático, que foi assinado pela China em 2003.

4.1 – O Multilateralismo Chinês: Inserção na ASEAN

A ASEAN, instituída em 8 de agosto de 1967, foi a primeira associação no sudeste da Ásia formada por Estados independentes e em desenvolvimento, sendo considerado “um dos mais avançados e bem encaminhados processos de integração regional do Terceiro Mundo” (VISENTINI, 2011, p.143).

Cinco Ministros das Relações Exteriores de Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia reuniram-se no salão principal do Departamento de Relações Exteriores em Bangkok, Tailândia, e assinaram um documento, conhecido como Declaração de Bangkok (VISENTINI, 2011). Em decorrência desse documento, nasceu a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Os cinco ministros dos Negócios Estrangeiros que assinaram a declaração, foram posteriormente

aclamados como os Pais Fundadores da organização intergovernamental, que possivelmente possui hoje o maior sucesso no mundo. E o documento que eles assinaram seria conhecido como a Declaração da ASEAN (ASEAN, 2012).

Por conta disso é importante falar das origens da ASEAN, visto que o marco de sua criação passou por três fases antes de ser instituída de fato. A primeira fase diz respeito ao período dos primeiros cinco anos pós Segunda Guerra, quando o mundo se viu diante da emergência dos movimentos nacionalistas e de independência, e também foi quando as primeiras organizações regionais começaram a surgir, no entanto visando outros objetivos em detrimento da integração. A segunda fase vai de 1950 até meados de 1960, período que apresentou novas tentativas de cooperação regional, principalmente dos países da região do sudeste asiático. A terceira e última fase, foi a fase de criação da ASEAN (VISENTINI, 2011).

Os países do Sudeste Asiático se associaram com o objetivo de aumentar o crescimento econômico, permitir aos países-membros maior avanço social e também expandir o desenvolvimento cultural, tudo em um âmbito regional. No entanto, quando a associação foi fundada, durante o período da Guerra Fria, a China e a ASEAN se encontravam em uma situação de desconfiança e oposição (ASEAN, 2012). Naquele período, logo no início, a ASEAN mostrou seus traços fortemente políticos, refletindo a aflição regional naquele momento. A ASEAN estabeleceu um pacto de não agressão, e formou uma aliança unida com o objetivo de combater o levante comunista, caracterizados naquele momento pela China e o Vietnã do Norte (VISENTINI, 2011).

Foi somente com o fim da Guerra Fria que mudanças significativas passaram a acontecer no Sudeste Asiático. A China conseguiu retomar as relações diplomáticas com todos os países do Sudeste Asiático e, desde então, pode-se dizer que as relações entre a China e os países-membros da ASEAN ingressaram em um novo ciclo (JIANREN, 2008).

Em virtude da ausência de capacidades materiais, a ASEAN tem conseguido criar instituições de segurança dirigidas pela organização de acordo com a ideia de segurança cooperativa, que é um acordo associativo inclusivo que tem por objetivo auxiliar nos diálogos de segurança, na formação de confiança e criação de normas entre os membros. No momento em que a ASEAN estabelece restrições normativas no Leste Asiático, a organização pretende conter politicamente as grandes potências regionais, moldar seu comportamento e assegurar a estabilidade regional (KOGA

2018). As finalidades de um acordo de segurança cooperativa, que destaque a importância de medidas de consolidação da confiança através de interações diplomáticas e discussões sobre políticas que levem à cooperação, fornecem exemplos de cooptação institucional, que é o caso do Forum Regional da Ásia (ARF, em inglês). Embora a ASEAN considerasse inicialmente o estabelecimento do ARF como uma ferramenta de cobertura institucional ao incluir tanto a China como os Estados Unidos, seus objetivos primários e iniciais acordados eram não impor regras aos Estados Membros (KOGA, 2018, p. 57).

O fim da Guerra Fria fez com que surgisse a necessidade de elaborar novas maneiras e formas de resolver os assuntos de segurança, por conta disso, a ASEAN procurou criar o Fórum Regional da Ásia (*Asian Regional Forum – ARF*)²², em 1994. O Fórum conta com a participação de um conjunto de países asiáticos, inclusive a China, e também países não-asiáticos. Pequim entendeu que o Fórum poderia ser um mecanismo oportuno para a promoção dos seus interesses no tópico de segurança regional da Ásia-Pacífico. A China, fazendo parte do Fórum, desencadeou um processo de estreitamento de relações com os demais países da região, e, em 1996, o continente asiático foi convidado para ser Parceiro de Diálogo da ASEAN. No ano seguinte, teve início a “ASEAN+3”, aproximação entre os dez países da ASEAN com a China, Coreia do Sul e Japão (PEREIRA, 2004). A partir deste momento, o país exibiu uma maior inclinação para envolver-se em iniciativas multilaterais (RUBIOLO, 2010). De acordo com Rubiolo (2010) o interesse pelas questões econômicas parece ser maior que para as questões estratégicas, de segurança, militares, territoriais ou políticas (RUBIOLO, 2010).

A China começou a apresentar maior interesse pelas organizações multilaterais de diálogo e cooperação a partir dos anos noventa, em concordância com o novo ciclo histórico (RUBIOLO, 2010). De acordo com Ruggie (1993, p.8, tradução nossa) “o multilateralismo refere-se à coordenação das relações entre três ou mais estados, de acordo com certos princípios.”²³ Ou seja, uma organização multilateral é uma

²² O Fórum Regional da ASEAN é uma estrutura multilateral de diálogo estratégico que foi iniciada na reunião anual dos ministros das Relações Exteriores dos países da ASEAN, em Singapura, em julho de 1993 (RUBIOLO, 2010).

²³ Multilateralism refers to coordinating relations among three or more states in accordance with certain principles (RUGGIE, 1993, p.8).

instituição na qual regras gerais são definidas e os países-membros passam por procedimentos de votação para se chegar a um consenso (RUGGIE, 1993).

Nas relações internacionais, o termo “multilateralismo” possui um conceito amplo, que ao contrário de optar por exercer atividades unilaterais ou bilaterais, pode ser definido como um sistema de interação estatal através do qual cada parte procura construir relações com o conjunto dos demais países membros do mesmo sistema (MELLO, 2011). Para Mello (2011)

O conceito expressa, portanto, um projeto político a ser promovido por uma institucionalidade internacional ou, ao menos, a preferência por um padrão de ação coletiva em detrimento de soluções individuais. [...] O conceito de multilateralismo abarca assim uma extensa variedade de situações internacionais, como método de negociação, método de ação, método de institucionalização de normas e de regulação do sistema internacional, ao mesmo tempo em que remete a um certo conjunto de valores universais fundados nos princípios da Carta da ONU (MELLO, 2011, p. 13).

O que levou a China a apostar com mais frequência em estratégias multilaterais foi, primeiramente, a estimativa positiva. Pequim considerou que direcionar-se ao multilateralismo na segurança regional teria sido uma evolução que não poderia ser interrompida, visto que não poderia ficar isolada do restante da região novamente, e despertar a desconfiança dos seus vizinhos (RUBIOLO, 2010).

Percebe-se que, no caso da China, houve uma mudança de atitude em relação à cooperação multilateral e a segurança. Anteriormente, ainda no início da inserção de Pequim no multilateralismo, o país se mostrava cauteloso. No entanto, atualmente está efetivamente comprometido com operações multilaterais. Não é de se espantar que inicialmente a China estivesse muito insegura, tendo em mente a participação de outras grandes potências, como os Estados Unidos e o Japão, no fórum cooperativo de segurança da ASEAN. Mesmo assim, a China decidiu participar da primeira reunião do Fórum Regional da Ásia (ARF), em 1994. A partir deste momento ficou evidente o crescimento do compromisso do país com o multilateralismo (KATSUMATA, 2009).

Ainda no pós Guerra Fria, a disputa das Ilhas Spratlys foi vista pelos membros da ASEAN como o principal ponto de conflito da região do Sudeste Asiático (ACHARYA, 2009). Contudo, os primeiros anos da China no Fórum Regional da Ásia contribuíram para diminuir os medos iniciais do país em relação à organização. É possível, a partir dessa inserção, observar que o multilateralismo passou a ser usado como um complemento às práticas bilaterais destinadas a manter a estabilidade regional (RUBIOLO, 2010). O conflito das Spratly serviu, e ainda serve, como um teste

da uniformidade da ASEAN e de seus preceitos, relativos à solução pacífica de controvérsias (ACHARYA, 2009).

Através da participação no Fórum Regional da Ásia, segundo Katsumata (2009)

Pequim começou a redefinir sua meta no sudeste da Ásia, de acordo com a norma de segurança cooperativa promovida pela ASEAN. Assim, tornou-se capaz de colaborar numa abordagem *win-win* com a ASEAN, na promoção de um conjunto de interesses comuns associados a um ambiente regional pacífico (KATSUMATA, 2009, p. 102, tradução nossa).²⁴

Mesmo que a China tenha apresentado progressivas competências econômicas e militares, continuou se envolvendo dinamicamente com instituições dirigidas pela ASEAN. Fato demonstrado através da atuação cooperativa da China com a ASEAN antes e depois do estabelecimento da Cúpula do Leste Asiático (*EAS-East Asia Summit*, em inglês) em 2005 (KOGA, 2018).

Pequim vê a necessidade de um ambiente regional estável e forte. Regionalmente, a China já participa da APEC (*Asia Pacific Economic Cooperation*), da ASEAN+3, do ARF (*Asian Regional Forum*), da OCX (Organização para Cooperação de Xangai), e também é membro da ASEM (*Asia-Europe Meeting*). A ASEAN+3 é o órgão que proporciona estabilidade regional, viabilizada através de uma base financeira que também é importante para a interação entre a ASEAN e a China. Dentro da ASEAN+3, foi assinado em 2001 um acordo de livre comércio, que entrou em vigor no ano de 2010. Este livre comércio acelerou os investimentos da China no sudeste asiático, o que ajudou a diminuir a insegurança dos países da ASEAN diante do crescimento econômico expressivo da China (VISENTINI, 2011). Importante incluir também a assinatura da Declaração de 2002 sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China, o Acordo-Quadro ASEAN-China de 2002 sobre Cooperação Econômica Abrangente, a adesão ao TAC (Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático) em 2003, a Declaração Conjunta de 2003 sobre Parceria Estratégica para a Paz e Segurança, o Acordo sobre o Comércio de Serviços de 2007 e o Quadro Cooperativo da Aviação de 2007 (KOGA, 2018).

Embora todos estes acordos cooperativos não tenham o poder de diminuir os conflitos de interesse entre a China e os países membros da ASEAN, não houve

²⁴ Beijing has begun to redefine its goal in Southeast Asia, in accordance with the cooperative security norm promoted by ASEAN. Thus, it has become able to collaborate on a win-win approach with ASEAN, in advancing a set of common interests associated with a peaceful regional environment (KATSUMATA, 2009, p. 102).

tensões diplomáticas expressivas ou embates físicos no Mar do Sul da China. Pelo contrário, a situação no mar continua estável, constatada pelo início das explorações em conjunto entre a China, as Filipinas e o Vietnã, e a instalação do Grupo de Trabalho Conjunto ASEAN-China sobre a Implementação da Declaração de Conduta (KOGA, 2018).

Ao assinar a Declaração de Conduta no Mar do Sul da China, Pequim confirmou seu comprometimento com os princípios anteriormente estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (UNCLOS) e também com o Direito Internacional. Embora esta Declaração de conduta não tenha regulamento jurídico, ainda assim é considerada um avanço importante. Além disso, através desta Declaração, entende-se que a China esteja disposta a admitir acordos sobre um código de conduta vinculativo (KATSUMATA, 2009, p. 106).

Apesar da China ainda concentrar-se nas relações bilaterais, o país apresenta interesse em participar do multilateralismo liderado pela ASEAN. No fim, a ASEAN não representa uma ameaça ao país, pois não está disputando por influência na região com a China. Ademais, Pequim eventualmente reconhece que suas relações com a ASEAN são possíveis de controlar, principalmente quando comparadas às suas relações difíceis com os Estados Unidos e o Japão (JIANREN, 2008).

A disputa das ilhas Spratlys foi vista pelos membros da ASEAN como o principal conflito no pós-guerra do sudeste asiático. Foi a Indonésia, e não a ASEAN como um grupo, que assumiu a liderança no desenvolvimento de uma abordagem informal e não oficial do conflito, sob a forma de uma série de *workshops*, ou conferências com o objetivo de controlar potenciais conflitos no Mar. Na primeira série de conferências, a China, Taiwan e Vietnã não foram convidados a participar. Já na segunda série de conferências que ocorreu em Bandung, em julho de 1991, seis membros da ASEAN se juntaram à China, Taiwan, Vietnã e Laos (ACHARYA, 2009).

A sequência de conferências da ASEAN conseguiu evitar de forma intencional que fossem abordadas as questões territoriais mais sensíveis. A ASEAN preocupou-se mais com as questões de desenvolvimento conjunto e cooperação funcional, ou seja, a organização buscou desenvolver acordos específicos entre os seus membros, como o combate à poluição ambiental marinha, e outros assuntos sociais e econômicos, do que com as questões territoriais. A série de encontros também realizou a tarefa de desenvolver um código de conduta para os estados da região do

Mar do Sul da China, com o objetivo de frear os riscos de um conflito militar entre eles (ACHARYA, 2009).

No período anterior à estas reuniões em 1991, a situação de apreensão era bastante tensa, pois as reivindicações das Ilhas Spratly eram acompanhadas pela vontade da China em usar a força e assim estimular os demais reclamantes a reconhecer os direitos chineses sobre o devido território (RUBIOLO, 2010).

Atualmente, aos olhos da ASEAN, ainda é incerto se Pequim trata a declaração de conduta com sua devida seriedade, visto que o governo tem freqüentemente apresentado discordância entre a política declaratória e sua conduta real (ACHARYA, 2009). De acordo com a Embaixada da República Popular da China no Brasil, em um documento intitulado “China Adheres to the Position of Settling Through Negotiation the Relevant Disputes Between China and the Philippines in the South China Sea” de 2016, o país diz estar

empenhado em manter a paz e a estabilidade no Mar da China Meridional com outros países da região e em defender a liberdade de navegação e sobrevoos no Mar da China Meridional desfrutada por outros países ao abrigo do direito internacional (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016, s/p, tradução nossa).²⁵

A tentativa da ASEAN em trazer os países em torno de uma alternativa multilateral para a solução das controvérsias, fez com que a disputa recebesse um olhar internacional mais atento, indicando que Pequim enfrentaria dificuldades diplomáticas caso optasse por usar a força. As tentativas para se chegar ao acordo referente a conduta dos países no Mar do Sul da China se davam portanto em passos lentos. Na década de 1990, foram celebrados apenas acordos bilaterais entre a China e o Vietnã, em Outubro de 1993, e com Filipinas em 1995 (ACHARYA, 2009). A China, procurando tranquilizar os vizinhos e afirmando que considerava fundamental a preservação da liberdade de navegação e da segurança nas rotas marítimas do Mar do Sul da China, acabou por aceitar a discussão na ASEAN, pelo seu caráter consultivo e principalmente pela natureza não-vinculativa das decisões (ACHARYA, 2009).

²⁵ China is committed to maintaining peace and stability in the South China Sea with other countries in the region and upholding the freedom of navigation and overflight in the South China Sea enjoyed by other countries under international law (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016, s/p).

A tentativa da ASEAN de promover um código de conduta regional, é ainda de difícil alcance pois sua política de diálogo não consegue acompanhar os problemas que se agravam a cada dia (BAVIERA, 2015). Para a China, o Mar do Sul da China, é de particular importância. Não só pelo alto valor econômico, em virtude da sua profunda importância para as rotas comerciais globais, mas também as riquezas de energia, com os hidrocarbonetos, e também de frutos do mar, que são muito relevantes. Além de tudo isso, ainda é importante para as estratégias regionais da China e para o futuro papel regional que o país almeja alcançar (FELS; VU, 2016).

As disputas mais evidentes, sobre o Mar do Sul da China surgiram no início de 2010, quando Pequim reforçou sua patrulha marítima e capturou pescadores vietnamitas. Os Estados Unidos começaram a abordar a questão do Mar do Sul da China mais diretamente depois que a secretária de Estado Hillary Clinton foi informada que altos oficiais chineses consideravam o Mar do Sul da China como um dos principais interesses do país (KOGA, 2018). Diante disso, os membros da ASEAN passaram a duvidar da implementação da Declaração de 2002, do comportamento da China futuramente, e também da estabilidade do *status quo* da segurança no Leste Asiático (KOGA, 2018). Inclusive aumentou a inquietação de alguns estados, como Filipinas e Vietnã, diante do cenário no Mar do Sul da China, considerando seriamente ampliar o apoio às grandes potências externas, especificamente os Estados Unidos, para controlar a ascensão da China. Nesta ocasião, os Estados Unidos se mostraram muito interessados em reafirmar seu compromisso político e de segurança com o Leste Asiático, como uma resposta à assertividade da China, e também como uma tentativa de eliminar a apreensão da Ásia sobre o potencial desengajamento dos EUA (KOGA, 2018).

A importância da ASEAN é muito grande, pois pode contribuir para a resolução pacífica das disputas no Mar do Sul da China, em razão das fortes relações de diálogo com a China, os Estados Unidos e outros reclamantes. Ter uma organização como a ASEAN que é politicamente estável, economicamente segura e diplomática, ajuda a garantir que a região persista cooperando. Para Baviera (2015)

O projeto da Comunidade de Segurança Política da ASEAN, e mecanismos como a Reunião de Ministros da Defesa da ASEAN (ADMM), ADMM Plus, e o Fórum Regional da ASEAN, poderiam se expandir para envolver agências civis de aplicação da lei marítima - ou seja, guardas costeiras e autoridades pesqueiras, entre outros - em processos consultivos que conduzam a uma

melhor coordenação de políticas sobre regras de conduta no Mar do Sul da China (BAVIERA, 2015, p. 4).²⁶

A *ASEAN Defense Ministers Meeting* (ADMM, em inglês) ou Reunião de Ministros da Defesa da ASEAN, é uma instituição consultiva e cooperativa de defesa da ASEAN. A ADMM tem por objetivo impulsionar a confiança mútua por meio da percepção dos desafios de defesa e segurança, bem como a melhoria da transparência e abertura (ASEAN, 2012). Foi criada em 2006, para facilitar o estabelecimento da Comunidade de Segurança da ASEAN (KOGA, 2018).

Além disso, desde 2011, a ADMM começou a discutir frequentemente a questão do Mar do Sul da China em suas declarações conjuntas (KOGA, 2018). A declaração conjunta de 2011, dialogou sobre o Mar do Sul da China, declarando que o problema deveria ser conduzido por meio do direito internacional, incluindo a UNCLOS, incentivando a adoção de um Código de Conduta regional no Mar do Sul da China. Desde então, as declarações conjuntas da ADMM destacam reiteradamente a importância de efetivar o código de conduta e aderir ao direito internacional (KOGA, 2018).

Em 2016, dez anos depois, pode-se observar que ocorreram mudanças, dentre elas, o estabelecimento da ADMM-Plus em 2010, com a inclusão de oito parceiros de diálogo da ASEAN, a Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia, Rússia, Coreia do Sul e Estados Unidos. A ADMM-Plus possui um foco no incentivo a cooperação nas questões de segurança não tradicionais, como segurança marítima, combate ao terrorismo, gestão de desastres, operações de manutenção da paz e medicina militar (KOGA, 2018).

No que se refere às relações com a China, enquanto potência regional em fase crescente de afirmação, os países da ASEAN têm privilegiado a estratégia de não-confrontação, por considerarem tal estratégia a mais adequada à conjuntura do momento sendo, contudo, importante notar que a mesma não significa necessariamente um alinhamento estratégico com Pequim. Assim, a resposta dos países da ASEAN, em matéria de segurança, à ascensão da China, está intimamente

²⁶ The ASEAN Political-Security Community project, and mechanisms such as the ASEAN Defense Ministers Meeting (ADMM), ADMM Plus, and the ASEAN Regional Forum, could expand to involve civilian maritime law enforcement agencies – i.e. Coast Guards and Fisheries authorities, among others - in consultative processes leading to improved policy coordination on rules of conduct in the SCS. (BAVIERA, 2015, p. 4).

ligada ao clima de incerteza que ainda paira em torno da evolução da balança de poder regional. A China tem desenvolvido suas capacidades nacionais de defesa. E países como a Malásia, Singapura e, especialmente, as Filipinas são os que se apresentam mais apreensivos perante a eventual adoção de uma postura expansionista em matéria de segurança por parte da China (PEREIRA, 2004). Ainda de acordo com Pereira (2004)

A estratégia de segurança dos países da ASEAN, tem-se baseado na tentativa de impedir o domínio total da sub-região do Sudeste Asiático por parte de qualquer grande potência (mundial e/ou regional), no que se designou por postura de “contra-hegemonia”, em que se assume que a ordem regional é melhor garantida se forem utilizadas abordagens diferenciadas de contenção, consoante as diversas situações de conjuntura (PEREIRA, 2004, p. 114)

Quando consideramos a região da Ásia, podemos concluir que uma mudança de poder regional pode estar acontecendo. Talvez, a característica que torna isso evidente é a ascensão da China como uma potência econômica, uma grande potência militar, e também como um ator dinâmico em várias instituições multilaterais e fóruns (FELS; VU, 2016). Um dos propósitos da ASEAN é fomentar a paz e o equilíbrio regional, por meio do respeito pela justiça e pelo Estado de Direito, e também na convivência entre os países da região. Desenvolver um código de conduta vinculativo e multilateral entre a China e os países da ASEAN seria a melhor forma de colaborar para a resolução das disputas territoriais no Mar do Sul da China. Com a Declaração de 2002 sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China, os países assumiram que deveriam reduzir os riscos e fortalecer a confiança, contudo, nenhuma deles aderiu às suas determinações ou efetuou as propostas de construção de confiança. Por mais que a China tenha um vasto histórico de preferência por negociações bilaterais, as consultas entre Pequim e a ASEAN indicam que uma virada em torno do multilateralismo tende a fortalecer a cooperação e ajudar na resolução de conflitos. No entanto, diante da preferência da China em resolver as questões bilateralmente, paira a incerteza se é possível ocorrer algum avanço (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Os dez membros da ASEAN chegaram a um impasse a respeito das reivindicações da China no Mar da China Meridional, e pela primeira vez desde a sua fundação, a ASEAN não publicou um comunicado no final de sua reunião anual no

Camboja em 2012. Os países discordam acerca da inclusão ou não da questão territorial na declaração conjunta, a exclusão dos problemas do Scarborough Shoal e da Zona Econômica Exclusiva, resultando no impasse, considerado por alguns como influência da China no Camboja. Tal acontecimento foi visto como um fracasso para o órgão regional (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). É possível identificar que vários estados reclamantes, que fazem parte da ASEAN estão percebendo que estabelecer um acordo sobre a disputa no Mar do Sul da China é algo muito improvável. Logo, se assume que “firmar um acordo político com a China usando esforços diplomáticos é algo incerto para os países signatários da ASEAN na próxima década” (RUSTANDI, 2016, p. 10). Ainda mais, porque os países da região da Ásia que possuem reivindicações no Mar do Sul da China, estão envolvidos em uma concorrência muito grande porque são áreas que são ricas em recursos e onde a marinha chinesa desempenha um papel importante de vigilância dos interesses marítimos chineses, além de estar empenhada em transformar a China numa grande potência marítima (FELS; VU, 2016).

Apesar da assinatura da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar da China Meridional, no Camboja em 2002, em dez anos parece não ter tido progresso, pois a China não possui interesses em negociar questões de soberania das ilhas na esfera multilateral. Diante das posições contrárias da China, o resultado foi uma declaração sem caráter obrigatório para as partes. A Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China, também, não possui nenhuma referência explícita a nenhum arquipélago em particular (RUBIOLO, 2010).

A Declaração sobre o Código de Conduta não inclui um compromisso específico para cessar a construção de ilhas artificiais, por exemplo, na área disputada, um compromisso procurado pelas Filipinas, mas recusado pela China. Outra exigência, que veio do Vietnã, pedindo que o código se aplicasse às ilhas Paracel, que são reivindicadas pelo país, mas se encontram ocupadas pela China, também foi rejeitada pela China. Além disso, a declaração como já dito antes não é juridicamente vinculativa, e chegar a um código de conduta obrigatório permanece ainda como uma meta de longo prazo (ACHARYA, 2009).

Para Rubiolo (2010) há uma falta de interesse da China em fazer concessões, o que limita as atividades na área, mas mesmo assim a Declaração representa um passo importante no diálogo das partes para a resolução do conflito (RUBIOLO, 2010). No entanto, em nenhum momento os chineses se recusaram a conversar e cooperar,

mas estabelecer mecanismos multilaterais obrigatórios de resolução para o conflito, para a China seria como abrir mão das ilhas, algo que é impensável. Contudo, mesmo desiludida com a China, a ASEAN continua tentando reunir esforços para alcançar um código de conduta vinculante. Isso porque para a China, as estratégias bilaterais continuam dando as maiores possibilidades de vantagem em torno da resolução do problema da soberania (RUBIOLO, 2010).

Como organização, a ASEAN conseguiu obter poder de legitimidade ao criar normas regionais e atrair o envolvimento de grandes potências em jogos políticos multilaterais. Hoje o multilateralismo é considerado pela sociedade internacional como um meio legítimo para criar normas internacionais. A ASEAN, que abrange 10 estados soberanos, tornou-se uma fonte regional de legitimidade e constituição na Ásia Oriental (KOGA, 2018).

4.2 – A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)

Pode-se dizer que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) é o documento mais importante nesse temática. A UNCLOS foi aprovada em 1982 com 130 votos a favor, 4 contra e 17 abstenções. Assinada em Montego Bay, Jamaica, a convenção define e limita o mar territorial e descreve os direitos e obrigações das nações que usam os oceanos, assim como designa diretrizes para negócios e a administração dos recursos dos oceanos (CRIEKEMANS, 2017). A convenção só entrou em vigor em 1994. A UNCLOS traça os compromissos relativos à definição de linhas de base ao longo da costa, as dimensões espaciais, reivindicações de jurisdição marítima, direitos e responsabilidades do Estado costeiro entre outros dentro de tais zonas (CRIEKEMANS, 2017).

O acordo ainda é a maior referência capaz de oferecer ajuda para os países quando necessário para contestar as ações dos demais. Para Ribeiro (2008) durante séculos, a autoridade marítima dos Estados foi pequena, não havia limites para se navegar, e grande parte dos países não possuíam marinhas poderosas. Os progressos observados ao longo dos séculos em matéria de ciência e tecnologia, permitiram compreender melhor os impactos das atividades humanas nos oceanos, e o que eles podiam oferecer. Nestas circunstâncias, as disputas centradas no mar passaram a ter uma crescente ocorrência nas relações internacionais no fim do século

XX. Por isso, é hoje evidente a importância de se desenvolver uma visão estratégica do mar (RIBEIRO, 2008). Em decorrência destas disputas centradas no mar, houve a necessidade de formular normas para o uso do mesmo, postas no papel na Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.

Nas disposições gerais da UNCLOS, é evidenciado que a soberania de um Estado costeiro estende-se para além do seu território terrestre, ao espaço aéreo sobre o mar territorial, bem como ao seu leito e subsolo. No entanto essa soberania possui um limite de 12 milhas marítimas a partir da costa do Estado. Além deste limite, a convenção ainda trata sobre a Zona Contígua, na qual o estado costeiro pode exercer controle para impedir a violação dos seus costumes, violação fiscal, de imigração, ou sanitária, inclusive punindo a violação das leis e regulamentos acima cometidos no seu território ou mar territorial, e a zona contígua não pode ultrapassar 24 milhas marítimas a partir das linhas de base costeira. Por fim, no artigo 55 a convenção aborda a Zona Econômica Exclusiva, a qual já foi mencionada no capítulo anterior (ONU, 1982).

A ZEE é uma zona exterior e próxima ao mar territorial, sujeita a um regime jurídico específico, onde o Estado costeiro dispõe de direitos soberanos para efeitos de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, do fundo do mar, do leito do mar e do seu subsolo, e outras atividades de exploração econômica da zona, como a produção de energia a partir da água, correntes e ventos. O Estado costeiro também dispõe da jurisdição, no que se refere ao estabelecimento e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, pesquisa científica marinha; a protecção e preservação do meio marinho; entre outros direitos e deveres previstos na presente Convenção. A ZEE se estende por até 200 milhas marítimas das linhas de base territorial (ONU, 1982).

Em caso de conflito na Zona Econômica Exclusiva, o Artigo 59 da UNCLOS estabelece que o conflito deve ser resolvido com base na integridade e com a compreensão de todas as circunstâncias relevantes, tendo em vista a importância dos interesses das partes envolvidas, bem como da comunidade internacional como um todo (ONU, 1982). Para Crikemans (2017), todos os Estados da região possuem interesses em demonstrar a soberania territorial sobre as ilhas, pois isso propiciaria estes Estados a se beneficiarem com a ZEE e suas plataformas continentais associadas. As reivindicações referentes a soberania territorial tem base principalmente no controle de fato e no precedente histórico (CRIEKEMANS, 2017).

Para Turcsányi (2018) a soberania sobre as propriedades da terra no mar estabeleceria os direitos marítimos para as águas territoriais e as ZEEs. Isso permitiria ao país com posse soberana dessas propriedades, aumentar substancialmente seu controle do mar e também lucrar com seus recursos, incluindo petróleo, peixes e possivelmente outros, por isso a sua devida importância. É necessário também observar que a reivindicação histórica de soberania da China chama mais atenção devido à sua ambiguidade e escopo e ao crescente poder e disposição da China em defendê-la. A reivindicação de Pequim é baseada na linha de nove traços cobrindo uma grande parte do mar, e é a que possui maior força (TURCSÁNYI, 2018). Enquanto isso, a UNCLOS contém várias determinações que visam resolver as sobreposições de ZEEs e plataformas continentais, estas determinações são contestadas em termos da sua implementação e podem ser revogadas por tratados bilaterais (CRIEKEMANS, 2017). Essa sobreposição acontece muito no Mar do Sul da China, porque a China reivindica a linha de nove traços, e através de acordos bilaterais tudo tem se mantido relativamente estável, por enquanto.

No artigo 60, a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar trata das ilhas artificiais, instalações e estruturas na ZEE. Dentro da sua ZEE, o Estado tem o direito de construir, autorizar e regulamentar a construção, exploração e utilização de ilhas artificiais, de instalações e estruturas para os fins de exploração, pesca e outros fins econômicos. Na Convenção, foi definida a jurisdição do Estado sobre tais ilhas, instalações e estruturas artificiais, incluindo as leis e regulamentos fiscais, sanitários, de segurança e aduaneiros que regem a zona econômica exclusiva dos Estados (ONU, 1982). O maior problema que gira em torno das ilhas artificiais é que a China parece estar construindo essas estruturas fora da sua ZEE. De acordo com o Deutsche Welle, jornal alemão, em novas imagens de satélite é possível constatar que a China construiu uma infraestrutura de 72 acres (28 hectares) nas ilhas Spratly e Paracel no ano de 2017 (DW, 2017). Já o Global Times, jornal chinês, aponta que a China está construindo instalações que são necessárias para fins de defesa nacional e as instalações não têm como alvo nenhum país (GLOBAL TIMES, 2018).

No entanto, de acordo com a Convenção, é dever dos Estados buscar resolver os litígios por meios pacíficos, e também buscar cooperar a nível mundial ou regional. Tentar formular normas, regras, práticas e procedimentos internacionais que estejam de acordo com a Convenção (ONU, 1982). No entanto, cumprir com o estabelecido na Convenção da ONU depende da boa fé das partes em realizar as obrigações

assumidas na Convenção de uma forma que não signifique um abuso de direito. A decisão do Tribunal é definitiva e deve ser cumprida por todas as partes no litígio, mas como a decisão não tem força vinculante, exceto entre as partes, é difícil cobrar o cumprimento das partes (ONU, 1982).

No anexo da Convenção da ONU, estão as condições para a exploração e proteção dos recursos naturais. A exploração deve ser realizada apenas nas áreas especificadas nos planos de trabalho, e devem estar em conformidade com a presente Convenção e com as regras, regulamentos e procedimentos da Autoridade (ONU, 1982).

4.3 – Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China

A Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China, de 2002, foi um passo importante, pois demonstrou o reconhecimento de que ameaças poderiam ser contidas através do respeito à normas internacionais. Os Estados demandantes mostraram um interesse em comum de promover a paz e a estabilidade no Sudeste Asiático, evitando qualquer confronto no Mar do Sul da China (EMMERS, 2002).

A declaração foi a tentativa dos Estados da ASEAN e da China de garantir um controle pacífico da disputa territorial e divulgar assim um código de conduta, mesmo que informal, baseado no autodomínio de cada país, evitando o uso da força e promovendo a liberdade de navegação. Nessa relação, o documento provém da Declaração da ASEAN sobre o Mar da China Meridional, que foi assinada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN em julho de 1992 (EMMERS, 2002).

Com a nova Declaração os Estados parte da ASEAN e a China reafirmaram o seu compromisso em desenvolver a amizade e a cooperação entre os governos e os seus povos, visando assim fortalecer a parceria, boa vizinhança e confiança mútua para o século XXI. Os países em conflito reconhecem que há a necessidade de propiciar um ambiente pacífico no Mar do Sul da China, para que todos possam ampliar seu crescimento econômico e também seu progresso, tendo em vista, o objetivo de melhorar as condições para a resolução pacífica e definitiva das disputas entre os países envolvidos (ASEAN, 2002).

Além de reafirmar o compromisso com a Declaração da ASEAN de 1992, as partes também buscaram ratificar seu comprometimento também com a Convenção

da ONU sobre o Direito do Mar de 1982, com o Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e demais princípios do direito internacional, que servem como regras para as relações entre os estados (ASEAN, 2002).

Outra ponto da Declaração inclusive faz menção à Convenção da ONU e ao direito internacional, para enfatizar e deixar claro, conforme era previsto, o direito de liberdade de navegação e sobrevôo acima do Mar do Sul da China. Ademais, os países também se comprometeram em resolver seus problemas em relação aos litígios de maneira pacífica, sem recorrer ao uso da força, sempre buscando dialogar e negociar com os Estados reclamantes (ASEAN, 2002).

A Declaração também tenta apresentar uma alternativa para os países em conflito, enquanto não se estabelece uma conduta definitiva, ou não se tem uma solução abrangente. De acordo com a Declaração, os Estados podem explorar ou também realizar atividades de cooperação nessas áreas, como por exemplo, proteção da vida marinha e do ambiente, buscar desenvolver pesquisas em conjunto, cooperar para que exista segurança e comunicação no mar, e que trabalhem juntos para combater os crimes comuns nessa região, como a pirataria, tráfico de drogas e armas, e assaltos a cargas (ASEAN, 2002).

No entanto, pode-se dizer que a Declaração não exige nada dos Estados partes, e assim mesmo que tenham ratificado o documento, os Estados têm o poder de decidir sobre suas ações e decisões (ASEAN, 2002). Na Declaração, a negociação pode ser feita tanto por via bilateral como multilateral, conforme as partes preferirem. Ainda, a declaração apenas encoraja que os países respeitem os princípios estabelecidos na mesma, mas não obriga que os Estado cumpram com o que assinaram, e isso acaba dando margem para os países agirem como bem entendem.

Por isso, as partes interessadas reafirmam que a adoção de um código de conduta no Mar do Sul da China promoveria ainda mais a paz e a estabilidade na região (ASEAN, 2002). Talvez por falta de experiência, a ASEAN não conseguiu desenvolver um código de conduta vinculativo entre os estados requerentes, e isso aconteceu por conta de vários fatores. O primeiro fator, foi a negativa da China, que constantemente afirma que sua soberania sobre o Mar do Sul da China é indiscutível, por isso o país se recusa a fazer qualquer concessão, dificultando o diálogo. O segundo fator, foi que a China ao invés de buscar trabalhar em conjunto com os Estados da ASEAN, preferiu negociar códigos bilaterais com Filipinas e Vietnã que

beneficiaram os seus interesses separados. Tais situações enfraqueceram ainda mais a eficiência da ASEAN de agir como uma estrutura organizacional. O terceiro fator que atrapalhou o desenvolvimento de um código de conduta, foi que Pequim parece não estar preparada para algo obrigatório, nem mesmo outros países estão preparados para se comprometer com um código vinculativo. Em resumo, a China com sua capacidade de comandar as negociações sobre a questão territorial, acabou freando a produção de uma atitude diplomática da ASEAN. A inabilidade da ASEAN em impor seus projetos restringe a sua influência nas disputas das ilhas do Mar do Sul da China (EMMERS, 2002).

Apesar da Declaração não obrigar os Estados a agir com a força, a situação no Mar do Sul da China é considerada estável. E isto foi atribuído à assinatura da Declaração sobre a Conduta das Partes da ASEAN e China (ŠIMALČÍK, 2016). Além disso, mesmo que os demais países reclamantes discordem, foi declarado que a China governa os mares perante sua jurisdição em conformidade com as normas internacionais, tratados, principalmente a UNCLOS, e de acordo com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. As declarações chinesas em si podem ser vistas como altamente pacíficas. Apesar do Mar do Sul da China ser um território disputado, aplicar a política de boa vizinhança e amizade e os Cinco Princípios sugere a vontade do país em não usar meios militares para obter vantagem na disputa. Assim como estes pontos, também devemos lembrar que a China exibe características altamente confucionistas, visíveis na sua política externa (ŠIMALČÍK, 2016, p.81). Entretanto, a China continua a exercer esforços para melhorar sua imagem entre as nações do Sudeste Asiático, resultando na percepção de um poder mais comprometido com o *status quo* (EMMERS, 2009).

O Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC) também determina as relações entre os Estados membros da ASEAN. Tal como constam do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (TAC) de 1976, os membros adotaram alguns princípios fundamentais, como o respeito mútuo pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e identidade nacional de todas as nações; o direito de todo Estado de liderar sua existência nacional livre de interferências, subversões ou coerções externas; a não interferência nos assuntos internos um do outro; a resolução de divergências ou disputas por meios pacíficos; a renúncia da ameaça ou uso da força; e a cooperação eficaz entre si (ASEAN, 1976)

Quanto aos litígios, o TAC depende da boa fé das partes, assim como os demais acordos. No caso de controvérsias sobre assuntos que as afetem diretamente, especialmente controvérsias que possam perturbar a paz e a harmonia na região, elas devem abster-se da ameaça ou uso da força e devem resolver sempre tais disputas entre si por meio de negociações amistosas (ASEAN, 1976).

Mesmo concordando com as medidas multilaterais na Declaração de 2002 sobre o Conduta das Partes no Mar do Sul da China, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a China não aderiram às suas disposições. A retomada das negociações entre a China e a ASEAN, após dez anos, promete revigorar as atividades de cooperação sob a Declaração de 2002. Multilateralmente, os mecanismos e procedimentos existentes são os meios pelos quais se promove a segurança operacional entre as marinhas regionais, e um novo acordo é desnecessário (GLASER, 2012).

Contudo, para Glaser (2012), considerar a criação de novos mecanismos de diálogo vale mais a pena, sendo o instrumento mais oportuno para melhorar a cooperação em várias áreas temáticas, inclusive nas questões legais e de segurança no Mar do Sul da China seria um Fórum da Guarda Costeira do Mar, compartilhando informações e conhecimento de práticas. Ademais, compartilhar informações através de um órgão em comum também forneceria uma plataforma para aprimorar a conscientização e a comunicação entre as partes envolvidas na disputa (GLASER, 2012).

Ainda assim, para Rubiolo (2010), os avanços que ocorreram com a gestão das controvérsias e com o diálogo multilateral permitiram uma maior disposição da China em participar de conversas que ultrapassam os mecanismos bilaterais. A disputa alcançou um *status* internacional e isso é um desincentivo ao uso da força e garante certa estabilidade na região. A China prefere se abrir ao multilateralismo, ainda que de maneira reservada, porque acredita que este mantém o cenário regional estável. Esta abertura de Pequim ocorre em favor do custo-benefício e também de desenvolvimento de ideias em conjunto com os países do Sudeste Asiático que iniciaram um plano econômico. Além disso, Pequim sabe que o multilateralismo pode contribuir para manutenção das relações pacíficas e estáveis entre os países em disputa com a China, pelo menos nos próximos anos (RUBIOLLO, 2010).

Em julho de 2016, a China concordou em acelerar os diálogos sobre um código de conduta. Para Criekemans (2017), isso só aconteceu por conta da mudança de

presidente nas Filipinas, de Aquino para Duterte, que iniciou seu mandato em junho de 2016. Aquino havia entrado com um processo contra a China no tribunal internacional de Haia, acusando o país de violar a UNCLOS, a mudança na liderança pode ter impulsionado a China para uma negociação, visto que Duterte é mais favorável a China, e ofereceu-se para anular a decisão do tribunal, que foi contrária à China (CRIEKEMANS, 2017). Já no ano de 2017 é possível ver que os dois governos caminham para uma cooperação, Duterte indicou que as Filipinas e a China iniciariam exploração conjunta de petróleo, mas não pontuou quando (CRIEKEMANS, 2017).

Por fim, em 6 de agosto de 2017, a ASEAN e a China chegaram a acordo sobre um novo cenário. Ambos concordaram em realizar um processo de três etapas para iniciar as negociações de um código real, sendo o anúncio da adoção da estrutura, a convocação para uma nova reunião visando discutir as modalidades das negociações do Código e por fim o anúncio do início de um “Código de Conduta”. No entanto a última etapa, de acordo com a China, dependerá da estabilidade no Mar da China Meridional, se referindo à problemas causados por atores externos (CRIEKEMANS, 2017).

A China continuará enfatizando que sua estratégia naval é pacífica, e protege seus interesses comerciais na região. O desenvolvimento de instalações militares de apoio no leste africano ajuda a desenvolver portos em todo o mundo, através do programa de Xi Jinping de infraestrutura e comércio marítimo da Estrada da Rota Marítima do Século XXI. Alguns países desta rota provavelmente se tornarão aliados geopolíticos de extrema importância para Pequim, que concomitantemente, servirá também para o aumento da grandeza geopolítica econômica e estratégica do país (CRIEKEMANS, 2017).

A região do Mar do Sul da China, possui um significado geopolítico econômico e estratégico, que não deveria ser desvalorizado. Dado o papel fundamental que a segurança, as rotas marítimas e os recursos naturais provenientes do mar exercem (CRIEKEMANS, 2017). Ainda, o controle sobre o Mar do Sul da China significa muito para o país. Segundo Crikemans (2017, p. 20) “se Pequim não tem controle sobre esta região marítima, o resto de sua estratégia marítima pode fracassar” (CRIEKEMANS, 2017, p. 20, tradução nossa)²⁷.

²⁷ “If Beijing does not have control over this maritime region, the rest of its maritime strategy may well fizzle.” (CRIEKEMANS, 2017, p. 20).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades enfrentadas pelos países da região em elaborar um código de conduta eficaz e obrigatório para todos, surgiu um conflito de interesses entre os países que disputam os arquipélagos no Mar do Sul da China. O Mar do Sul da China, como desenhado é de extrema relevância tanto para a região quanto internacionalmente, pois possui uma das maiores rotas marítimas comerciais do mundo. Um conflito na região poderia fazer com que essas rotas fossem fechadas, impedindo o tráfego marítimo internacional. Por conta disso, esta pesquisa buscou dar sua contribuição para tornar legível a atuação chinesa diante destas disputas, que podem mudar o cenário regional a qualquer momento.

O objetivo geral desta pesquisa era analisar os interesses chineses na região, explorando alguns aspectos da política externa chinesa, para assim compreender sua atuação no conjunto de ilhas Spratly e Paracel, durante os anos 2002 e 2017. Buscou-se verificar como a China tem atuado frente as reivindicações do Vietnã e Filipinas. Outro objetivo específico era analisar como a UNCLOS, e a Declaração das Partes do Mar do Sul da China, têm sido significativos para manter a estabilidade na região, junto com a ASEAN, que também exerce papel fundamental juntamente com seus membros.

Analisando a evolução da política externa chinesa desde 1949 até hoje, foi possível perceber importância da filosofia confucionista na construção da atuação internacional chinesa. A China busca resolver seus problemas através do diálogo, muitas vezes bilateral, onde o confucionismo ajuda Pequim, a se utilizar do *soft power* em sua política externa. As ideias pacifistas tem o poder de atrair a confiança, ainda que tímida, dos países do sudeste asiático, diminuindo o sentimento de ameaça em relação aos vizinhos.

Desde a formulação dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a atuação chinesa diante dos conflitos levou o país a adotar uma postura de diálogo, buscando respeitar a integridade entre os Estados. Quando de sua abertura e crescimento nas décadas de '80 e '90, o país não poderia permitir-se de enfrentar grandes potências, pois ainda trabalhava pelo seu desenvolvimento. Assim como a utilização dos valores confucionistas por parte do governo de Pequim, também o respeito aos Cinco

Princípios da Coexistência Pacífica demonstra que o interesse da China é viver em um ambiente estável, para que assim possa trabalhar em torno do seu crescimento.

A Reforma e Abertura, promovida por Deng Xiaoping em 1978, foi o que possibilitou ao país, ao longo dos anos, o crescimento econômico. Com o crescimento de seu PIB, Pequim pode investir mais em defesa. Decisão esta que passou a preocupar os vizinhos que não possuem as mesmas condições econômicas. Como vimos, o termo “ascensão pacífica”, gerou tensão regional, e os vizinhos do dragão chinês passaram a se sentir inseguros, pois acreditavam em uma ascensão hegemônica, que era indesejada. No entanto, a situação acabou se revertendo, quando a China se mostrou cooperativa em vários sentidos, visto que as modernizações abriram o país para o comércio com os vizinhos, beneficiando-os.

Através de uma análise, parece que a China não está buscando uma hegemonia. O crescimento do país não foi algo que aconteceu de um dia para o outro, foi acontecendo gradualmente, depois que o país viu a necessidade de se abrir para investimentos externos e cooperar com seus vizinhos. Ainda, a China pretende obter reconhecimento regional, ser vista como um modelo regional, mas não assumir uma posição de liderança mundial.

A mudança de discurso chinês no fim da Guerra Fria que escolheu não falar mais em ascensão, mas sim em desenvolvimento, impulsionando ainda mais esse crescimento. A China visava mostrar uma imagem mais pacífica, contra qualquer tipo de ameaça e, inclusive, depois da Guerra Fria, o país buscou sua inserção nas instituições multilaterais, por acreditar que o multilateralismo fosse a ajudar na sua inserção nos fóruns regionais para negociar de forma mais efetiva juntamente com seus parceiros.

Não abandonando o *soft power*, a abordagem multilateral da China através da ASEAN foi até mesmo considerada uma estratégia de charme do país, e alguns autores até passaram a classificar o mesmo como *Soft China*. Isso porque, a inserção na ASEAN possibilita ao país propagar a política externa chinesa, e alcançar seus interesses através da cooperação, incluindo aqueles referentes ao Mar do Sul da China. A disseminação do confucionismo pela China, tem sido também uma estratégia de charme chinesa, pois conseguiu fazer com que os temores em relação ao seu desenvolvimento diminuíssem.

É cada vez mais notório o crescimento do *soft power* chinês. No atual governo, o então presidente Xi Jinping, adotou uma nova política externa com o lema de “Sonho

Chinês”. A política externa chinesa passou a ser mais assertiva e nacionalista, o que novamente gera desconfiança perante os vizinhos, principalmente aqueles que possuem reivindicações no Mar do Sul da China, como é o caso de Vietnã e Filipinas. No entanto, a postura da China se mostrou pacífica, e o país em nenhum momento atacou outro sem antes se sentir ameaçado, trabalhando sempre em função da sua defesa.

No panorama geopolítico, o acesso ao mar, reivindicado pela China se justifica porque é através dele que o país consegue manter seu crescimento. Sendo a China um país com posse de uma vasta quantidade de terra, com bacias hidrográficas fortes e com uma boa geografia para o uso da terra, pode-se dizer que o país não busca expandir seu território, e sim procura por alternativas para melhor atender a sua enorme população que podem ser obtidas através do Mar do Sul da China. Isso porque o caráter nacional chinês e sua notável aptidão ao comércio fazem necessário a expansão do poder marítimo da China, que até então foi considerada uma potência continental.

O poder também depende da quantidade de reservas de recursos disponíveis. Por meio do livre acesso e da utilização dos recursos presentes no MSCh, Pequim poderia obter um certo poder de barganha em relação aos demais países da região, caso conseguisse projetar seu poder, e ter quantidade considerável de presença militar neste espaço, que é considerado estratégico. No entanto a presença militar norte-americana, japonesa, sul-coreana no MSCh é algo que não pode ser ignorado. A China sabe que não tem condições, pelo menos não em um futuro próximo, de alcançar o poder militar americano, e não está interessada em fazê-lo. O seu gasto militar pode ser considerado defensivo, necessário para um país tão grande como a China. É importante lembrar que os recursos provenientes do Mar do Sul da China são muito importantes para manter o crescimento socioeconômico chinês, e esse seria o interesse maior da China em continuar desenvolvendo seu poder marítimo. Até que este interesse esteja seguro, e que a China disponha de um ambiente pacífico e estável no âmbito regional, ela vai seguir se desenvolvendo.

Por isso a atuação chinesa é sempre voltada para a negociação pacífica com os demais reclamantes. Em alguns momentos ela se mostra mais assertiva e dura quanto sente sua soberania ameaçada. Importante ressaltar que a situação no Mar do Sul da China se manteve em relativa tranquilidade até 1969. Neste ano, a ONU divulgou um relatório que mostrava a alta possibilidade de existir grandes reservas de

petróleo e hidrocarbonetos naquele espaço e, conseqüentemente, os Estados da região passaram a reconsiderar seus interesses, fazendo com que as disputas aumentassem progressivamente nos anos seguintes.

Com a situação mais complicada, momentos como o incidente entre China e Filipinas, em Scarborough Shoal, em 2012, localizado nas ilhas Spratly, só foi abafado por conta de um furacão que fez com que ambos se retirassem do local, caso contrário, os países poderiam ter se enfrentado fisicamente. As Filipinas já recorreram ao Tribunal de Haia e ao Tribunal Internacional para o Direito do Mar, contra as reivindicações chinesas, sem sucesso. No período anterior a 2016, o diálogo com o presidente Aquino era muito difícil, e ele se apresentava disposto a enfrentar a China nas situações de disputa. No entanto, a situação entre os países passou a apresentar mudanças a partir de 2016. O novo presidente, Rodrigo Duterte, mostrou-se aberto ao diálogo com a China, reestabelecendo as negociações bilaterais, e estabelecendo relações mais equilibradas.

Com o posicionamento chinês do *white paper* “China adere à posição de se estabelecer através de negociação as disputas relevantes entre China e Filipinas no Mar do Sul da China”, de 2016, parece que o país busca se dedicar a estabelecer uma relação amistosa, com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, pois os países têm buscado cooperar. Contudo, ambos seguem ocupando e realizando operações, militares e de exploração, nos territórios reivindicados. Assim, chega-se a conclusão de que nenhum dos países está interessado de fato em chegar a um acordo final, não havendo progresso nas relações. Pode-se dizer que a situação continua a mesma, tensa, mas equilibrada, sem a previsão de solução.

O problema chinês com o Vietnã não fica muito longe. Os países passaram por períodos de impasse diplomático, onde a China atrapalhou o comércio vietnamita, perseguindo seus navios de exploração, barrando navios de pesquisa. Em 2014, os navios de ambos os países chegaram a se enfrentar, devido à instalação da Estatal chinesa China National Petroleum Corporation (CNPC) nas águas reivindicadas pelo Vietnã. Sendo assim, a estratégia vietnamita contra as investidas chinesas, foi buscar através da ASEAN, internacionalizar o debate em torno das disputas, e procurar o apoio dos Estados Unidos.

O jogo tem sido estratégico, onde uma ação resulta na reação do outro. A realização de exploração de petróleo por ambos tem aumentado a situação de insegurança, e a preocupação da China, pois ambos têm disputado por influência no

sudeste asiático. Vietnã tem buscado se aliar com países asiáticos e com os Estados Unidos. A resposta da China foi investir mais nos países do sudeste asiático, oferecendo ajuda financeira, e parceria militar. Está cada vez mais difícil negociar, quando nenhum dos países está disposto a chegar em uma resolução. Diante da incerteza, cresce a insegurança entre os demais países da região, chamando a atenção das grandes potências, indesejada pela China.

Quanto ao gasto militar da China, como demonstrado, as despesas com defesa acompanham a taxa de crescimento, quando o PIB chinês aumenta, os gastos militares também aumentam. Não é possível negar o desejo chinês de fortalecer seu exército, e assim que o desenvolvimento do país se mostra em crescimento e apto a desenvolver as forças militares, a maioria dos países também investiriam em sua defesa. Ainda de acordo com os *White Paper* de 2004, em 2010 e 2015 o país segue o princípio do desenvolvimento proporcional entre defesa e economia nacionais. Sempre que houver um crescimento na receita da China, o país seguirá ampliando seus gastos com defesa, de acordo com as necessidades do país. Uma justificativa para o gasto militar chinês ser elevado seria porque o país inclui em orçamentos outros gastos, que geralmente não são incluídos por outros países ocidentais, por exemplo gastos com aposentadorias de militares.

A China depende das rotas marítimas e dos recursos provenientes do MSCh, para alcançar os seus interesses. A atuação chinesa entre os anos de 2002 a 2017 mudou bastante, de acordo com os planos de governo. O que não mudou foi o comprometimento da China em manter um ambiente pacífico, a tentativa de resolver as questões territoriais através do diálogo, seja bilateral ou multilateralmente.

O destaque internacional à questão do Mar do Sul da China passou a levantar outro problema, que é a ingerência dos Estados Unidos, algo que incomoda a China, e a mantém na defensiva. A presença dos EUA é interpretada pela China como um perigo, que interfere no *status quo* da região, ainda mais por conta da renovação da parceria estadunidense com seus aliados asiáticos, entre eles Vietnã e Filipinas, que possuem relações conflituosas com Pequim em função do MSCh. Contudo, sendo os interesses principais dos Estados Unidos manter a estabilidade e o seu livre acesso ao Mar do Sul da China, o país tem procurado se manter neutro nas disputas até o momento.

A inserção da China na ASEAN teve como um dos propósitos estar incluída nas reuniões em torno das questões que envolvem o continente. Participar das

instituições da ASEAN, para a China, possibilita atuar em torno de seus interesses e a projetar seu *soft power*. Para isso, o país tem se inserido cada vez mais em instituições vinculadas à ASEAN, dentre elas, o ARF, ADMM, ASEAN+3. O multilateralismo, passou a ser um dos mecanismos alternativos pelo qual a China busca alcançar seus objetivos quando não consegue obter êxito através da via bilateral. Através destas instituições também, Pequim tem angariado mais confiança dos demais membros. Na ADMM, inclusive a questão do Mar do Sul da China passou a ser mais abordada, a partir do ano de 2011. A instituição acredita que a melhor maneira de manter a estabilidade é seguindo a UNCLOS e o direito internacional.

A UNCLOS de 1982 é documento mais antigo que trata das questões marítimas. Por mais que a Convenção estabeleça os direitos e as regras a serem seguidas por todos os 157 Estados que assinaram a mesma, ainda assim, muitas deliberações não são respeitadas, justamente porque a Convenção é apenas um documento que não possui poder jurídico. Que é o que acontece também com a Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China que entrou em vigor em 2002, e esta por sua vez também apresenta diversas brechas. As decisões tomadas não possuem efetividade, visto que não são obrigatórias. Ademais, a Declaração de Conduta não é um código que guia os Estados a atuarem de determinada maneira naquela região, e também o documento não faz menção a nenhum arquipélago especificamente. Sendo assim, a tentativa de se estabelecer um código de conduta entre as partes reclamantes ainda não é uma realidade.

Paralelamente aos objetivos desta pesquisa, a questão levantada era se a China buscava por expansão territorial através da reivindicação destes arquipélagos. Sendo que a hipóteses era que o objetivo da China seria manter seu desenvolvimento socioeconômico. Assim, respondendo a problemática, a hipótese foi confirmada. Através da teoria geopolítica que mostra que a China possui território suficiente, além dos arquipélagos serem ilhas inabitadas, o objetivo segue sendo apenas a utilização de recursos, os quais o país não encontra no seu território. A política externa chinesa é voltada para o desenvolvimento pacífico, que necessita de um mundo harmonioso e uma boa relação com seus vizinhos para seguir crescendo. Sendo assim, a China se apresenta contrária a qualquer conflito que desestabilize a região. Os princípios confucionistas que também guiam a forma de fazer política chinesa, enfatizando a guerra justa, a não violência e defesa, que parecem indicar que o país somente entrará em um conflito físico caso sua soberania seja atacada. Através dos demonstrativos

do crescimento do PIB, e por consequência do desenvolvimento militar chinês, é preciso considerar que os gastos com defesa englobam na China muito mais do que o gasto bélico em si. Ainda, o gasto chinês com defesa pode ser considerado baixo se comparado com a necessidade para um país com o tamanho e população da China. Se comparado com os Estados Unidos, o país ainda está muito longe de alcançar as capacidades bélicas dos norte-americanos.

É através do Mar do Sul da China que muitas matérias-primas para fabricação de bens chegam no país. Estes bens produzidos têm como destino a exportação, em grande maioria. Por isso, estas rotas marítimas são de extrema importância para manter o comércio da China com seus parceiros. O crescimento econômico chinês não é algo que aconteceu de um dia para o outro, começou no período de abertura do país 1978, aos investimentos externos e ao comércio com diversos países do globo. A descoberta de petróleo e hidrocarbonetos no Mar do Sul da China é também importante para o país, pois serve à grandes indústrias estabelecidas no seu território. Sendo assim, os recursos provenientes do MSCh e o comércio através dele estabelecido, constituem as principais fontes do crescimento socioeconômico chinês.

Através deste estudo foi possível investigar os objetivos de política externa chinesa. Apesar das várias tentativas de se estabelecer normas regionais para os Estados em litígio, não se pode dizer que grandes progressos aconteceram desde 2002. As questões seguem sendo debatidas em órgãos multilaterais, e também pela comunidade internacional. Em uma entrevista recente, de 17 de outubro de 2018 para a *New Statesman America*, Francis Fukuyama sinalizou um possível confronto futuramente no Mar do Sul da China, que poderia ser iniciado sem um ataque de um país ao outro, mais como conflito local mesmo, especificamente entre China e Estados Unidos.

Mesmo que o discurso chinês seja voltado para a ênfase nos princípios confucionistas, na coexistência pacífica, nas negociações com os países da região, não podemos negar que algumas vezes as ações são mais assertivas. Isso acontece porque a China busca proteger seu território e sua soberania. Para teóricos realistas é difícil ver pelo lado da proteção, e para eles não demorará muito para que o sistema internacional reaja de forma mais radical em relação as disputas no Mar do Sul. Ademais, também não podemos dizer que a China se caracteriza como um país imperialista, pois não demonstra procurar por expansão de poder e de território fora

da sua zona regional e também não interfere nos sistemas políticos de outros Estados do sistema.

Por isso, faz-se necessário seguir estudando e analisando as ações políticas na região, tanto da China, quanto dos Estados Unidos, Vietnã e Filipinas. O cenário está estabilizado, mas a situação ainda assim é preocupante. Ainda mais por conta da presença de grandes potências regionais como Japão e Coréia do Sul, e também a presença estadunidense. O trabalho ofereceu um panorama breve da atuação chinesa, e espera-se que sirva de referência para que novas pesquisas em torno do tema continuem a ser realizadas.

6 – REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. **Asia Rising: Who is Leading?**. World Scientific. Singapore, 2008.

_____. **Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order**. Routledge: London. Second ed. 2009.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS (ASEAN). Disponível em: <<https://asean.org/>> Acesso em: 12 ago 2018.

_____. **ASEAN Declaration on the South China Sea**. Manila, Filipinas, 22 July 1992. Disponível em: <http://asean.org/?static_post=declaration-on-the-conduct-of-parties-in-the-south-china-sea-2> Acesso em: 27 ago 2018.

_____. **ASEAN Treaty of Amity and Cooperation of Southeast Asia**, 1976. Disponível em: <<http://asean.org/treaty-amity-cooperation-southeast-asia-indonesia-24-february-1976/>>. Acesso em: 27 ago 2018.

BAVIERA, Aileen S.P.. **China-U.S.-ASEAN Relations and Maritime Security in the South China Sea**. Kissinger Institute, Wilson Center University of the Philippines, 2015.

BLACKWILL, Robert D.; CAMPBELL, Kurt M. Xi Jinping on the Global Stage Chinese Foreign Policy Under a Powerful but Exposed Leader. **Council Special Report**. nº 74 February, 2016.

BONFIM, Uraci Castro. **Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. (Ensino à distância). Escola do Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: ECEME, 2005. Disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf>. Acesso em: 08 jun 2018.

BUENO, André. Compreendendo o “Novo Confucionismo”: a possível transição do marxismo para o confucionismo na China Contemporânea. **Revista Mundo Ant** Ano 1, v. 1. Junho, 2012.

BUENO, André. Confúcio volta à cena: ‘a batalha pelo império’ e o resgate do confucionismo na China. In NETO, José; LEÃO, Karl; RICON, Leandro. **Imagens em**

movimento: Ensaios sobre Cinema e História. Rio de Janeiro: Autografia/ Recife: EDUPE, 2016. p.46-64.

CÁCERES, Sigfrido Burgos. **China's Strategic Interests in the South China Sea: Power and resources.** Routledge: London, 2014.

CARLETTI, Anna. A Política de boa vizinhança chinesa no contexto da integração regional asiática. **Boletim Meridiano 47.** Vol 13, n. 132, jul.-ago. 2012, p. 11-18.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território escalas de ação e instituições.** Bertrand Brasil, 2005.

CELERIER, Pierre. **Geopolítica y geoestrategia.** Buenos Aires: Editorial Pleamar, 4ªed., 1983.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. Instituto de Economia. **Revista de Economia Política.** UFRJ, maio de 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/TD_IE_006_2015_CINTRA_PINTO.pdf > Acesso em: 22 mai 2018.

CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **China's Maritime Disputes,** 2016. Disponível em: <https://www.cfr.org/interactives/chinas-maritime-disputes#!/chinas-maritime-disputes>. Acesso em: 16 jul 2018.

CSIS, Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <<https://www.csis.org/>> Acesso em: 08 out 2018.

CRIEKEMANS, David. **Towards a solution for the increasing tensions in the South China Sea?**. Model United Nations, 13th Edition, Simulation Exercise, 2017.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS U.S. **Relations With the Philippines 2016.** Disponível em: <https://www.state.gov/> Acesso em: 16 de setembro de 2017.

DEUTSCHE WELLE. China keeps building infrastructure on disputed islands in South China Sea. **Deutsche Welle.** Published in 15/12/2017. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/2pPe0>>. Acesso em 10 set 2018.

DUARTE, Paulo. Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 34, no 2, julho/dezembro 2012, p. 501-529.

DUQING Chen. Política Exterior da China. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 1991. Disponível em: <
<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf> > Acesso em: 17/05/2018.

EMMERS, Ralf. **ASEAN, China and the South China sea: an opportunity missed**. IDSS Commentaries, Nº 30. Singapore: Nanyang Technological University, 2002. Disponível em: < https://dr.ntu.edu.sg/bitstream/handle/10220/4063/RSIS-COMMENT_226.pdf > Acesso em: 27 ago 2018.

EMMERS, Ralf. **Geopolitics and Maritime Territorial Disputes in East Asia**. Routledge Security in Asia Pacific Series, 2010.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **China Adheres to the Position of Settling Through Negotiation the Relevant Disputes Between China and the Philippines in the South China Sea**. 2016/07/13. Disponível em: < <http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1380628.htm> > Acesso em: 11 set 2018.

FARACHE, Jacob Arnaldo Campo; GOMES, Marcelo Sant'Anna Vieira. A Corte Internacional de Justiça. **Conteúdo Jurídico**. 19 de Setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-corte-internacional-de-justica,28879.html>> Acesso em: 14 ago 2018.

FELS, Enrico; VU, Truong-Minh (Ed.). **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Springer: Switzerland, 2016.

FRAVEL, M. Taylor. **The U.S. and China in Regional Security: Implications for Asia and Europe**. 6º Berlin Conference on Asia Security. Session IV: South China Sea: What Issues and Whose Core Interest? Berlin, 2012.

FUJII, William. A geopolítica dos mares chineses: Considerações sobre as disputas nos mares da China Meridional e da China Oriental. **Revista Mundorama**, 2014. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=15200>>. Acesso em: 26 abr 2018.

GERNET, Jacques. **Os Princípios Confucionistas Da Ideologia Chinesa Actual**. Beijing, Julho de 2003.

GLASER, Bonnie S. **Armed Clash in the South China Sea. Contingency Planning Memorandum no. 14. Council on Foreign Relations.** April 2012.

ISTITUTO CONFÚCIO UNESP. Sobre o Instituto. Disponível em: <<http://www.institutoconfucio.com.br>> Acesso em: 26 out 2018.

JIANREN, Lu. **China-ASEAN: Making New Partnership.** Edited by Zhang Yunling. Published by Social Sciences Academic Press, Beijing: China, 2008.

KATSUMATA, Hiro. **ASEAN's Cooperative Security Enterprise: Norms and Interests in the ASEAN Regional Forum.** Palgrave Macmillan, Great Britain 2009.

KIM, Jye. **China's Diplomacy towards the South China Sea Disputes.** ISA-HK 2016. Disponível em:<<http://web.isanet.org/Web/Conferences/AP%20Hong%20Kong%202016/Archive/81673df0-1a83-4288-80f8-4365d18def22.pdf>> Acesso em: 14 ago 2018.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro; Objetiva, 2011.

KOGA, Kei. **ASEAN's Evolving Institutional Strategy: Managing Great Power Politics in South China Sea Disputes.** **The Chinese Journal of International Politics.** V. 11, Nº 1, January 2018, 49-80.

KORKUT, Ekrem; KANG, Woo Hyun. **China 's Nine Dash Line Claim in Light of the Ruling by the Permanent Court of Arbitration (12 July 2016).** **Penn State Journal of Law & International Affairs**, v. 5 nº. 2, Junho 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Documents/Chinas%20Nine%20Dash%20Line%20Claim%20in%20Light%20of%20the%20Ruling%20by%20the%20Perman.pdf>> Acesso em: 14 ago 2018.

KURLANTZICK , Joshua. **A China-Vietnam Military Clash.** Contingency Planning Memorandum No. 26. **23** Set 2015. Disponível em: <<https://www.cfr.org/report/china-vietnam-military-clash>>. Acesso em: 14 ago 2018.

KURLANTZICK , Joshua. **Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World.** A New Republic Book, Yale University Press, New Haven and London, 2007.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese Foreign Policy: an introduction**. Routledge, 2009.

LANTEIGNE, Marc. The South China Sea in China's Developing Maritime Strategy. 97-116. In: _FELS, Enrico; VU, Truong-Minh (Ed.). **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Springer: Switzerland, 2016.

LI, Rex. China's Sea Power Aspirations and Strategic Behaviour in the South China Sea from the Theoretical Perspective of Identity Construction. 117-138. In: _FELS, Enrico; VU, Truong-Minh (Ed.). **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Springer: Switzerland, 2016.

LIN, Kun-Chin; GERTNER, Andrés Villar. **Maritime Security in the Asia-Pacific China and the Emerging Order in the East and South China Seas**. Chatham House: The Royal Institute of International Affairs. July, 2015.

LO, Chi-Kin. **China's Policy Towards Territorial Disputes: The Case of the South China Sea Islands**. ROUTLEDGE: London and New York. 1989.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. United States, Boston: Little Brown and Company, 1890.

MARTINS, Dora A. E. China: uma emergência pacífica?. **Relações Internacionais**. Junho, 2006.

MATIAS, Ana. **Imagens e Estereótipos da Sociedade Portuguesa Sobre a Comunidade Chinesa**. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas. Departamento de História. Março, 2007.

MELLO, Flávia de Campos. O Brasil e o multilateralismo contemporâneo. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No. 1628, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2011.

MIRASOLA, Christopher. A Shifting Tide in the South China Sea: The Permanent Court of Arbitration Declares Jurisdiction. **Harvard International Law Journal**: November 9, 2015.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. A Ascensão Naval Chinesa e as Disputas Territoriais Marítimas no Leste Asiático. **IPEA**, 2015. Texto para discussão 2058.

Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_%202058.pdf> Acesso
 em: 03 nov 2018.

MOREL, Delphine. El Mar de China Meridional: Archipiélagos en disputa.
Asociación Cultural Iberoasiática-IBEROASIAN C.A. (Youtube) publicado em 2
 abr de 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=OW78sVwQo5o>>
 Acesso em: 10 ago 2018.

NEW STATESMAN AMERICA. Francis Fukuyama interview: “Socialism ought to
 come back”The *End of History* author on what Karl Marx got right, the rivals to liberal
 democracy and why he fears a US-China war. Published in 17 oct 2018, By Geoge
 Eaton. Disponível em: <
[https://www.newstatesman.com/culture/observations/2018/10/francis-fukuyama-](https://www.newstatesman.com/culture/observations/2018/10/francis-fukuyama-interview-socialism-ought-come-back)
[interview-socialism-ought-come-back](https://www.newstatesman.com/culture/observations/2018/10/francis-fukuyama-interview-socialism-ought-come-back)> Acesso em: 24 out 2018.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York:
 Public Affairs, 2004.

_____. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

OHNESORGE, Hendrik W. A Sea of Troubles: International Law and the Spitsbergen
 Plus Approach to Conflict Management in the South China Sea, 25-56. In: _ FELS,
 Enrico; VU, Truong-Minh (Ed.). **Power Politics in Asia’s Contested Waters:
 Territorial Disputes in the South China Sea**. Springer: Switzerland, 2016.

OLIVEIRA Junior, Márcio José. As raízes da política externa chinesa: perspectivas
 para a inserção no século XXI. **Fronteira**. Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 122 - 141,
 2º sem. 2013.

ONU. **United Nations Convention on The Law of the Sea**. Disponível em:
 <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>
 Acesso em: 03 ago 2018.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio. A China e as disputas no Mar do Sul:
 Entrelaçamento entre as dimensões regional e global. **Revista de Estudos
 Internacionais (REI)**. Vol. 8 (2), 2017.

PAUTASSO, Diego; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; DORIA, Gaio. As disputas sino-
 vietnamitas no Mar do Sul: desafios para além da questão regional. **Rev. Carta
 Inter.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 54-76.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PECEQUILO, Cristina S.; CARMO, Corival A. do. A China, o sistema internacional e o sul: ascensão pacífica?. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v.3, n.1, p. 31-69, Jan./Abr. 2014.

PEREIRA, Rui Pedro Reis. A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN. **Nação Defesa**. Outono 2004 N.º 109 - 2.ª Série p. 97-122. Disponível em:< <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1350> >. Acesso em: 23 ago 2018.

PINOTTI, Talita. China e Vietnã no Mar do Sul da China: Disputas e Questões Estratégicas. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** v.4, n.8, Jul./Dez. 2015.

QING Jiang. From Mind Confucianism to Political Confucianism, p.17-32. In: FAN, Ruiping. **The Renaissance of Confucianism in Contemporary China**. Springer Netherlands, 2011.

RAMOS, Marcelo Maciel; ROCHA, Rafael Machado. O Confucionismo Político e os Caminhos para um Constitucionalismo Chinês. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 67, pp. 421 - 452, jul./dez. 2015.

RAINEY, Lee Dian. **Confucius & Confucianism The Essentials**. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2010.

RIBEIRO, António Silva. Uma Visão Estratégica do Mar: Perspectivas de Análise. 65-75. In: Publicação do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Revista Negócios Estrangeiros**: Lisboa, nº 12, Janeiro de 2008.

RUBIOLO, María Florencia. El multilateralismo estratégico en la política exterior de China Estudios de caso: el Foro Regional de ASEAN y la disputa por las islas **Colombia Internacional 72**, Argentina: julio a diciembre de 2010, p. 29-52.

RUGGIE, John Gerard. **Multilateralism Matters: The Theory and Praxis of na Institutional Form**. Columbia University Press, New York, 1993.

RUSTANDI, Commodore Agus. The South China Sea Dispute: Opportunities for ASEAN to enhance its policies in order to achieve resolution. **Indo-Pacific Strategic Paper**. April, 2016.

ŠIMALČÍK, Matej. **Confucianism in Chinese Foreign Policy: A Strategic-Cultural Analysis of the South China Sea Dispute**. Tese de Mestrado apresentada na University of Groningen. Faculty of Arts Department of International Relation em Dezembro de 2016.

SIPRI, **Stockholm International Peace Research Institute**, 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/>> Acesso em: 12 out 2018.

THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA WHITE PAPER. **China's National Defense 2004**. Disponível em: <<http://en.people.cn/whitepaper/defense2004/defense2004.html>> Acesso em 10 out 2018.

_____. **China's National Defense, 2010**. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284525.htm> Acesso em: 10 out 2018.

_____. Information Office of the State Council. **China's Peaceful Development**. September 2011, Beijing. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm>. Acesso em: 23 ago 2018.

_____. **China Adheres to the Position of Settling Through Negotiation the Relevant Disputes Between China and the Philippines in the South China Sea** (Information Office of the State Council of the People's Republic of China July 13, 2016) Disponível em: < <http://www.china.org.cn/e-white/>> Acesso em: 03 ago 2018.

_____. **China's Military Strategy, 2015**. Disponível em: <<https://jamestown.org/wp-content/uploads/2016/07/China%E2%80%99s-Military-Strategy-2015.pdf>> Acesso em: 10 out 2018.

TURCSÁNYI, Richard Q. **Chinese Assertiveness in the South China Sea: Power Sources, Domestic Politics, and Reactive Foreign Policy**. Springer: Prague, Czech Republic, 2018.

TSANG, Steve; MEN, Honghua. Megatrends of the Xi Decade. 327-342. In: TSANG, Steve; MEN Honghua (Editors). **China in the Xi Jinping Era**. The Nottingham China Policy Institute Series, Palgrave Macmillan, United Kingdom, 2016.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. United Nations Convention on the Law of the Sea. Disponível em:
<http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf >
Acesso em: 03 set 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A inserção da China na Ásia e a transformação estratégica da região. In: ___ ARGEMIRO, Procópio. **O Século da China**. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. **As Relações Diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (Uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Fino Traço, 2011.

WANG, Ruichang. The Rise of Political Confucianism in Contemporary China. In: FAN, Ruiping. **The Renaissance of Confucianism in Contemporary China**. Springer Netherlands, 2011.

WEEKS, Stanley B.; MECONIS, Charles A. **The Armed Forces Of The USA In The Asia–Pacific Region**. Allen & Unwin, Australia, 1999.

XIANLIN, Song. Reconstructing the Confucian Ideal in 1980s China: The “Culture Craze” and New Confucianism. IN MAKEHAM, John (Ed.). **New Confucianism: A Critical Examination**. Palgrave Macmillan: New York, 2003.

XIN, Liu. Philippine politicians using S.China Sea issue to contain China: expert. **Global Times**. Published in 2018/1/9. Disponível em:
<<http://www.globaltimes.cn/content/1084050.shtml>>. Acesso em: 10 set 2018.

YEUNG, Anthony; HANG FUNG, Carole Hoyan The Soft Power in the Confucian “Kingly Way” p.109-138. In: FAN, Ruiping. **The Renaissance of Confucianis Contemporary China**. Springer Netherlands, 2011.

ZHENG, Bijian. China’s Path of Peaceful Development in the Second Decade of the 21st Century, p. 11-22. In: Shao Binhong (ed.). **China in the World: A Survey of Chinese Perspectives on International Politics and Economics Chief**. Leiden: Boston, v. 3, 2015.

_____. "China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status". **Foreign Affairs**, September/October, 2005.

ZHOU, Tianyoung. Overcoming the Dilemma of China's Growth. 187-220. In: TSANG, Steve; MEN Honghua (Editors). *China in the Xi Jinping Era*. The Nottingham China Policy Institute Series, Palgrave Macmillan, United Kingdom, 2016.